

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Guilherme Ziebell de Oliveira

**NIGÉRIA: HISTÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA E DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Porto Alegre

2012

Guilherme Ziebell de Oliveira

**NIGÉRIA: HISTÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA E DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

Porto Alegre

2012

Guilherme Ziebell de Oliveira

**NIGÉRIA: HISTÓRIA DA POLÍTICA EXTERNA E DAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia e Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais

Aprovado em ____ de _____ de 2012.

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini – Orientador
UFRGS

Prof. Luiz Dario Ribeiro Teixeira Ribeiro
UFRGS

Prof. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Porto Alegre

2012

Aos meus pais,
que sempre me proporcionaram as melhores oportunidades possíveis.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pelo investimento feito na minha educação e qualificação. Espero, um dia, poder retribuir à altura. Gostaria de agradecer aos funcionários da Faculdade de Ciências Econômicas, pela dedicação e por manterem a FCE como um excepcional local de estudo. Entre eles, agradeço especialmente à Fabiana Westphalen, que além de ser um modelo de servidor público para mim, foi uma grande amiga ao longo dos anos de graduação. Agradeço também aos professores do curso de Relações Internacionais por toda a dedicação e preocupação em formar mais que bons profissionais, mas pessoas críticas e capazes de compreender a realidade que as cerca. Serei eternamente grato não só pelo aprendizado proporcionado durante as aulas, mas, sobretudo, pelos ensinamentos e conselhos dados em diversos outros momentos. Saibam, senhores, que vocês são, também, modelos para mim. Agradeço especialmente ao meu orientador, professor Paulo Visentini, o responsável, em grande medida, pelo meu apreço pela Academia, pelas oportunidades e pelo aprendizado que me foram proporcionados, além da confiança que me foi depositada ao longo da graduação. Este período de trabalho foi fundamental para o meu crescimento tanto acadêmico, quanto pessoal.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que me acompanharam ao longo dessa graduação, ou que me acompanhavam desde antes dela. Seria impossível citar todos, mas há alguns de quem é imprescindível lembrar. Agradeço, assim, ao Victor Sansone, amigo da época de colégio (e de Ciência da Computação), que foi o primeiro a me falar no curso de Relações Internacionais e que, tenho certeza, seria um grande internacionalista. Agradeço aos grandes amigos Athos Munhoz, Pedro Brites e Roberto Fleck, de quem, infelizmente, me aproximei muito tarde na graduação, mas com quem sempre pude contar (fosse dividindo tarefas e trabalhando juntos, fosse me obrigando a parar de trabalhar e relaxar) e pelos quais nutro grande admiração e amizade. Agradeço a Alanna Teixeira, Everton Garcia e Gabriela Perin que, além de colegas de trabalho ao longo de 2012, foram ótimos amigos, com quem pude dividir experiências importantes para a minha formação.

Por fim, gostaria de agradecer à Isadora Loreto da Silveira, amiga e companheira ao longo de grande parte da graduação, que esteve sempre ao meu lado e em quem eu sempre pude confiar. Sua ajuda e dedicação ao longo de todo esse tempo, e especialmente ao longo deste ano (me acompanhando não só na produção deste trabalho e em sua revisão, mas também me apoiando nos momentos difíceis e compartilhando os momentos alegres), só reforçam minha admiração e gratidão.

*I met a traveller from an antique land
Who said:—Two vast and trunkless legs of stone
Stand in the desert. Near them on the sand,
Half sunk, a shatter'd visage lies, whose frown
And wrinkled lip and sneer of cold command
Tell that its sculptor well those passions read
Which yet survive, stamp'd on these lifeless things,
The hand that mock'd them and the heart that fed.
And on the pedestal these words appear:
"My name is Ozymandias, king of kings:
Look on my works, ye mighty, and despair!"
Nothing beside remains: round the decay
Of that colossal wreck, boundless and bare,
The lone and level sands stretch far away.
Percy Bysshe Shelley*

*La política que hace caso omiso de la historia
está condenada al fracaso.*

Silviu Brucan

RESUMO

O presente estudo busca analisar a política externa da Nigéria, país com a maior população africana e um dos maiores produtores mundiais de petróleo, desde a independência do país até os dias atuais, e verificar a existência (ou não) de uma política externa consolidada e coordenada, e de objetivos e realizações desta. A Nigéria ficou independente em 1960 e, desde então, mesmo sem conseguir criar uma identidade nacional unificada e estando cercada por ex-colônias francesas, buscou adotar uma política externa ativa, tendo a África como seu foco principal. O apoio internacional recebido pelos secessionistas na Guerra de Biafra, entre 1967 e 1970, aliado à percepção de fragilidade interna, levou o governo nigeriano a realizar uma inflexão em sua política externa. Assim, a partir da década de 1970, a Nigéria viveu o auge de sua política externa, impulsionado, sobretudo, pelos altos lucros oriundos da produção de petróleo. As flutuações ocorridas no preço do produto, especialmente a partir da década de 1980, associadas à grande instabilidade interna do país, levaram a diversas alterações na condução de sua política externa, sem que, entretanto, a África deixasse de ser seu foco principal. A partir de uma perspectiva histórica, esse trabalho também analisa as relações internacionais da Nigéria a partir de uma estrutura de quatro círculos concêntricos, que foi adotada durante a década de 1980 e passou a nortear a elaboração da política externa do país desde então. Nesse contexto, são analisadas as relações da Nigéria com seus vizinhos imediatos (primeiro círculo), sua atuação na ECOWAS (segundo círculo), na Organização da Unidade Africana e na União Africana (terceiro círculo) e com atores externos ao continente (quarto círculo) – no caso EUA, França, Reino Unido e China. Conclui-se, a partir desse estudo, que a Nigéria, apesar da constante instabilidade política interna, herdada em grande parte do período colonial e reflexo do processo de formação de uma identidade nacional, logrou, desde sua independência, elaborar uma política externa propositiva, que foi capaz de estabelecer (e atingir) diversos objetivos, contribuindo para que o país se destacasse como a liderança da sua região.

Palavras-chave: Nigéria. Política Externa. Relações Internacionais. Círculos Concêntricos.

ABSTRACT

This study aims at analyzing Nigeria's foreign policy, country with the largest population in Africa and one of the world's largest oil producers, from the country's independence to the present day, and at verifying the existence (or not) of a consolidated and coordinated foreign policy, and of its goals and achievements. Nigeria became independent in 1960 and since then, even without being able to create a unified national identity and being surrounded by former French colonies, has sought to adopt an active foreign policy, with Africa as its main focus. International support received by the secessionist Biafra War, between 1967 and 1970, coupled with the perception of domestic feebleness, prompted the Nigerian government to carry out a shift in its foreign policy. Thus, from the 1970s on, Nigeria experienced the apogee of its foreign policy, driven mainly by the high profits originated from oil production. The fluctuations that occurred to the price of the product, especially since the 1980s, associated with the country's huge internal instability, led to several changes in the conduct of its foreign policy, without, however, displacing Africa from its main focus. From a historical perspective, this paper also examines Nigerian international relations as a structure with four concentric circles, idea which was adopted in the 1980s and went on to guide the formulation of the country's foreign policy since then. In this context, we analyze Nigeria's relations with its immediate neighbors (first circle), its role in ECOWAS (second circle), in the Organization of African Unity and the African Union (third circle) and its relations with actors from outside the continent (fourth circle) - the USA, France, the UK and China. This study's conclusion is that Nigeria, despite constant internal political instability, largely inherited from the colonial period and a reflection of the process of formation of a national identity, succeeded in developing, since its independence, a propositional foreign policy, which was able to set (and achieve) various goals, contributing for the country to stand out as the leader of its region.

Keywords: Nigeria. Foreign Policy. International Relations. Concentric Circles.

LISTA DE ABREVIATURAS

- AD** – Alliance for Democracy (Aliança para a Democracia)
- AG** – Action Group (Grupo Ação)
- AGOA** – African Growth and Opportunity Act
- APP** – All People’s Party (Partido de Todos os Povos)
- CBDA** – Chad Bassin Development Authority (Autoridade para o Desenvolvimento da Bacia do Chade)
- CCECC** – China Civil Engineering Construction Corporation
- CDC** – Constitution Drafting Comitee (Comitê Constituinte)
- CEAO** – Comunidade Econômica da África Ocidental
- CFA** – Communauté Financière Africaine (Comunidade Financeira Africana)
- CIDTPC** – Centro Chinês de Promoção de Investimento, Desenvolvimento e Comércio
- CIG** – Conselho Interino de Governo
- CIJ** – Corte Internacional de Justiça
- DPA** – Distributable Pool Account (Conta de Reserva Distributiva)
- ECOMOG** – Economic Community of West African States Monitoring Group (Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano)
- ECOWAS** – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
- EUA** – Estados Unidos da América
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FNDP** – First National Development Plan (Primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional)
- FOCAC** – Forum on China-Africa Cooperation (Fórum de Cooperação China-África)
- GNPP** – Great Nigerian People’s Party (Grande Partido do Povo Nigeriano)
- MEND** – Movement for the Emancipation of the Niger Delta (Movimento pela Emancipação do Delta do Níger)
- MOSOP** – Movement for the Survival of the Ogoni People (Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni)
- MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola
- NAI** – New African Initiative (Nova Iniciativa Africana)
- NANS** – National Association of Nigerian Students (Associação Nacional de Estudantes Nigerianos)
- NCNC** – National Council of Nigeria and the Cameroons (Conselho Nacional da Nigéria e Camarões)

NEEDS – National Economic Empowerment Development Strategy (Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Empoderamento Econômico)

NEPA – Nigerian Electric Power Authority (Autoridade Nigeriana de Energia Elétrica)

NEPAD – New Partnership for Africa’s Development (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África)

NEPU – Northern Elements Progressive Union (Sindicato Progressista dos Elementos do Norte)

NITEL – Nigeria Telecommunications (Nigéria Telecomunicações)

NLC – Nigerian Labour Congress (Congresso Nigeriano do Trabalho)

NNA – Nigerian National Alliance (Aliança Nacional Nigeriana)

NNDP – Nigerian National Democratic Party (Partido Nacional Democrático Nigeriano)

NNOC – Nigerian National Oil Company (Companhia Nacional Nigeriana de Petróleo)

NNPC – Nigerian National Petroleum Corporation (Corporação Nacional Nigeriana de Petróleo)

NPC – Northern People’s Congress (Congresso dos Povos do Norte)

NPN – National Party of Nigeria (Partido Nacional da Nigéria)

NPP – Nigerian People’s Party (Partido do Povo Nigeriano)

NRC – National Republican Convention (Convenção Republicana Nacional)

NSO – National Security Organization (Organização Nacional de Segurança)

NYM – Nigerian Youth Movement (Movimento da Juventude Nigeriana)

OCAM – Organização Comum Africana e Malgaxe

OCI – Organização da Conferência Islâmica

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OUA – Organização da Unidade Africana

PAE – Programa de Ajuste Estrutural

PDP – People’s Democratic Party (Partido Democrático Popular)

PIB – Produto Interno Bruto

PRP – People’s Redemption Party (Partido da Salvação do Povo)

SDP – Social Democratic Party (Partido Social Democrata)

UA – União Africana

UPGA – United Progressive Grand Alliance (Grande Aliança Progressista Unida)

UPN – Partido da União da Nigéria (Unity Party of Nigeria)

UPP – United People’s Party (Partido dos Povos Unidos)

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

WAEC – West African Economic Community (Comunidade Econômica da África Ocidental)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A HISTÓRIA DA NIGÉRIA	14
2.1 O ESTABELECIMENTO DA COLÔNIA	15
2.2 A NIGÉRIA COMO COLÔNIA	23
2.3 A NAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	35
3 A POLÍTICA EXTERNA NIGERIANA.....	39
3.1 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A GUERRA CIVIL (1960-1970).....	39
3.1.1 A era Balewa (1960-1966)	39
3.1.2 A Guerra Civil nigeriana (1967-1970)	45
3.2 A DÉCADA DE OURO (1970-1979).....	47
3.2.1 A era Gowon (1970-1975).....	48
3.2.2 A era Mohammed/Obasanjo (1975-1979).....	51
3.3 A SEGUNDA REPÚBLICA E O NOVO PERÍODO MILITAR (1979-1993)	54
3.3.1 O período Shagari (1979-1983).....	55
3.3.2 O período Buhari (1984-1985)	58
3.3.3 O período Babangida (1985-1993).....	60
3.4 O PERÍODO ABACHA E A NOVA TRANSIÇÃO PARA UM REGIME CIVIL (1993-1999).....	63
3.4.1 O período Abacha (1993-1998).....	64
3.5 A QUARTA REPÚBLICA (1999-...)	66
3.5.1 O período Obasanjo (1999-2007).....	66
3.5.2 O período Yar'Adua (2007-2010)	68
3.5.3 O período Goodluck Jonathan (2010-...)	69
4 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA NIGÉRIA	71
4.1 O PRIMEIRO CÍRCULO CONCÊNTRICO	72
4.1.1 Chade	72
4.1.2 Camarões	73
4.1.3 Níger	73
4.1.4 Benim.....	74
4.2 O SEGUNDO CÍRCULO CONCÊNTRICO	75
4.2.1 A ECOWAS	75
4.3 O TERCEIRO CÍRCULO CONCÊNTRICO	83
4.3.1 Organização da Unidade Africana e União Africana	83

4.4 O QUARTO CÍRCULO CONCÊNTRICO.....	86
4.4.1 EUA.....	86
4.4.2 Reino Unido.....	88
4.4.3 França.....	92
4.4.4 China.....	94
5 CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS.....	105
APÊNDICE A.....	113

1 INTRODUÇÃO

A Nigéria possui a maior população do continente africano (cerca de 170 milhões de habitantes), e detém a terceira maior economia da África, além de ser o quinto maior exportador mundial de petróleo, configurando-se como uma das potências africanas. O país buscou, desde sua independência, em 1960, estabelecer-se como o grande líder regional e continental, mesmo que neste processo o Estado nascente tenha sido incapaz de forjar uma identidade nacional comum. O presente estudo busca analisar, nesse contexto, a política externa nigeriana, desde a independência do país até a atualidade, e verificar a existência (ou não) de uma política externa consolidada e coordenada, e de objetivos e realizações desta, mesmo que ela seja formulada por um Estado detentor de uma identidade nacional fragmentada.

Mostra-se fundamental, para tanto, analisar as dinâmicas da política interna da Nigéria, tendo em vista que esta, muitas vezes, condicionou a formulação e a condução da política externa do país, estando ambas intrinsecamente ligadas. No mesmo sentido, a análise do contexto geográfico em que a Nigéria está inserida – rodeada por ex-colônias francesas – e dos interesses e da atuação de atores externos, sobretudo a França, na região e no continente africano, é essencial para que se compreenda efetivamente a atuação da política externa da Nigéria desde a sua independência. Para tanto, e tendo em conta a carência de conhecimento da academia brasileira em relação ao tema, este trabalho adota uma perspectiva histórica das relações internacionais nigerianas, na tentativa de estabelecer uma base para a análise da política externa do país.

Dessa forma, esse trabalho divide-se em três capítulos e uma conclusão, além desta introdução. No primeiro capítulo, há uma retomada histórica do processo de colonização e unificação colonial da Nigéria, bem como da sua evolução até o processo de independência. Nele são analisados os interesses britânicos na colonização da região, bem como os processos que levaram à consolidação do Estado nigeriano, mas não de uma nação unificada.

O segundo capítulo analisa a política externa do país desde a independência até a atualidade, bem como as dinâmicas da política interna e as suas implicações na formulação e condução da política externa. Para tanto, o capítulo está dividido em cinco sessões, nas quais são estudados os diferentes governos que comandaram a Nigéria entre 1960 e 2011, quando o atual presidente, Goodluck Jonathan, foi eleito para o cargo.

O terceiro capítulo faz uma análise das relações internacionais da Nigéria independente, utilizando como estrutura o conceito dos “quatro círculos concêntricos”, que

orienta a política externa nigeriana desde o governo Buhari, entre 1984 e 1985 (GAMBARI, 2008). Assim, primeiramente é feita uma análise das relações da Nigéria com seus vizinhos imediatos (primeiro círculo), seguida pela análise das relações do país com a ECOWAS (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – o segundo círculo), das suas relações com a União Africana (terceiro círculo) e com atores não-africanos importantes, no caso, os EUA, a França, o Reino Unido e a China (quarto círculo).

Por fim, na conclusão, busca-se argumentar que a Nigéria, apesar de não ter conseguido estabelecer, até o presente, uma identidade nacional única, tem conseguido, desde a sua independência, promover uma política externa coordenada, com objetivos claros e realizações significativas. Nesse sentido, desde a sua independência a Nigéria tem assumido um papel de liderança no Oeste africano, em maior medida, e no continente africano, em menor medida, desempenhando papel importante na consolidação de organizações regionais (como a ECOWAS) e continentais (como a Organização da Unidade Africana e a União Africana).

2 A HISTÓRIA DA NIGÉRIA

A Nigéria localiza-se no oeste do continente africano, no chamado Golfo da Guiné. Possui 923.768 km² de extensão e seu litoral, banhado pelo Oceano Atlântico, estende-se por 853 km. O país, que faz fronteira com Benim (773 km) a oeste, Camarões (1.690km) a sudeste, Chade (87 km) a Nordeste e Níger (1.497km) ao norte, possui uma extensa rede hidrográfica, da qual os rios Níger e o seu afluente, o Benue, são os mais importantes. O Níger, que também é o rio mais importante da África Ocidental, nasce na Guiné e passa pelo Mali, pelo Níger e pelo Benim antes de entrar no território nigeriano. O Benue, por sua vez, nasce no norte do Camarões e corre para o oeste, na direção do Níger. Os dois rios se encontram na cidade de Lokoja, na região central da Nigéria, e correm em direção ao sul, formando o Delta do Níger no litoral e desaguando no Oceano Atlântico.

A região Norte do país possui um clima seco, em consequência da influência do Harmatão, um vento seco do Saara, e concentra a produção nacional de algodão e de amendoim. A região central é composta por planícies cobertas por savanas. A região Sul do país possui terras baixas, com clima tropical e chuvoso e densas florestas, concentrando a produção de cacau e de palmeiras. O Delta do Níger, assim como grande parte do litoral nigeriano, é composto por diversos pântanos.

O país possui mais de 170 milhões de habitantes, sendo o mais populoso do continente africano e o sétimo mais populoso do mundo. A população nigeriana é composta por mais de 250 grupos étnicos diferentes, que se dividem em quatro grandes grupos: os Hausa e os Fulani, predominantes no Norte e majoritariamente muçulmanos, que representam aproximadamente 29% da população; os Iorubas, no Sudoeste, que se dividem entre praticantes da religião tradicional Ioruba, cristãos e muçulmanos, constituindo 21% da população; e os Igbos, no Sudeste, predominantemente cristãos, representam cerca de 18% da população. Assim como em relação às etnias, há também uma grande diversidade de idiomas utilizados no país, predominando o *hausa*, o *fulani*, o *igbo*, o *ioruba* e o inglês, que é o idioma oficial (CIA, 2012).

Os diferentes povos que viviam na região que hoje é a Nigéria já possuíam diversos Estados organizados quando tiveram os primeiros contatos com os europeus, no final do século XV. A introdução do comércio de escravos pelos europeus impactou a política, a economia e as instituições sociais dos Estados existentes, sobretudo aqueles do Sul, até o início do século XIX, quando o mesmo foi proibido pelo Reino Unido, implicando em novas

e ainda mais significativas mudanças. Entre a metade do século XIX e o início do século XX, os britânicos buscaram consolidar o domínio colonial sobre o território nigeriano, enfrentando diretamente os interesses franceses e alemães. A partir do início do século XX, teve início um processo de unificação da colônia e, a partir da década de 1930 os movimentos nacionalistas nigerianos ganharam força, culminando na independência do país, em outubro de 1960. Apesar do sucesso na consolidação de um Estado, a Nigéria não logrou consolidar uma nação única, o que persiste até hoje.

Mapa 1 – Mapa da Nigéria



Fonte: elaborado pelo autor com dados de CIA, 2012.

2.1 O ESTABELECIMENTO DA COLÔNIA

Por volta da segunda metade do século XIX, o Califado de Sokoto havia conseguido consolidar o território da savana, no norte, anteriormente fragmentado, sob um governo islâmico único. No sul, as guerras Ioruba, ocorridas ao longo do século XIX, levaram à queda

do Império Oyo e à consolidação de novos poderes na região, gerando grande instabilidade. Associado a isso, o sul também passava, no mesmo período, por uma reestruturação econômica, já que o comércio de escravos havia sido abolido pelo Reino Unido em 1807. Tal comércio vinha sendo substituído, gradativamente, pelo comércio de derivados de palmeira, o chamado “comércio legítimo” (BABALOA, 2003). Havia diversos interesses britânicos na região em jogo nesse período e, ainda que não houvesse um consenso em relação à melhor forma de atingir esses interesses, havia a certeza de que a consecução dos objetivos seria mais fácil através de uma influência inglesa crescente. A principal divergência existente se dava porque, para uma parte dos britânicos, a melhor forma de atingir os objetivos seria através da cooptação das lideranças locais, enquanto para outros seria através de um controle político britânico direto (FALOLA; HEATON, 2008).

O maior envolvimento britânico na região foi impulsionado, sobretudo, pelos interesses de três diferentes grupos: os missionários cristãos, os comerciantes britânicos e os governantes britânicos. Os missionários cristãos queriam garantir o fim da escravidão e a implantação do “comércio legítimo” e de suas ideias de civilização, e viam com bons olhos um maior envolvimento político e militar britânico, que facilitaria a sua atividade. Os comerciantes britânicos, por seu turno, viam na atuação do Reino Unido na região uma forma de regular o comércio e a relação entre as empresas do país e os intermediários locais - principalmente nas áreas costeiras. Os governantes britânicos, por sua vez, viam as crescentes incursões militares e expedições comerciais francesas e alemãs, cada vez mais próximas da esfera de influência britânica, como uma ameaça, sobretudo aquelas próximas aos rios navegáveis do interior (o Níger e o Benue), fonte de comércio e riqueza para a Coroa (FALOLA; HEATON, 2008).

Os missionários cristãos se tornaram influentes na política local dos territórios nigerianos do sul a partir da década de 1840, tendo a sua atividade, neste mesmo período, se expandido rapidamente. Muitos dos líderes locais acreditavam que, ao aceitar e encorajar missões cristãs em seus territórios, eles teriam, de um ponto de vista espiritual, vantagens sobrenaturais sobre os seus rivais, por contar com a força do deus cristão e, de um ponto de vista comercial, vantagens no comércio com os britânicos, uma vez que as escolas implantadas pelos missionários tinham grande foco no ensino da língua inglesa (escrita e falada), fundamental para este comércio.

Além disso, as lideranças locais percebiam a existência de uma ligação entre os missionários cristãos e o poderio militar do Reino Unido, e visualizavam nessa aproximação uma forma de contar com o apoio militar britânico. Os missionários, entretanto, estavam

muito mais voltados à concretização de seus objetivos de difundir o cristianismo e de acabar com o comércio de escravos do que a auxiliar os líderes locais a atingir seus objetivos políticos. Ademais, muitos dos missionários consideravam as culturas locais inferiores às europeias, e viam em uma atuação direta dos britânicos, através do poderio militar, e não intermediada pelos líderes locais, uma forma mais efetiva de “civilizar” aquelas sociedades.

A partir de 1850, o declínio do comércio de escravos transformou o comércio de derivados de palmeira na principal atividade econômica da região. Esse comércio era realizado através de um modelo conhecido como *trust system* (IKIME, 1977). Nesse sistema, as empresas britânicas concediam um crédito para intermediários locais em troca de uma determinada quantidade de óleo de palma (muito utilizado no Reino Unido devido à Revolução Industrial e à mudança de hábitos sociais e higiênicos). Os intermediários, por sua vez, utilizavam uma parte desse crédito para comprar o produto dos comerciantes do interior, entregando-o posteriormente às companhias britânicas. A atuação dos intermediários se fazia necessária, sobretudo, por dois motivos: primeiramente, porque a malária ameaçava a vida de qualquer europeu que se aventurasse além da costa; em segundo lugar, porque os britânicos não conheciam os territórios do interior e do Delta do Níger (áreas que concentravam a produção de palmeiras). A abundância na produção de óleo de palma, aliada ao fato de que este comércio era menos custoso do que o de escravos, fomentou uma competição crescente entre os intermediários. Da mesma forma, a competição entre as empresas europeias que atuavam na região há mais tempo e aquelas que estavam tentando se estabelecer nesse comércio se aprofundou ao longo da segunda metade do século XIX (FALOLA; HEATON, 2008).

As crescentes disputas relacionadas ao *trust system* e ao comércio de óleo de palma levaram as empresas britânicas, cada vez mais, a tentar diminuir a atuação dos intermediários, tornando a atividade mais rentável. Assim, diversas expedições foram realizadas ao interior do território, na tentativa de expandir a influência comercial e dos missionários britânicos, culminando no estabelecimento da missão do Níger, localizada no Delta do Níger, em 1854. O uso de quinino como profilático contra a malária possibilitou também o estabelecimento de outras duas Missões, em Onitsha e em Lokoja (MORGAN; PUGH, 1969). A perspectiva de que, com o efetivo estabelecimento dos ingleses no interior, algumas empresas que abandonassem o *trust system* pudessem obter grandes vantagens, ao eliminar os intermediários, sobre aquelas que se mantivessem no modelo, gerou grande tensão, tanto entre as companhias quanto com os intermediários. Essa instabilidade fez com que, tanto os

intermediários, quanto os comerciantes britânicos, demandassem por uma intervenção britânica, como forma de restabelecer o equilíbrio do sistema.

A grande expansão imperialista europeia sobre o continente africano levou à realização da Conferência de Berlim, entre 1884 e 1885, na qual foram estabelecidas as regras para a aquisição e controle de territórios africanos pelos países europeus. As duas principais regras estabelecidas para a declaração de domínio sobre territórios foram a criação de protetorados, através da assinatura de tratados de proteção com lideranças locais, e a ocupação efetiva, através do uso de forças militares.

Assim, à época da Conferência, a preocupação britânica deixara de se voltar primariamente às questões comerciais nas regiões costeiras, focando-se mais nas possíveis “intervenções” francesas ou alemãs no território nigeriano. Os britânicos temiam que, caso a França ou a Alemanha conseguissem ter acesso ao rio Níger, elas ocupassem efetivamente a área, demandando controle político sobre todo o rio. Nesse contexto, o governo britânico se tornou crescentemente inclinado a agir de forma a garantir o seu controle político sobre a região, usando todos os meios que fossem necessários. Assim, entre 1884 e 1885, o cônsul britânico, Edward Hyde Hewett, percorreu toda a região costeira, de Calabar (próximo à fronteira com Camarões) ao Delta Ocidental (próximo à fronteira com o Daomé – atual Benim), assinando, com líderes locais, tratados de proteção que davam ao Reino Unido soberania política sobre os territórios dos signatários (FALOLA; HEATON, 2008).

O processo de colonização efetiva da Nigéria durou cerca de quarenta anos, tendo sido iniciado na região de Lagos. O controle desta região teve início na segunda metade do século XIX, quando, por pressão de missionários estabelecidos nas proximidades de Lagos, Kosoko, (rei de Lagos) foi deposto pelo poder militar britânico e substituído por um novo monarca, da etnia rival Egba. Diferentemente de Kosoko, que havia se mostrado beligerante em relação aos missionários e comerciantes britânicos, os Egbas, na esperança de conquistarem o apoio inglês, haviam sido o primeiro grupo da região a ser receptivo aos missionários cristãos. Os britânicos esperavam que esta substituição estabilizasse a região, dando um fim ao comércio de escravos e promovendo a expansão do “comércio legítimo”, além de servir como uma porta de entrada para os missionários e comerciantes ingleses. Os governantes Egba, entretanto, não foram capazes de estabilizar a região ao longo da década seguinte e, assim, em 1861, Lagos foi anexada como colônia, sob controle político direto de um governante britânico. A partir deste momento a colonização britânica da Nigéria teve início oficialmente.

Além das questões relacionadas aos missionários cristãos e aos comerciantes ingleses, o crescente interesse francês e alemão na região, sobretudo no final do século XIX, também

contribuiu para uma atuação mais efetiva dos britânicos. A França buscava, a partir da década de 1870, expandir a sua influência política e econômica no oeste africano, partindo do Senegal em direção ao leste, chegando ao Sudão ocidental e às partes altas do rio Níger. Assim, no início da década de 1880, a França já havia começado a competir com empresas britânicas no Baixo Níger, tendo estabelecido postos em regiões costeiras do sul (Abo, Onitsha e Egga), além de o governo francês ter começado a construção de uma ferrovia ligando o Senegal ao Alto Níger (FALOLA; HEATON, 2008). A Alemanha, por sua vez, também começou suas incursões à região nigeriana na década de 1880, tendo realizado missões exploratórias no rio Benue e, em 1884, anexado o Camarões, o que proporcionava facilidade de acesso ao Benue e, por conseguinte, ao rio Níger (TAMANJI, 2011).

Em 1853, nos estados do Delta do Níger, o cônsul britânico depôs o rei Pepple, do estado Bonny, que, por mais de vinte anos, havia se mostrado hostil aos ingleses, recusando-se a ceder o controle dos mercados do interior. O sucessor de Pepple foi forçado pelos britânicos a assinar um tratado que proibia o rei de se envolver com o comércio, além de obrigá-lo a contar com o consentimento do Reino Unido para poder travar guerras. A intervenção britânica levou a um rápido declínio do estado de Bonny, que deixou de ser o Estado mais importante da região, sobretudo após 1869, com a criação de Opobo. Frente ao enfraquecimento e declínio do Estado, em 1885 o cônsul britânico declarou, em nome do Reino Unido, a criação do protetorado dos Rios do Óleo (*Oil Rivers Protectorate*) na região. Em 1891, o protetorado recebeu uma estrutura oficial de governo, sendo renomeado, em 1893, como Protetorado da Costa do Níger (IWERIEBOR, 2003).

Após colonizar Lagos, os britânicos voltaram sua atenção para o resto da região costeira, assinando, entre 1884 e 1885 tratados de proteção com todos os Estados da região, que davam ao Reino Unido soberania política sobre os territórios dos signatários, garantindo, de acordo com as regras estabelecidas na Conferência de Berlim, que franceses e alemães não se estabeleceriam ali. Muitos líderes locais viam, na assinatura dos tratados, uma forma de obter a amizade do cônsul, tendo nele (e, por conseguinte em toda a máquina militar britânica) um aliado contra os rivais, preferindo ceder sua autoridade aos britânicos do que a outros líderes locais. Aqueles líderes que se opunham à assinatura de tratados acabavam depostos

pelos britânicos, sendo substituídos por outros líderes mais “maleáveis” sendo, eventualmente, até mesmo deportados¹.

Após estabelecerem o domínio de toda a costa, os ingleses voltaram-se para as terras Ioruba, no interior. Assim, em 1886, eles intervieram em uma guerra que opunha Ibadan e uma aliança entre forças Ekiti, Ijesa, Ijebu, Egba e Ife, e que já durava mais de quinze anos. A intervenção consistia na assinatura de um tratado com os beligerantes estabelecendo que futuras disputas seriam submetidas ao julgamento do governador britânico em Lagos. Além disso, todas as partes concordaram com a promoção do livre comércio, garantindo acesso aos interesses comerciais da Coroa britânica. Esse tratado serviu como justificativa para, em 1892, depois de o rei Ijebu se negar a discutir questões comerciais, os ingleses ocuparem, através do uso da força, os seus territórios. A ocupação violenta serviu como um sinal para os demais reis da região Ioruba, que, em 1893, assinaram imediatamente o novo tratado de proteção criado pelos britânicos, transferindo a soberania dos territórios ao Reino Unido, e criando o protetorado de Lagos. Os poucos estados que ofereceram algum tipo de resistência foram rapidamente coagidos através do uso da força. Tanto na região costeira, quanto nas terras Ioruba, o combate ao tráfico de escravos e os interesses comerciais britânicos eram aspectos-chave da retórica colonialista.

Após estabelecer o controle político do Delta do Níger e de Calabar, em 1885, restava aos britânicos consolidar o seu domínio nas regiões navegáveis dos rios Níger e Benue, para evitar uma possível aproximação de franceses e alemães. Diferentemente das outras regiões, em que haviam estabelecido o *status* de protetorado, os britânicos optaram por conceder uma Carta Real, em 1886, à *National African Company*, de George Goldie, como forma de consolidar essas regiões. A carta dava à companhia, que foi renomeada *Royal Niger Company*, o poder de controlar o comércio e a administração política de todos os territórios em que conseguisse, legalmente, assinar tratados, contanto que não interferisse nas políticas, religiões e costumes locais (exceto aqueles ligados à escravidão) (HIRSHFIELD, 1979).

Os tratados assinados variavam em termos e estrutura, mas normalmente davam à companhia jurisdição completa sobre todo o comércio realizado nos domínios dos signatários, forçando que as companhias rivais se dirigissem à *Royal Niger Company* para obterem acesso ao Níger. Em alguns casos, os tratados estabeleciam a cessão da soberania política dos

¹ Como foi o caso do Rei Ja Já, de Opobo, na baía de Biafra, que depois de ter negado o acesso dos comerciantes britânicos aos mercados do interior, violando os tratados de proteção estabelecido com o Reino Unido, foi destituído do poder e exilado, para servir de exemplo aos outros governantes locais (IKIME, 1977)

territórios à companhia, ainda que nem sempre os signatários tivessem plena consciência do significado disto. Independentemente do tipo de tratado, invariavelmente eles garantiam que a *Royal Niger Company* fosse a única autoridade legal a regular o comércio da região. Assim, ainda que a Coroa britânica não se envolvesse diretamente com a administração dos territórios, ficava estabelecida ali a sua área de influência, evitando que franceses e alemães pudessem se estabelecer nos rios Benue e Níger, muito importantes estratégica e comercialmente.

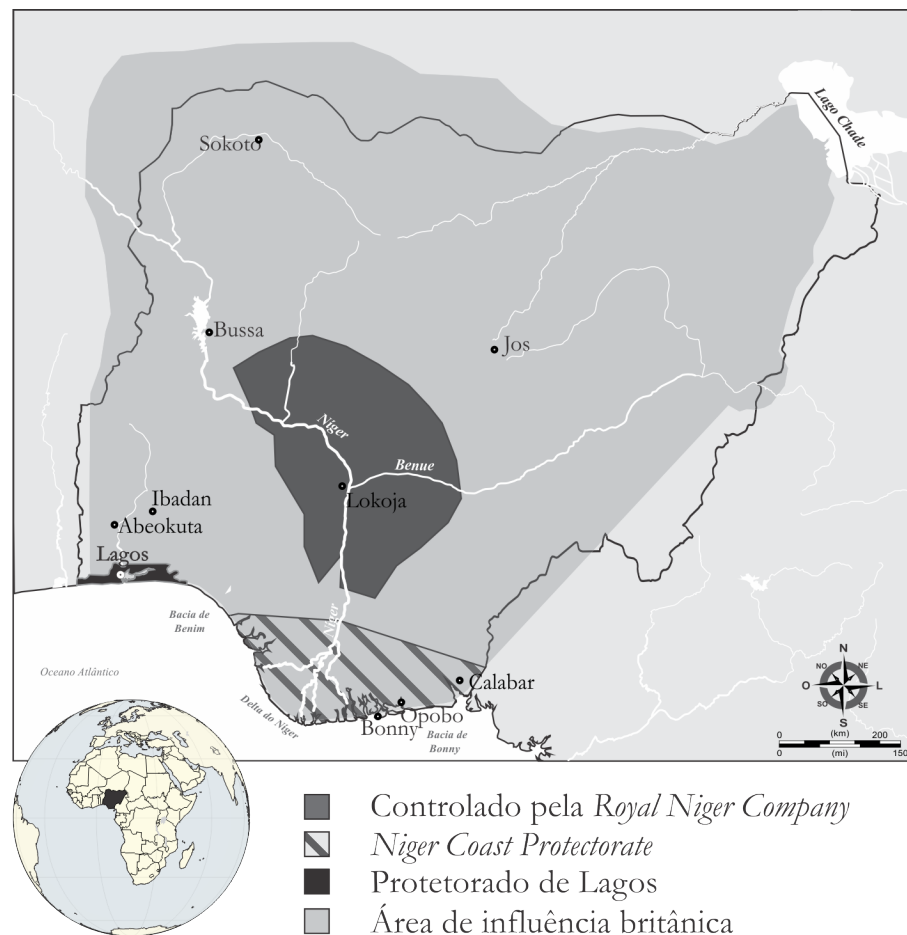
A companhia tinha, entretanto, um comportamento claramente monopolístico, que provocou muitas críticas, tanto no oeste africano, quanto no próprio Reino Unido. Ao longo da primeira metade da década de 1890, contudo, o governo britânico pareceu não se importar em sacrificar a sua defesa pelo livre comércio, aceitando o estilo de atuação da companhia em troca da manutenção de franceses e alemães afastados do território, sobretudo por não ter que arcar com as despesas. Porém, a partir de 1895, três eventos significativos ocorreram, culminando na revogação da Carta Real. O primeiro evento, em 1895, foi a ascensão do Partido Conservador ao parlamento britânico, tendo Joseph Chamberlain, contundente defensor do imperialismo, assumido o cargo de Secretário das Colônias (*Colonial Secretary*) (CROSBY, 2011). Chamberlain não via com bons olhos a atuação de companhias detentoras de Cartas Reais, preferindo um controle mais direto através do Departamento Colonial.

Em segundo lugar, a *Royal Niger Company* vinha se mostrando ineficiente na promoção da paz, da estabilidade e do livre comércio na região, envolvendo-se em disputas com povos locais e até mesmo ordenando bombardeios a algumas cidades. O terceiro evento foi uma disputa entre Chamberlain e George Goldie acerca da proteção da fronteira nordeste da companhia. Ainda que a companhia tivesse estabelecido tratados de exclusividade comercial em toda a região, os franceses ainda tentavam expandir sua influência política na região, principalmente na parte norte do rio Níger. Após adquirirem Daomé (atual Benim), em 1889, os franceses passaram a realizar expedições em direção ao Níger, culminando, em 1897, na ocupação francesa da região de Bussa, localizada às margens do Níger, próxima à zona de atuação da *Royal Niger Company*, posição que permitiria à França estabelecer força militar suficiente para ameaçar o domínio da companhia na região (VANDELEUR, 2005).

Assim, Chamberlain queria que Goldie usasse as forças militares da companhia para proteger o território, forçando a saída dos franceses. Goldie, por sua vez, desejava a renovação da Carta Real antes de a companhia assumir uma nova e custosa empreitada militar, com o objetivo de proteger o Níger para o Reino Unido. O Secretário das Colônias, entretanto, decidiu criar a Força de Fronteira da África Ocidental (*West African Frontier*

Force), sob o comando de Frederick Lugard², que visava a reunir forças e expulsar os franceses. Lugard teve sucesso em sua empreitada, conseguindo finalmente expulsá-los da região. Como consequência, a *Royal Niger Company* teve a Carta Real revogada, deixando, em 1º de janeiro de 1900, de ser a autoridade governante dos rios Benue e Níger. Os territórios do sul do protetorado, próximos ao Delta do Níger foram incorporados ao protetorado da Costa do Níger, formando o novo Protetorado da Nigéria do Sul. Os territórios setentrionais da companhia, por sua vez, se tornaram o Protetorado da Nigéria do Norte, tendo Lugard sido nomeado seu Alto Comissário.

Mapa 2 – Mapa dos Protetorados (1899)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de FALOLA; HEATON, 2008.

Com a parte mais ao sul do território nigeriano consolidada sob seu domínio, o novo desafio britânico era a expansão do Protetorado do Norte em direção aos territórios do

² Lugard era um oficial colonial que havia sido fundamental para o domínio britânico sobre o território de Uganda, em 1882.

Califado de Sokoto. O domínio do califado se mostrava fundamental para os ingleses por duas razões. Em primeiro lugar, o Califado era uma porta de entrada para os franceses chegarem até o rio Níger. A França já havia, em 1900, expandido seu domínio por todo o Sudão Ocidental, incluindo territórios próximos às fronteiras norte e oeste de Sokoto. Um eventual avanço e domínio francês sobre o califado permitiria o acesso da França ao rio Níger pelo norte, tornando inútil o esforço realizado para dominar e consolidar os territórios já conquistados. Em segundo lugar, o Alto Comissário britânico temia que o Califa, que era o suserano de alguns territórios sob domínio britânico no Protetorado do Norte, pudesse sobrepujar sua autoridade, criando instabilidade nos territórios controlados pelo Protetorado. Por essas duas razões, ficava claro para os britânicos que a única forma de garantir a estabilidade e a segurança da região (e dos rios Benue e Níger), afastando de vez qualquer ameaça francesa, seria através do domínio e incorporação do Califado de Sokoto ao Protetorado da Nigéria do Norte (FALOLA; HEATON, 2008).

O formato descentralizado do Califado facilitou a dominação britânica. Os primeiros emirados a serem dominados foram Bida e Kontagora, situados ao longo do rio Níger, e Yola, ao longo do Benue. Em seguida, em direção ao norte, foram dominados Bauchi e Gombe e, em 1902, Zaria. Os dois emirados mais poderosos do Califado, Kano e Sokoto, foram dominados em 1903, e Borno, em 1904. Os territórios do Califado, assim, foram anexados ao Protetorado da Nigéria do Norte, estabelecendo a configuração final dos territórios dos Protetorados da Nigéria do Norte e do Sul (HIRSHFIELD, 1979).

A resistência à dominação britânica que existiu por parte dos povos locais foi combatida através da violência e da força militar ao longo de todo o processo de domínio do território nigeriano. Da substituição de líderes locais, a bombardeios a algumas regiões, a violência inglesa objetivava, por um lado, acabar com a resistência dos povos atingidos diretamente, e, por outro, deixar claro para os demais povos que o Reino Unido estava disposto a usar sua força e capacidade militar para estabelecer seu domínio sobre aquele território. A estratégia britânica foi, em ambos os objetivos, bem sucedida.

2.2 A NIGÉRIA COMO COLÔNIA

A retórica imperialista de levar a “civilização” e o “progresso” aos povos africanos, considerados atrasados e inferiores, aliada à necessidade de expandir o comércio do país e de governar o território nigeriano, fez com que, ao longo do domínio colonial britânico, uma

série de mudanças fosse realizada nas sociedades da Nigéria. O processo de colonização da Nigéria colocou sob domínio britânico diversos territórios que, anteriormente, eram Estados independentes que, apesar de serem conectados cultural e comercialmente, nunca haviam vivenciado nenhum tipo de unificação política. Isso contribuiu para que a administração colonial dos Protetorados da Nigéria não pudesse ser implementada de maneira uniforme e consistente.

Nesse contexto, a administração foi estruturada de formas diferentes em cada Protetorado, como resposta às particularidades de cada região. Ainda assim, apesar das diferentes características, dois fatores eram comuns a todos os protetorados. Primeiramente, a ideia de que o domínio britânico deveria ser, ao máximo, benéfico tanto para o Reino Unido quanto para os povos da Nigéria, que era conhecida como “Mandato Dual”³. A segunda semelhança era o entendimento de que a melhor maneira de cumprir o Mandato Dual era por meio do Governo Indireto, que consistia em governar através dos líderes locais, permitindo que os reis e chefes locais continuassem em seus postos, apenas subordinados aos oficiais britânicos, sem que fossem feitas alterações nas estruturas e instituições às quais as populações estavam acostumadas (OYEBADE, 2003).

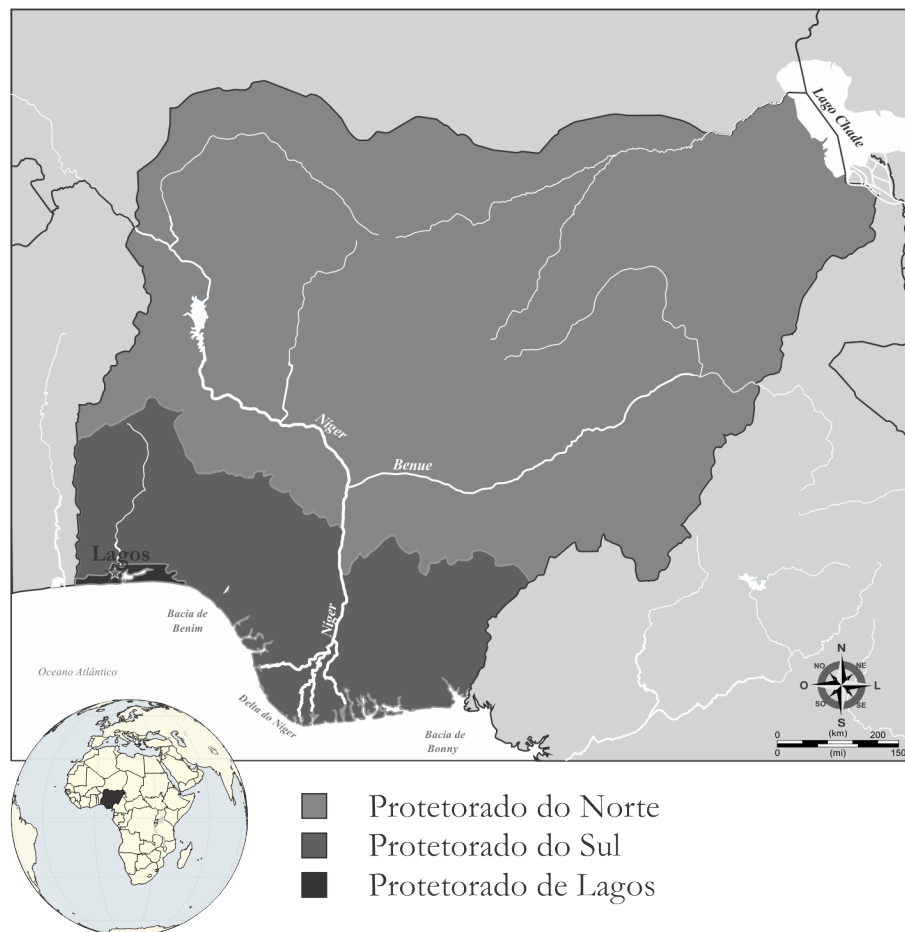
Do ponto de vista dos colonizadores, o Governo Indireto permitia que os nigerianos mantivessem sua cultura e tradições, aliando-as ao desenvolvimento. Ainda que a ideia fizesse sentido para os britânicos, o Governo Indireto frequentemente não funcionava como planejado. Na região sudeste da Nigéria, por exemplo, os oficiais britânicos enfrentavam dificuldades para identificar quem eram os líderes locais, uma vez que os povos ali localizados tinham seus governos baseados em conselhos de vilarejos, não existindo verdadeiros líderes em cada vilarejo. Como solução para essa situação, os oficiais optaram por realizar uma consulta aos povos locais, para tentar determinar quem, em cada um deles, seria o membro com mais capacidade de liderança na comunidade. O membro escolhido recebia um “Certificado de Reconhecimento” dos britânicos, que lhe outorgava a posição de líder da comunidade. Ainda assim, (e mesmo por causa disso) esse “chefe”, produzido artificialmente, não possuía uma efetiva legitimidade perante a sua comunidade (FALOLA; HEATON, 2008).

No Protetorado do Norte, diferentemente do sul, bastou aos oficiais britânicos substituírem a estrutura administrativa do Califado de Sokoto por um sistema britânico equivalente, permitindo que os emires e outros chefes mantivessem o controle sobre seus

³ Ainda que os britânicos entendessem que a simples colonização e “civilização” dos africanos já seria uma vantagem para esses povos.

respectivos emirados e regiões, apenas ficando subordinados ao controle britânico. Os emires também mantiveram seu poder e responsabilidade de cobrar impostos de suas respectivas populações, pagando posteriormente tributos ao governo colonial britânico. No protetorado de Lagos, na região sudoeste, a administração britânica também era indireta, já que vários tratados haviam sido assinados com os líderes Ioruba da região, garantindo a sua autonomia, ao menos em questões políticas internas. Já a colônia de Lagos foi marcada por uma atuação mais incisiva do governo britânico do que qualquer outra região da Nigéria, uma vez que, diferentemente dessas, que eram Protetorados ingleses, ela era oficialmente território colonial britânico.

Mapa 3 – Mapas dos Protetorados (1900-1903)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de FALOLA; HEATON, 2008.

A adoção do Governo Indireto nos protetorados do Norte e do Sul levou a um desenvolvimento distinto nas duas regiões. No Protetorado do Sul, a administração era, sobretudo, realizada através de conselhos de governantes tradicionais, e havia uma tendência de favorecer a expansão de serviços sociais modernos (como construção de rodovias, prédios

públicos, serviços de comunicação e de transporte público) e de um sistema educacional nos moldes europeus. Já no Protetorado do Norte, o poder estava concentrado nas mãos de emires e chefes locais independentes, e os oficiais coloniais proibiram explicitamente as despesas governamentais com serviços sociais, ficando estes a cargo (e às custas) dos administradores locais, sob o pretexto de não interferir na cultura local. Sob o mesmo pretexto, as autoridades coloniais do Protetorado do Norte restringiram fortemente o acesso de missionários cristãos à região. Como resultado, seus habitantes ficaram privados do acesso a um sistema de educação europeu, diferentemente do Protetorado do Sul (COLEMAN, 1971).

O protetorado da Nigéria do Norte, graças, em grande parte, ao modelo administrativo imposto pelos britânicos, se mostrava deficitário ao longo da primeira década do século XX. O comércio da região não se desenvolvera satisfatoriamente, e os impostos arrecadados eram insuficientes para cobrir as despesas administrativas. Para cobrir os déficits, o protetorado do Norte recebia, anualmente, subsídios do protetorado do Sul e da coroa britânica (FALOLA; HEATON, 2008).

Nesse contexto, os oficiais coloniais britânicos passaram a acreditar que a melhor solução, do ponto de vista econômico, seria a união dos dois protetorados, já que ela permitiria à administração central uma redução das despesas administrativas existentes e uma melhor alocação dos recursos disponíveis, permitindo à Coroa a utilização destes da forma que melhor lhe conviesse. Além disso, havia também a expectativa por parte dos britânicos de que com a unificação a economia dos protetorados se tornasse mais integrada. O processo de unificação dos protetorados do Norte e do Sul teve início no ano 1912, sendo concluído em 1914, e tendo Frederick Lugard assumido o posto de primeiro governador geral de uma Nigéria unificada (OYEBADE, 2003).

Uma vez no poder, Lugard buscou uma uniformização administrativa na Nigéria. Para ele, o sistema de governo indireto aplicado no antigo Protetorado do Sul era direto demais, tendo os agentes coloniais poder e influência excessivos sobre os povos locais. Ignorando que o sistema administrativo do Sul tinha se configurado de tal forma por conta das diferenças existentes no momento da colonização, o governador geral tentou impor ao Sul o mesmo sistema vigente no Norte, transformando as lideranças locais “fabricadas” (detentoras dos “Certificados de Reconhecimento”) em emires e impondo o sistema de coleta de impostos existente no norte (cobrança feita pelos emires e repassada à administração da colônia). Esse sistema funcionava bem no Norte, que tinha uma longa tradição de pagamento de tributos a uma autoridade imperial. No Sul, entretanto, a arrecadação e alocação dos impostos se realizava de maneira bastante distinta, e aqueles povos não possuíam o costume de cobrar

e/ou pagar tributos. Ainda assim, Lugard levou a cabo a unificação do modelo de arrecadação de impostos, ignorando completamente as diferenças existentes entre as regiões (FALOLA; HEATON, 2008).

A economia da Nigéria também foi sensivelmente alterada pelos britânicos, que acreditavam que a “modernização” da economia nigeriana contribuiria para a “civilização” daqueles povos. Os ingleses acreditavam que sua intervenção, através da expansão da infraestrutura comercial e da promoção do comércio em todo o território nigeriano, cumpriria com os requisitos do Mandato Dual, com vantagens tanto para os comerciantes britânicos, quanto para os produtores locais.

Nesse sentido, a tentativa inglesa de desenvolver a economia nigeriana tinha três principais objetivos. O primeiro era a expansão do comércio através da exportação de matéria-prima e da importação de bens manufaturados europeus. Os britânicos, assim, realizaram investimentos de larga escala na construção de infraestrutura de transporte e de comunicações da Nigéria, como forma de facilitar o crescimento do comércio. O segundo e o terceiro objetivos eram, respectivamente, a implantação da moeda britânica na economia nigeriana e a adesão da população a esta moeda. A combinação (e consecução) desses objetivos levou a uma dependência crescente da economia nigeriana em relação à economia metropolitana. A produção e exportação de matéria-prima (*commodities* agrícolas – algodão, cacau, óleo de palma – em maior medida, e minerais em menor medida) teve um crescimento significativo nas três primeiras décadas do século XX, beneficiando-se enormemente da facilidade de exportação possibilitada pela infraestrutura (sobretudo pelas ferrovias) construída pelos britânicos (FALOLA; HEATON, 2008).

No período anterior à 2ª Guerra Mundial, nem as empresas europeias, nem o governo colonial estavam dispostos a realizar investimentos de longo-prazo para promover o desenvolvimento nigeriano, preferindo reinvestir os lucros (adquiridos na colônia) na Europa. Graças a isso, eram muito poucos os nigerianos que obtinham lucro o suficiente para realizar investimentos locais em projetos próprios.

Ainda que a máquina colonial beneficiasse muito mais os britânicos, alguns poucos nigerianos eram afetados de maneira positiva por essa interação. Como grande parte das importações britânicas consistia em *commodities* agrícolas, bastava à Coroa incentivar os produtores a aumentarem suas produções, aumentando, por conseguinte, o volume das exportações (já que o consumo interno permanecia constante). Além destes, havia aqueles produtores que tinham sido incentivados a produzir cacau, que era destinado apenas à

exportação, e não ao consumo interno. Esses produtores, assim, obtinham um lucro satisfatório e não viam a interação econômica como prejudicial.

Havia, entretanto, outros trabalhos, menos atrativos, demandados pelas empresas estrangeiras e pelo governo colonial. Existia, em todo o território nigeriano, um déficit de mão-de-obra: precisava-se de mineiros, estivadores, operários para construir estradas, ferrovias, portos, prédios públicos, etc. Esses trabalhos eram, em geral, pagos precariamente, e poucos eram os nigerianos dispostos a realizá-los. O governo colonial, assim, fazia uso de trabalho forçado para a construção de portos, ferrovias e estradas, sem, entretanto, ter sucesso em acabar com o déficit de mão-de-obra (FALOLA; HEATON, 2008). Como solução para incorporar os nigerianos à economia colonial, os ingleses impuseram o uso da moeda britânica, que poderia ser obtida apenas através do consumo ou da produção. Ademais, todos os impostos coloniais tinham que ser pagos na moeda britânica, tornando impossível aos nigerianos não participarem da economia colonial (OFONAGORO, 1979).

As alterações realizadas na economia da Nigéria contribuíram para uma grande urbanização, tendo a população das áreas urbanas crescido vertiginosamente durante o período colonial. A população de Lagos, por exemplo, que em 1901 era de 42.000 habitantes, passou a ser, em 1931, de 126.000 habitantes (FALOLA; HEATON, 2008). Outro efeito importante do domínio colonial foi o surgimento de elites europeizadas. Desde o final do século XIX, um número crescente de nigerianos passara a receber uma educação nos moldes europeus. Esta, ainda que fosse bastante básica, limitando-se ao ensino da escrita e da leitura do inglês, além da teologia cristã, aumentava significativamente as chances de os nigerianos instruídos nos moldes europeus conseguirem um emprego nas empresas de comércio europeias, ou mesmo na administração colonial. A educação europeia estava, entretanto, restrita ao sul da Nigéria, onde estavam concentradas as missões cristãs.

Tal educação foi fundamental para a formação das elites nigerianas. Graças à ligação das escolas com as missões cristãs, essas elites, que haviam adotado diversos valores e gostos europeus, tornaram-se majoritariamente cristãs. Além disso, devido aos empregos relativamente bem remunerados na administração colonial ou nas empresas europeias – mesmo que sempre em cargos burocráticos de baixo escalão –, adquiridos graças à instrução recebida, grande parte dessa elite era exposta, e receptiva, à cultura e aos valores europeus de uma forma que outros nigerianos não eram. Isso contribuiu para que esta elite, cada vez mais, se identificasse, pelo menos em parte, com a cultura a partir da qual havia sido educada e na qual trabalhava. Ainda, os membros dessas elites recebiam melhores salários e, por conseguinte, tinham maior poder aquisitivo, o que possibilitava a compra de produtos

importados e de luxo, como roupas e carros, além da construção de casas em estilo europeu (ADEBOYE, 2003).

Ainda que a administração colonial e diversas empresas europeias contratassem membros da elite europeizada, estes ainda eram tidos como inferiores, além de serem vistos, muitas vezes, como uma ameaça:

Lugard, por exemplo, desdenhava os nigerianos com educação europeia, alegando que as escolas das missões incutiam em seus alunos “descontentamento, impaciência em relação a qualquer controle e uma presunção injustificada da importância de si mesmos”, o que fazia desses nigerianos uma ameaça tanto para o governo britânico, quanto para as normas sociais tradicionais. O nigeriano ideal era aquele que tivesse recebido educação suficiente para ser útil ao sistema colonial, mas não o suficiente para considerar-se intelectualmente igual ao homem branco. (FALOLA; HEATON, 2008, p. 129, tradução nossa)⁴

As elites nigerianas, por sua vez, viam-se como um elo entre os valores tradicionais e o estilo de vida moderno, e ainda que advogassem em favor de valores como o livre comércio, o cristianismo e o antiescravismo, e que reconhecessem que tido ganhos muito sob o regime colonial, reprovavam a colonização, bem como os valores de inferioridade dos africanos na qual ela estava baseada. Nesse contexto, houve o surgimento de um movimento, por parte das elites europeizadas, que tentava distingui-los da cultura britânica, que não os via como iguais. Esse movimento foi acompanhado de muitas críticas e protestos contra o regime colonial, que continuava excluindo a população local do governo e subordinando as autoridades tradicionais. Entre o final do século XIX e o início do XX, surgiu uma imprensa local, que se tornou, rapidamente, uma ferramenta de manifestação e protesto contra o governo colonial. Os jornais demandavam reformas, criticavam políticas prejudiciais à população nigeriana, e reclamavam a participação dos nigerianos no próprio governo, além de difundir valores de “orgulho africano”, opondo-se diretamente às ideologias racistas difundidas pelo governo colonial (IWERIEBOR, 2003).

Além das elites, a classe trabalhadora e os agricultores nigerianos também se sentiam frustrados com o regime colonial e com as mudanças políticas, econômicas e sociais trazidas por ele. No Sul, o principal descontentamento referia-se às novas taxas que haviam sido impostas, sobretudo após a unificação dos protetorados, em 1914. Ainda que diversos protestos tenham ocorrido, poucos conseguiram atingir algum resultado. Em Lagos, por exemplo, uma mobilização em massa conseguiu que, em 1923, fosse promulgada uma nova

⁴ Do original em Inglês.

Constituição (*Clifford Constitution*) pelo governo colonial, criando um Conselho Legislativo de 92 membros eleitos, quatro dos quais seriam nigerianos (IWERIEBOR, 2003). Os protestos, tumultos e críticas direcionados às autoridades coloniais, contudo, eram referentes aos diferentes contextos locais, não havendo um movimento nacionalista amplo e coerente (FALOLA; HEATON, 2008).

Antes da década de 1930, não havia, entre a população da Nigéria, uma percepção dos indivíduos de si mesmos como “nigerianos”. Isso se devia ao fato de que grande parte daqueles que haviam recebido uma educação britânica ainda se recordava de um período em que não estavam sob domínio europeu, guardando laços com as estruturas políticas e sociais existentes anteriormente. Havia, assim, uma identificação maior com outras colônias britânicas, como Costa do Ouro (atual Gana) e Serra Leoa, e a defesa de uma identidade “africana ocidental” (FALOLA; HEATON, 2008). No início da década de 1930, contudo, surgia uma nova geração de nigerianos com educação europeia, que nascera após a implantação do governo colonial britânico e que, diferentemente das gerações anteriores, realizara seus estudos não só no Reino Unido, mas também nos EUA.

Ao longo dos anos 1930, foram criados diversos grupos e sindicatos que, ainda que tivessem um caráter étnico-regional, e não nacionalista, estabeleciam ligações entre as áreas urbanas e rurais, envolvendo-as nas questões políticas locais e regionais. Seus líderes eram, geralmente, nigerianos instruídos nos padrões europeus, mas os membros tinham origem em diversos setores da sociedade. Posteriormente, membros dessa geração se tornaram líderes de movimentos anticolonialistas e começaram a desenvolver movimentos nacionalistas pan-nigerianos, que tinham como centro de atividade Lagos, que não só era o centro do governo colonial, mas também concentrava a maior parte dessas lideranças (FALOLA; HEATON, 2008).

O surgimento desses movimentos ocorreu em um contexto de crise e depressão econômica, iniciado em finais da década de 1920, e que se estendeu até o início da 2ª Guerra Mundial. No final da década de 1930, as atividades dos movimentos nacionalistas e dos sindicatos nigerianos começavam a ter impacto nas políticas coloniais. O início da 2ª Guerra Mundial, no mesmo período, levou os britânicos a tomarem uma série de medidas para controlar a economia e para desenvolver a infraestrutura e os serviços sociais na Nigéria, como forma de angariar recursos para a guerra (IWERIEBOR, 2003). Ainda que essas medidas tendessem a empobrecer ainda mais a Nigéria, elas foram responsáveis pela aplicação de uma série de iniciativas para o desenvolvimento, necessárias desde a unificação dos protetorados. Nesse sentido, o governo colonial investiu na construção de novas estradas,

ferrovias, portos e aeroportos, que tinham por objetivo facilitar o escoamento da produção e o deslocamento de tropas, e também de hospitais militares. Ademais, foram estabelecidos centros de capacitação uma vez que os britânicos precisavam de técnicos, enfermeiras, eletricitas, carpinteiros, entre outros profissionais (FALOLA; HEATON, 2008).

Com o fim da guerra, o sentimento nacionalista nigeriano se viu fortalecido. Primeiramente, a implementação de novas políticas econômicas pelos britânicos, responsáveis por um grande aumento no custo de vida dos trabalhadores, reforçou a necessidade dos nigerianos de ter um governo próprio, com o fim da exploração colonial. Em segundo lugar, as medidas desenvolvimentistas adotadas pelo governo colonial no período da guerra reafirmaram, aos olhos dos nigerianos, o verdadeiro papel de um governo. Surgia, assim, a percepção de que o governo poderia ser uma ferramenta de promoção do desenvolvimento da Nigéria, ainda mais se representasse os interesses nigerianos, e não europeus. Além disso, diversos soldados, após lutarem ao lado dos britânicos na guerra, tiveram dificuldades em encontrar empregos ao retornar às suas casas, ou passaram a ganhar salários muito menores do que no exército, voltando-se, dessa forma, crescentemente à causa nacionalista (IWERIEBOR, 2003).

As medidas econômicas aplicadas pelo governo colonial durante a 2ª Guerra Mundial aumentaram o custo de vida em mais de 200% sem haver, entretanto, um aumento nos salários dos trabalhadores. Como resposta a uma demanda frustrada de um aumento salarial de 50%, 17 sindicatos, que reuniam mais de 30.000 membros, realizaram uma greve geral de 37 dias, paralisando ferrovias e serviços postais e telegráficos. A greve contou com amplo apoio popular e da imprensa, e só foi finalizada após o governo sinalizar que aceitaria a demanda dos sindicatos, marcando, assim, o surgimento de uma nova força no movimento nacionalista e de autogoverno nigeriano. Também entre os apoiadores da greve estava o Conselho Nacional da Nigéria e Camarões (*National Council of Nigeria and the Cameroons – NCNC*), fundado em 1944, por Nnamdi Azikiwe, jornalista nigeriano formado nos EUA e antigo membro do Movimento da Juventude Nigeriana (*Nigerian Youth Movement – NYM*), um dos primeiros movimentos pan-nigerianos a surgir (IWERIEBOR, 2003).

O NCNC não era um partido político, mas um conglomerado de diversos sindicatos étnicos e regionais, que tinha em Lagos o seu centro de atividades. O apoio à greve geral trouxe à organização grande reconhecimento e legitimidade. Após uma suposta tentativa de assassinato de Azikiwe, em 1946, uma ala militante do NCNC foi criada. Seus membros exigiam o fim da dominação colonial por quaisquer meios necessários. Esse grupo aproximou-se da esquerda e passou a defender abertamente um governo socialista para uma

Nigéria independente, promovendo ideias de “empoderamento” do proletariado e de anti-imperialismo, sendo a vanguarda dos movimentos de esquerda, até ser dissolvido em 1950 (ANSPRENGER, 1989).

Pressionado pelo cada vez mais organizado e exigente nacionalismo nigeriano, o governo colonial deu início a um programa de desenvolvimento e autogoverno interno gradual para a Nigéria. Tal programa envolvia um aporte de recursos britânicos e o redirecionamento da arrecadação nigeriana para o desenvolvimento e expansão de serviços sociais, infraestrutura e indústrias locais. Nesse sentido, em 1945 foi estabelecido um plano de desenvolvimento decenal que, diferentemente de qualquer outra política colonial anterior, previa um amplo gasto público em serviços sociais. Havia uma grande preocupação com a expansão da estrutura educacional, além do foco no treinamento de professores e no desenvolvimento da educação secundária. Houve, assim, um rápido crescimento no número de escolas primárias e secundárias na Nigéria no pós-2ª Guerra, e também o surgimento, em 1948, da primeira universidade nigeriana, a University College, em Ibadan, como uma extensão da Universidade de Londres⁵ (AJAYI, 2010). Ainda que o plano marcasse uma nova orientação da política colonial, o seu progresso era lento. Além de não alocar verdadeiramente os recursos (havia apenas uma indicação de onde eles deveriam ser gastos, sem um verdadeiro planejamento), não havia preocupação com o desenvolvimento da indústria local, mas sim com a expansão da economia agrícola. Apesar disso, a economia nigeriana começou a se recuperar nos anos posteriores à guerra. Essa recuperação, todavia, se devia muito mais a uma melhora generalizada na economia mundial do que desenvolvidas pelo governo colonial.

De 1946, quando aconteceram as primeiras reformas constitucionais, até 1960, quando a Nigéria ficou independente, o governo colonial colaborou com as elites nacionalistas para desenvolver, gradualmente, um sistema de autogoverno. O governo colonial, assim, começou pela “nigerianização” do alto-escalão do serviço público, na expectativa de que, com essa concessão, o crescimento dos movimentos fosse refreado. Entretanto, isso não aconteceu, e os nigerianos ganharam mais controle sobre as atividades cotidianas da administração colonial (FALOLA; HEATON, 2008). Além disso, três novas Constituições foram promulgadas entre 1946 e 1954, dando mais poderes legislativos aos nigerianos e aproximando-os, cada vez mais, de um autogoverno.

⁵ A University College se tornou totalmente independente somente em 1962.

A primeira Constituição foi a Constituição Richards, de 1947. Nela, a região norte passou a fazer parte do parlamento central, o que representou uma maior unidade para a Nigéria. Entretanto, ela criou assembleias regionais em cada uma das três regiões existentes (Leste, Oeste e Norte), dando o primeiro passo para um estado nigeriano federado. Apesar de ter sido elaborada para outorgar maior participação dos nigerianos em seu próprio governo, a constituição foi alvo de muitas críticas de todos os grupos nacionalistas, sobretudo por não ter contado com nenhuma forma de consulta a esses grupos em sua elaboração (FALOLA; HEATON, 2008). Afora isso, no que diz respeito à criação de assembleias regionais, as reações dos diferentes grupos nacionalistas foi bastante diversa. O NCNC, de Azikiwe, inicialmente contrário às assembleias regionais, acabou concordando com o estabelecimento destas, ainda que defendesse uma divisão em oito regiões, e não três, além de um governo central com poderes maiores do que os das assembleias regionais. No Norte, predominantemente muçulmano, os diferentes grupos nacionalistas viam com bons olhos a criação das assembleias, pois temiam que um governo centralizado, possivelmente dominado pelo sul, implicasse na adoção de um estado secular em sua região, impedindo que esta fosse regulada pelas leis islâmicas (*Shari'a*) (REYNOLDS, 1999).

A partir da década de 1940, as diferentes identidades étnicas começaram a solidificar-se, e tornar-se politicamente significativas. Além do NCNC e do NYM, diversos outros grupos se desenvolveram em outras regiões da Nigéria. No Norte, a primeira organização cultural foi o *Bauchi General Improvement Union*, fundado em 1948 e renomeado, em 1949, Congresso dos Povos do Norte (*Northern People's Congress – NPC*). De caráter conservador, seu principal objetivo era promover a união do Norte na busca da manutenção da autonomia regional (o que por vezes era visto como uma luta contra a dominação do Sul) sem, entretanto, desafiar a autoridade das estruturas políticas existentes, como outros grupos nacionalistas faziam. Por conta disso, alguns dos membros mais radicais do NPC saíram do grupo, fundando o Sindicato Progressista dos Elementos do Norte (*Northern Elements Progressive Union – NEPU*). Estes viam como contraproducente a rivalidade com o Sul e estabeleceram uma aliança com o NCNC (DUDLEY, 1968).

No início da década de 1950, portanto, ficava claro que a Nigéria estava definitivamente dividida em três zonas étnicas, que coincidiam com as três regiões existentes: o Norte dominado pelos Hausa e Fulani, o Leste dominado pelos Igbo e o Oeste dominado pelos Ioruba. Assim, em 1951, foi promulgada uma nova Constituição (*Macpherson Constitution*), que contou com a realização de uma Conferência Constitucional, em Ibadan, em 1950, com o objetivo de incluir os líderes nacionalistas na sua elaboração

(ANSPRENGER, 1989). A participação desses líderes, contudo, se deu através de representações regionais, o que configurou

[...] um ataque à confiança do movimento nacionalista pan-nigeriano, o qual o movimento pela liberdade, liderado pelo NCNC, tinha desenvolvido com sucesso. Isso significava que à medida que o país se movia em direção à independência, ele não podia negociar e se tornar independente como um coletivo pan-nigeriano unido, mas como um conjunto de segmentos díspares e divididos. Isso dava a oportunidade a políticos regionais, que não haviam desempenhado nenhum papel nas lutas de libertação, de se tornarem postulantes ao poder. Logo, esse foi o início do golpe de Estado colonialista britânico contra o nacionalismo pan-nigeriano (IWERIEBOR, 2003, p. 99-100, tradução nossa)⁶.

A Constituição criou um conselho de ministros (composto por 12 ministros, quatro de cada região, e por seis membros oficiais), transformou o parlamento central em uma câmara de deputados (com metade dos membros representando o norte, e metade representando as regiões leste e oeste) e organizou a primeira eleição geral da Nigéria (FALOLA; HEATON, 2008).

A primeira eleição geral realizada na Nigéria consolidou definitivamente as diferenças étnico-regionais existentes, uma vez que os diferentes grupos e associações culturais organizaram-se como partidos políticos para tentar controlar as diferentes assembleias regionais. No Leste, o NCNC era o partido predominante, e dominou totalmente a região. No Oeste, o Grupo Ação (*Action Group* – AG), que fora criado recentemente, se mostrou amplamente majoritário, conquistando 49 dos 80 assentos na assembleia. Já no Norte, o NPC, que deixara de ser um grupo cultural, e se transformara em partido político, conquistou todos os assentos da assembleia. Após as eleições, os partidos políticos do Leste e do Oeste passaram a pressionar o governo colonial para que esse estendesse a plena administração interna às assembleias regionais. Os partidos do Norte, por sua vez, mantinham-se refratários à ideia, defendendo que ainda não estavam prontos para o autogoverno.

O ponto principal na questão do autogoverno era a eventual centralização do governo. Depois de muitas discussões entre representantes das três regiões, estes chegaram a acordos em diversas áreas, os quais foram incorporados em uma nova Constituição, em 1954 (*Lyttleton Constitution*). Nessa Constituição ficou estabelecido que a Nigéria seria uma federação com três regiões (as mesmas já existentes), e que Lagos seria território federal, administrado pelo governo central. A todas as regiões foi dada a opção de adotar, por meio de

⁶ Do original em Inglês

suas assembleias, o autogoverno completo a partir de 1956, sem haver, entretanto, obrigatoriedade nisso. As regiões Leste e Oeste optaram pelo autogoverno em 1957, e o Norte, em 1959. Em relação a esse processo, cabe destacar que:

Essa adesão a um suposto autogoverno significou que as regiões seriam tratadas como se fossem nações diferentes. Essa era a estratégia britânica de dar primazia a forças regionais e de segmentos sobre o movimento nacional pela independência política. Claramente, o fato de as regiões de um país alcançarem “independência” antes do país como um todo significava que as regiões eram consideradas superiores a uma entidade nacional maior (IWERIEBOR, 2003, p.103, tradução nossa)⁷.

Ainda, ficava decidido que a Federação da Nigéria, como um todo, seguiria sob a autoridade colonial britânica. Em 1957, Alhaji Tafawa Balewa, membro do NPC, do Norte, foi nomeado primeiro-ministro da Nigéria, em um esforço dos nacionalistas de forjar uma unidade nacional (FALOLA; HEATON, 2008).

Em 1959, uma nova eleição foi realizada na Nigéria, para determinar qual seria o primeiro governo independente. Os resultados nas assembleias foram os mesmos de anteriormente: domínio do AG no oeste, do NCNC no leste e do NPC no norte. Em nível federal, o NPC ganhou o maior número de assentos, e um governo de maioria foi formado através de uma aliança entre o NPC e o NCNC, com o AG como partido de oposição. Balewa foi mantido como primeiro-ministro nigeriano, enquanto Nnamdi Azikiwe foi conduzido ao cargo de governador geral. Assim, em 1º de outubro de 1960, a Nigéria se tornou um estado independente, e passou a integrar a *Commonwealth* britânica (MWAKIKAGILE, 2002).

As questões da unidade e identidade nacional nigerianas tornaram-se aparentes logo no início dos anos 1960, estendendo-se por toda a história do país. Essas questões serão aprofundadas mais adiante neste trabalho. Por ora, discutiremos o papel da nação nas relações internacionais.

2.3 A NAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Quando a Nigéria conquistou a sua independência, em 1960, os nigerianos tinham a expectativa de que seu país, por ser o mais populoso do continente africano e detentor de um grande potencial econômico (favorecido ainda mais pela descoberta de petróleo em

⁷ Do original em Inglês

quantidades comercializáveis no Delta do Níger em 1958), assumiria, em pouco tempo, a posição de grande líder africano (FALOLA; HEATON, 2008). Porém, a Federação da Nigéria era bastante frágil. Regionalismos e questões étnicas (ambos com fundos essencialmente políticos) ainda eram empecilhos à formação de uma identidade nacional comum, e o país, apesar da independência política, ainda estava longe de ser independente economicamente. A exportação de produtos agrícolas ainda era a principal fonte de riquezas do país, e as empresas estrangeiras ainda controlavam a exportação. Ademais, havia poucas indústrias, e estas, em sua grande maioria, eram propriedade de companhias europeias.

Além dos fatores econômicos, havia o problema da identificação nacional. O território nigeriano tal como o conhecemos hoje foi criado pela administração colonial britânica, em 1914, e não pelos povos locais. Para estes, portanto, havia menos sentido (ou não havia sentido algum) em se identificar como *nigerianos*, já que eles percebiam-se muito mais como membros das comunidades locais das quais faziam parte antes da colonização britânica (BRUCAN, 1979). Nesse sentido, as Constituições dos anos 1950 dificultaram o desenvolvimento de uma consciência nacional unificada, já que determinavam que o acesso ao poder em nível nacional dar-se-ia a partir do domínio político em nível regional (FALOLA; HEATON, 2008).

Assim, os maiores grupos étnicos acabaram dominando a política de suas respectivas regiões, alienando as etnias minoritárias (que se opunham ao domínio político dos grupos majoritários), dos diferentes processos políticos, e disputando, posteriormente, o poder na esfera nacional. Como resultado dessa disputa política, dissimulada como disputa étnica, a Nigéria se tornou um Estado independente em 1960, sem, entretanto, possuir uma identidade nacional consolidada (BRUCAN, 1974).

Brucan (1974) caracteriza a identidade nacional como o conjunto de crenças, suposições e dogmas (e/ou mitos) que unem os membros de uma comunidade para além de suas próprias consciências de classe. Segundo o autor, a convivência ao longo do tempo de membros de uma determinada comunidade, vivenciando experiências semelhantes e distintas de outras comunidades, associada às tradições políticas e culturais de cada nação e às suas peculiaridades históricas, molda o caráter dessa nação e, com o passar do tempo, produz características particulares no comportamento internacional e nas atitudes dessas em relação a outras nações.

A formação de uma nação, por sua vez, possui três fatores essenciais: o compartilhamento de um território, de uma vida econômica e de um idioma (ou mesmo de diferentes idiomas, contanto que não haja preponderância de um deles). Outros tipos de

vínculos sociais, como cultura, modo de vida, Estado, religião e a identidade nacional podem ser encontrados já no início da formação da nação ou mesmo ser construídos posteriormente, como resultado da convivência da população, não sendo, entretanto, fundamentais para a formação da nação (BRUCAN, 1974). Ainda, de acordo com Brucan (1974), o elemento catalisador que dá coesão às nações é a política. Segundo ele, a luta de uma nação para expandir-se e impor sua vontade a outras nações, ou a luta para defender-se e preservar seus valores nacionais frente àqueles que os ameaçam, e não fatores materiais, espirituais, territoriais, culturais, econômicos ou quaisquer outros, seria o elemento fundamental para manter coesa uma nação. Para ele:

Em última instância, entretanto – para reforçar uma vez mais o ponto – o verdadeiro catalisador de uma nação não são os laços econômicos, nem o mercado nacional, senão a política. Pois *só a política pode convocar, unificar e controlar todos os recursos de uma nação, todos os diferentes aspectos de sua existência – língua, território, economia, cultura, psicologia e tradição comuns – na luta para proteger seus interesses e alcançar suas metas* (BRUCAN, 1978, p.179, grifos do autor, tradução nossa)⁸

Ao analisar as relações internacionais, é preciso levar em consideração, além da relação entre classes – que é sua categoria fundamental para Brucan –, a relação entre nações. Estas, que são a primeira comunidade que conseguiu reunir todos os estratos da população de um determinado território (ainda que em classes distintas), atingiram um nível de unidade e de integração social que outros tipos de comunidades não foram capazes de alcançar. Por conta de sua configuração, ao mesmo tempo em que, internamente, as comunidades nacionais estão separadas por lutas e conflitos sociais, externamente a desigualdade existente nas relações com outras nações atua em favor da unidade nacional. Ainda, segundo o autor,

[...] assim como a desigualdade social é a raiz da política na sociedade, assim a desigualdade nacional é a raiz da política no cenário mundial; [...] o Estado, enquanto encarnação moderna da política serve ao mesmo tempo de instrumento do domínio social dentro da sociedade e como instrumento da nação no cenário mundial.(BRUCAN, 1974, p.114, tradução nossa)

Os Estados, nesse sentido, cumprem funções tanto em processos domésticos, quanto internacionais. Enquanto domesticamente consistem em entidades que atuam junto a diversos outros atores (famílias, tribos, conglomerados industriais, etc.), sendo preponderantes em relação a eles, internacionalmente, os Estados são componentes do sistema internacional que

⁸ Do original em Espanhol

disputam com outros Estados e atores sua sobrevivência e vantagens no cenário internacional (CHAZAN *et al*, 1992). Cabe ainda ressaltar que não há, nas relações internacionais, algo que se assemelhe a um ator central no sistema internacional, que atue como centro de autoridade, e que limite a ação das nações por meio da coerção. Não obstante, isso não significa que a atuação destas não possua limitações. Ainda que não haja uma autoridade central, há uma relação de poder entre os diferentes atores, o que serve de elemento limitador e coercitivo na atuação das diferentes nações no cenário internacional (BRUCAN, 1974).

Ainda, é importante ressaltar um ponto destacado por Silviu Brucan (1974), que defende que há, nas relações internacionais, uma alternância entre relações de classe e relações entre nações. O exemplo mais claro dessa relação são os movimentos de libertação nacional. Enquanto há o domínio de um agente externo, as classes da nação subjugada se unem, independente de suas diferenças, em busca da independência de seu opressor; uma vez que a independência é atingida, contudo, as diferenças de classes se tornam preponderantes, transformando-se em elemento predominante na vida política da nova nação.

No que diz respeito ao continente africano, diversos foram os países que se formaram a partir do agrupamento, realizado pelos colonizadores europeus, de tribos, grupos étnicos ou nacionalidades diferentes em um mesmo território. Estes agrupamentos, no momento da independência, possuíam uma administração central comum, mas não uma nação. Eles tiveram, portanto, que buscar formar nações únicas através da fusão dos diferentes grupos ali reunidos por meio de um grande esforço político. Ainda, um dos claros objetivos das políticas coloniais era a manutenção da desunião e da rivalidade entre os diferentes grupos em cada território, de forma a impedir, deliberadamente, o processo de formação e integração nacional.

Nesse sentido, tinham papel fundamental as políticas econômicas aplicadas nas colônias, que as orientaram para a exportação de matérias-primas e importação de bens manufaturados, e que transformavam a economia colonial em um segmento da economia metropolitana; e os investimentos em infraestrutura, que não objetivavam interligar de maneira eficiente os territórios, e sim criar redes de escoamento da produção dessas matérias-primas. Logo, fica claro que o regime colonial, ainda que paradoxalmente, agia em favor da causa nacional, fazendo com que, através da hostilidade gerada contra si mesmo, os diferentes segmentos da população se unissem na luta pela libertação (BRUCAN, 1974).

3 A POLÍTICA EXTERNA NIGERIANA

Este capítulo analisará, a partir de uma perspectiva histórica, as linhas gerais da política externa nigeriana desde a sua independência, na década de 1960, até os dias atuais. Cada seção abordará diferentes períodos, e nelas serão identificados os principais elementos formadores da política externa nigeriana, bem como seus objetivos, orientações e realizações. Além disso, serão analisados fatores significativos da política interna do país e suas implicações para a política externa.

3.1 A PRIMEIRA REPÚBLICA E A GUERRA CIVIL (1960-1970)

A política externa nigeriana ao longo da Primeira República se mostrou bastante conservadora. Apesar do rompimento das relações diplomáticas com a França logo depois de sua independência, a Nigéria adotou um posicionamento voltado para a manutenção de laços fortes com o Ocidente, sobretudo com a Grã-Bretanha, que era a origem de grande parte de suas importações e o destino de grande parte de suas exportações (AKINTERINWA, 2001). Em relação aos assuntos africanos, a Nigéria adotou um posicionamento pró-descolonização, ainda que de forma bastante conservadora, defendendo que as independências acontecessem de forma negociada (FALOLA; HEATON, 2008).

A Guerra Civil, ocorrida entre 1967 e 1970, contudo, contribuiu para uma mudança significativa na política externa nigeriana. Os secessionistas de Biafra receberam o apoio de países europeus e africanos, tendo alguns destes reconhecido formalmente a República de Biafra. O governo federal nigeriano, por sua vez, esperava contar com o apoio ocidental efetivo, sobretudo de sua ex-metrópole, o que não se verificou, diferentemente do apoio da União Soviética, que se tornou o principal aliado do governo. A guerra de Biafra fez com que o governo nigeriano percebesse a necessidade de inflexão em sua política externa, dando mais atenção principalmente aos países e assuntos do continente africano (PHAM, 2007).

3.1.1 A era Balewa (1960-1966)

Logo no início da década de 1960, o governo nigeriano lançou o Primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional (*First National Development Plan – FNDP*), orientado para aumentar os investimentos em educação, agricultura e indústria. Como forma de atingir uma verdadeira independência econômica, o governo da Primeira República deu grande ênfase ao

desenvolvimento de manufaturas (dentre as quais as de tabaco, de alimentos e de bebidas foram as mais proeminentes), que objetivavam a substituição de importações; e de indústrias (sobretudo nos setores de mineração e de extração de petróleo). É importante lembrar que, à época da independência, a agricultura respondia por cerca de 70% do PIB nigeriano (WRIGHT; OKOLO, 1999).

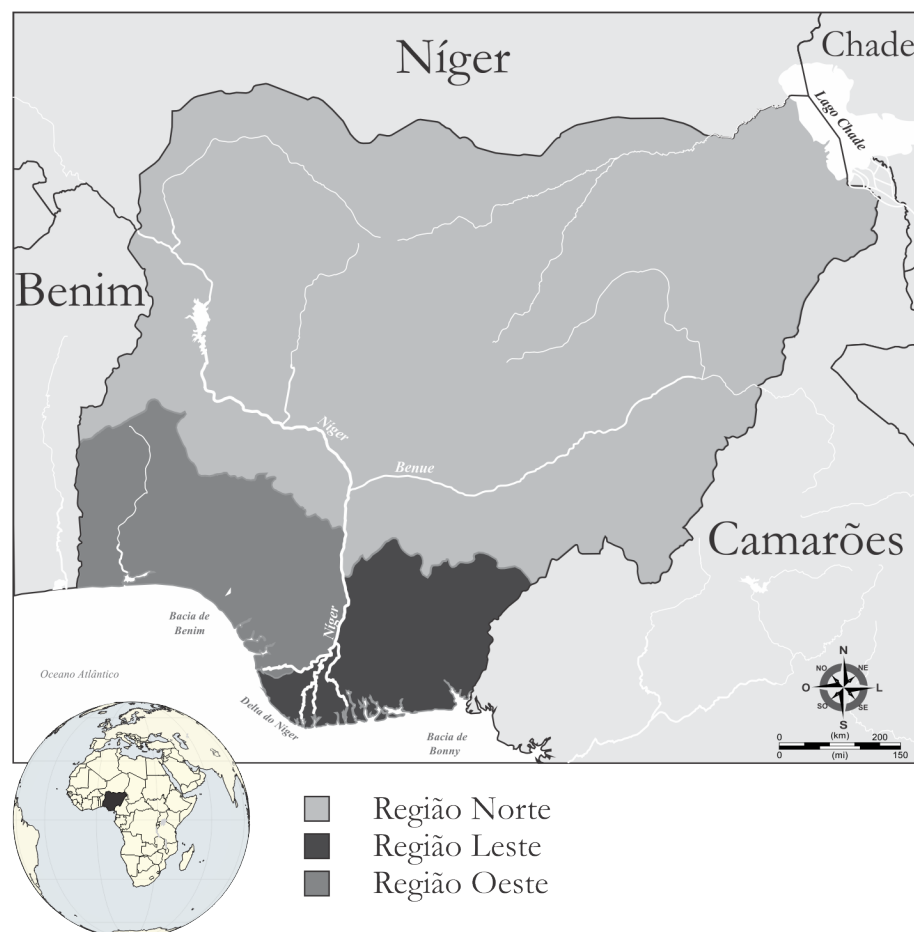
Como resultado do FNDP, a economia nigeriana vivenciou um crescimento estável, além de se diversificar significativamente. Neste período, o governo buscou, através de diversos incentivos, como isenções de impostos e tarifas protecionistas, atrair investimentos estrangeiros para a realização de projetos que ajudassem a promover o desenvolvimento. Como resultado, houve considerável investimento de capital estrangeiro, sobretudo em empresas privadas, contribuindo para a maior diversificação e aumento da produtividade da economia nigeriana, mas perpetuando a dependência desta em relação a recursos externos (FALOLA; HEATON, 2008).

No que concerne à política interna, a década foi marcada pela emergência e consolidação do medo de “dominação” por parte dos partidos das diferentes regiões. Cada partido temia que um governo controlado por um partido de outra região implicasse na submissão de suas respectivas regiões, com o domínio do serviço público por cidadãos de outras regiões e o impedimento do desenvolvimento das suas, além da utilização do sistema político para enriquecer a região dominante, em detrimento das outras. Esse medo da “dominação” de outras regiões contribuiu fortemente para minar o desenvolvimento de uma identidade nacional nigeriana (FALOLA; HEATON, 2008).

A coalizão entre NPC e NCNC, que governava em nível federal desde 1959, rapidamente se tornou dominada pelo NPC. Como consequência, foram tomadas diversas medidas que tinham como objetivo melhorar as condições do Norte na federação, representando, em geral, alguma forma de privação para as regiões e os povos do Sul. O FNDP, nesse sentido, é um exemplo claro da política praticada pelo NPC. Apesar de ser oficialmente um plano de desenvolvimento nacional, grande parte das alocações de recursos eram direcionadas para projetos de defesa, educação, saúde e de transporte realizados no Norte. A justificativa dos líderes do NPC era que o Norte, historicamente mais atrasado, precisava de mais investimentos para alcançar o nível de desenvolvimento do Sul. Isso, contudo, não parecia plausível para os líderes do Sul, e mesmo as relações com o NCNC acabaram deteriorando-se, com este, a partir de 1962, buscando novos aliados em partidos do Sul e em partidos menores do Norte (AKINGBADE, 2009).

No Oeste, o governo, que era dominado pelo AG, passou por uma séria crise política em 1962. À época, parte dos membros do partido passou a defender que a oposição à coalizão entre NPC e NCNC não era frutífera para a região, sendo muito mais interessante, para o AG, aproximar-se do NPC – na esperança de atrair mais investimentos federais. Outra parte dos membros, entretanto, acreditava que a região deveria nacionalizar indústrias e buscar, de todas as maneiras possíveis, tornar-se autossuficiente e, por consequência, o menos dependente possível do governo federal, diminuindo, também, a importância do NPC na região. A crise levou à suspensão, por parte do primeiro-ministro Balewa, do governo do AG na região Oeste por seis meses. Ao fim desse período, o premiê da região Oeste, S. L. Akintola, foi reconduzido ao seu posto, mas em um novo partido, o Partido dos Povos Unidos (*United People's Party* – UPP), transformando o AG em um partido minoritário (FALOLA; HEATON, 2008).

Mapa 4 – Mapa das divisões regionais da Nigéria (1960-1963)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de FALOLA; HEATON, 2008.

Em 1962, foi realizado um censo na Nigéria, que tinha entre outros objetivos, estabelecer uma melhor divisão dos assentos da Câmara de Deputados Federal e dos recursos federais. O censo, entretanto, foi claramente fraudado, em uma tentativa dos partidos do Sul de enfraquecer o NPC. O governo, entretanto, não aceitou o resultado, e um novo censo foi realizado em 1963. Ainda que os resultados desse censo também tenham sido considerados imprecisos, o crescimento da população foi proporcional nas diferentes regiões, e o censo foi ratificado, mantendo a preponderância do Norte na Câmara de Deputados (FALOLA; HEATON, 2008).

No ano seguinte, em 1964, foram realizadas eleições federais. Foram criadas duas coligações de partidos, a Grande Aliança Progressista Unida (*United Progressive Grand Alliance – UPGA*), composta pelo NCNC, pelo AG, pelo NEPU e por outros partidos minoritários do Norte, e a Aliança Nacional Nigeriana (*Nigerian National Alliance – NNA*), composta pelo NPC, pelo recém-criado (pelo premiê Akintola) Partido Nacional Democrático Nigeriano (*Nigerian National Democratic Party – NNDP*) e por partidos menores do Sul. O período de campanha foi bastante conturbado, com grande perseguição e ataques aos partidários e candidatos da UPGA. Vários deles foram presos sob acusações infundadas ou tiveram suas candidaturas impugnadas sem maiores explicações. Ao final das eleições, ocorridas em 30 de dezembro de 1964, a NNA havia conquistado 198 dos 312 assentos na Assembleia Federal. (ABEGURIN, 2003)

Em outubro do ano seguinte, foram realizadas eleições na região Oeste, as quais, em grande medida, foram uma repetição das eleições federais, com os partidários e candidatos da UPGA sendo perseguidos. Além disso, a UPGA passou por um “racha” interno, devido a uma divergência entre o AG e o NCNC sobre a divisão dos assentos da Assembleia Regional. Quando os resultados das eleições, amplamente fraudados, foram divulgados, ambos os lados declararam vitória, e a população tomou as ruas, em protesto. Um clima de violência se seguiu nos meses de novembro e dezembro daquele ano, marcado por vários conflitos entre partidários da UPGA e a polícia. A tensão na região Oeste se acentuou com a revolta de vários agricultores devido à diminuição do preço do cacau operada pelo governo. Com a região completamente fora de controle, as forças militares do país, sobretudo os oficiais Igbos, começaram a orquestrar o golpe que daria fim à Primeira República (FALOLA; HEATON, 2008).

Em termos de política externa, logo que a Nigéria se tornou independente, o primeiro-ministro Balewa, em um pronunciamento ao parlamento, estabeleceu os princípios que norteariam a política externa nigeriana, afirmando que ela seria conduzida de forma

independente, baseada nos interesses do país, e consistente com os princípios morais e democráticos em que a constituição do país estava baseada. Além disso, ela teria como objetivos a defesa da soberania, da integridade nacional e da independência nacional nigeriana; a criação de condições econômicas, políticas sociais e culturais que assegurassem a independência da Nigéria e de outros países africanos; a promoção dos direitos dos povos negros e de todos os outros sob o jugo colonial; a promoção da unidade africana; a promoção da paz mundial, estruturada sob a liberdade, o respeito e a igualdade mútua entre todos os povos do mundo; o respeito pela integridade territorial de todas as nações; e o não-alinhamento em relação às disputas entre o Leste e o Oeste, com liberdade de associação e de ação no sistema internacional (GAMBARI, 2008).

Contudo, a política externa nigeriana ao longo da Primeira República (1960-1966) foi marcada por uma atuação tímida e vacilante, sendo conduzida por um governo que refletia a desunião do país (GAMBARI, 2008). O país possuía um governo central enfraquecido, com governos regionais fortes, que tinham autonomia para elaborar suas próprias políticas externas. As regiões, além disso, mantinham delegações separadas em Londres, o que gerava confusões na articulação da política externa (WRIGHT; OKOLO, 1999). Mesmo perante a defesa formal do não-alinhamento, ou de um “neutralismo positivo”, a política externa da Nigéria nesse período estruturou-se de forma conservadora e pró-Ocidental, fortemente ligada à antiga metrópole e afastada do radicalismo do ganês Kwame Nkrumah (WRIGHT; OKOLO, 1999). Apesar disso, em janeiro de 1961, o primeiro-ministro nigeriano rompeu as relações diplomáticas do país com a França, como forma de protesto contra os testes nucleares franceses no Saara (ADEBAJO, 2008). Em resposta, a França buscou dificultar, entre 1963 e 1966, as negociações nigerianas de um acordo de comércio com a Comunidade Econômica Europeia (CEE). As relações entre os dois países foram retomadas em 1966 e a Nigéria, após ter negociado e assinado o acordo com a CEE, não o ratificou (ADEBAJO, 2008).

Em janeiro de 1966, como resultado da instabilidade da Primeira República, teve início o primeiro golpe militar nigeriano. O golpe foi realizado a partir das diferentes regiões, e seus líderes afirmavam que ele tinha por objetivo “pôr um fim ao tribalismo e à corrupção que caracterizavam a Primeira República” (FALOLA; HEATON, 2008, p.172, tradução nossa)⁹. Durante o golpe, o primeiro-ministro Tafawa Balewa, o premiê da região Oeste, Akintola, e o da região Norte, Ahmadu Bello, foram mortos, assim como diversos oficiais

⁹ Do original em Inglês

militares do Norte. O poder foi então assumido pelo comandante das Forças Armadas nigerianas, Major General John Aguiyi-Ironsi, uma das lideranças golpistas, com os objetivos de restabelecer a lei e a ordem, erradicar o regionalismo e pôr fim à corrupção, mantendo os serviços essenciais. Ironsi proibiu os partidos políticos, e estabeleceu governantes militares em cada uma das regiões. As suas atitudes no poder, entretanto, levaram grande parcela das populações do Norte a ver o seu governo como parte de um plano dos oficiais do Sul (sobretudo os Igbo), de subjugar a porção setentrional do país.

A principal medida adotada por Ironsi foi a abolição do sistema federativo e sua substituição por um sistema unitário, que pôs fim à estrutura regional da Nigéria, substituindo-a por “grupos de províncias” e impondo, tanto aos militares quanto ao serviço público, a integração e a subordinação à administração central. Para o Norte isso configurava uma afronta direta, uma vez que a região, aos seus olhos, passaria a ser administrada por servidores públicos e ocupada por militares do Sul (FALOLA; HEATON, 2008).

Como resposta, um grupo de oficiais e suboficiais do Norte organizou um contragolpe em julho de 1966, capturando e matando Ironsi, e instituindo o Tenente Coronel Yakubu Gowon como chefe de Estado e comandante supremo das Forças Armadas (SIOLLUN, 2009). Sua primeira medida foi a revogação do decreto que abolia o federalismo, voltando o país a ser dividido em uma estrutura com três regiões. Após o contragolpe, a situação dos Igbos tornou-se bastante preocupante. Uma série de ataques, sobretudo em setembro de 1966, principalmente na região Norte e conduzida por militares do Norte, contra Igbos e outros povos do Leste, levou a morte de mais de 80.000 cidadãos do Leste, e gerou um sentimento de vingança contra os povos do Norte que viviam no Leste. Como resultado desse período de violência, entre 1966 e 1967, grande parte das populações do Leste que viviam no Norte voltaram para a sua região de origem, e as populações originárias do Norte fizeram o mesmo (FALOLA; HEATON, 2008).

No início de 1967, uma série de encontros foi realizada entre Gowon e o governante militar da região do Leste, o Tenente Coronel Ojukwu. Enquanto Ojukwu considerava a possibilidade de secessão da região Leste, Gowon buscava a manutenção desta como parte da federação. Os encontros, no entanto, não resultaram em um acordo claro, e enquanto Gowon acreditava que havia conseguido manter o Leste como parte da federação, Ojukwu acreditava ter liberdade total no governo do Leste, inclusive para, eventualmente, separar-se da federação. O governante do Leste, assim, anunciou que a partir de abril daquele ano a região passaria a ser administrada independentemente, ao que Gowon respondeu com um bloqueio da costa e com uma série de sanções econômicas contra a região. Assim, em 30 de maio

daquele ano, Ojukwu declarou a independência da região Leste, renomeando-a República Independente de Biafra (ZINN, 2005).

3.1.2 A Guerra Civil nigeriana (1967-1970)

O governo de Gowon não aceitava a independência da região Leste por três motivos principais: primeiramente, porque acreditava na viabilidade de uma unidade nigeriana, estando disposto a lutar para preservá-la; em segundo lugar, porque aceitar a secessão de Biafra seria criar precedentes para a secessão de quaisquer outros grupos minoritários que fizessem parte da federação; e, por fim, porque o território reivindicado por Biafra englobava quase 70% das reservas de petróleo do país, o que significaria, caso a secessão fosse atingida, acabar com uma importante fonte de arrecadação para o governo militar federal e para a maioria da população¹⁰(FALOLA; HEATON, 2008).

Enquanto para o governo federal a guerra que se estabeleceu se tratava mais de uma “ação policial”, que deveria ter curta duração, para os secessionistas tratava-se de uma guerra pela sua sobrevivência. Nesse sentido, os biafrenses buscaram caracterizar a guerra como uma tentativa do governo federal de promover o genocídio de populações Igbo. Isso se devia, em grande parte, às medidas adotadas por Gowon, que tinham por objetivo isolar e empobrecer o território de Biafra, como forma de abreviar o conflito (FALOLA; HEATON, 2008). Entre essas medidas, estava o anúncio, realizado por Gowon imediatamente após a declaração de independência da região, de estado de emergência e da criação de doze novos estados, a partir de divisões nas três regiões existentes e na capital federal (Lagos) (WRIGHT; OKOLO, 1999). Ele, com isso, buscava enfraquecer os secessionistas, reduzindo o apoio recebido por eles, já que dos três estados criados a partir da região Leste, apenas um era de maioria Igbo (FALOLA; HEATON, 2008).

Gowon também adotou medidas que visavam a enfraquecer economicamente os secessionistas. Além da manutenção do bloqueio costeiro, foi instituído um cordão militar ao redor do território de Biafra, impedindo a entrada e saída de alimentos e de outros produtos. Além disso, em janeiro de 1968, Gowon anunciou que a Nigéria adotaria novas notas da libra nigeriana. Rapidamente, os recursos dos biafrenses, que não tinham acesso à nova moeda, foram esgotados, com um aumento significativo na inflação e escassez de alimentos. O objetivo de Gowon, com essas medidas, era criar insatisfação entre os grupos minoritários que

¹⁰ Estima-se que a população nigeriana, à época, era de aproximadamente 60 milhões de habitantes, enquanto a de Biafra era de 15 milhões (COLLIER, HOEFFLER, 2004).

estavam englobados em Biafra, levando-os, assim, a levantar-se contra o governo secessionista. As medidas adotadas pelo governo federal logo levaram a uma fome generalizada em Biafra, o que contribuiu para que Ojukwu e outros líderes biafreses propagassem o conflito como sendo um genocídio contra os Igbos, conquistando, assim, o apoio e a simpatia externa de diversas fontes (ZINN, 2005).

Mapa 5 – Mapa da República de Biafra (1967)



Fonte: elaborado pelo autor com dados de FALOLA; HEATON, 2008.

Inicialmente Biafra possuía pouco apoio internacional. A partir de 1968, entretanto, essa situação começou a se alterar em favor da república secessionista. Diversos países europeus e asiáticos, apesar de não reconhecerem Biafra oficialmente, expressaram sua solidariedade com os separatistas. Nesse contexto, França (que buscava enfraquecer uma possível ameaça nigeriana à sua esfera de influência) e Portugal tornaram-se fornecedores de suprimentos e de apoio logístico a Biafra (ADEBAJO, 2008). Israel, por sua vez, via em Biafra um Estado semelhante a si próprio, cercado por inimigos desejosos de eliminá-lo, e por

isso, supostamente, estendeu o seu apoio aos secessionistas (sem esquecer, todavia, de que Israel, à época, recebia apoio francês para a construção de sua bomba atômica). Além disso, os regimes de minoria branca na África do Sul e na Rodésia (atual Zimbábue) estenderam seu apoio político, e diversos membros da Organização da Unidade Africana (OUA), como Tanzânia, Gabão, Costa do Marfim e Zâmbia formalmente reconheceram a independência de Biafra (GAMBARI, 2008).

A OUA, contudo, recusou o reconhecimento de Biafra, considerando que se tratava de um conflito interno nigeriano. O Reino Unido, por sua vez, deu um apoio bastante hesitante ao governo federal, e os EUA, por considerarem que se tratava de uma esfera de influência britânica, preferiram manter-se afastados do conflito. Como resultado disso, o governo federal buscou apoio na União Soviética (URSS), que rapidamente transformou-se no maior fornecedor de armamentos e conselheiros militares à Nigéria (PHAM, 2007). A China, por seu turno, em um contexto de disputa com a URSS pela liderança do mundo comunista, também expressou sua simpatia com os separatistas, fornecendo algumas armas leves a Biafra (MTHEMBU-SALTER, 2009).

Além desses, diversos outros atores não-estatais tiveram participação na guerra. A Igreja Católica, representada pelo Vaticano, expressou simpatia pela causa biafrense e, junto com a Cruz Vermelha, forneceu apoio e suprimentos aos secessionistas (GAMBARI, 2008; FALOLA; HEATON, 2008). Ademais, tanto Biafra, quanto o governo federal, contaram com a participação de mercenários em suas tropas. O apoio dos diversos atores externos aos separatistas, principalmente através do fornecimento de suprimentos, prolongou significativamente o conflito. Este teve fim apenas em 1970, quando o Major General Phillip Effiong, que havia substituído Ojukwu, assinou a rendição em Lagos (AKINTERINWA, 2001).

3.2 A DÉCADA DE OURO (1970-1979)

A Nigéria entrou na década de 1970 como o país mais populoso do continente africano, como a economia mais rica da África negra, e como detentora do maior exército da África. A sua política externa, nessa década, sofreu uma inflexão em relação ao período anterior, sendo três os fatores determinantes para isso (ADEBAJO, 2008; WRIGHT; OKOLO, 1999).

O primeiro desses fatores foi o sucesso obtido pelos generais que governaram o país no período no sentido de fortalecer o governo central em relação às diferentes regiões e estados nigerianos. Tal fortalecimento foi promovido, sobretudo, através da divisão das regiões em estados menores, o que contribuiu para a centralização e consolidação de uma política externa federal. Em segundo lugar, a experiência adquirida pelo governo central com a Guerra Civil, especialmente devido ao apoio, e em alguns casos reconhecimento diplomático, dado por diversos vizinhos a Biafra, fez com que o governo realizasse uma reavaliação de sua política externa para a África, abandonando assim o perfil discreto e hesitante. Por fim, o crescimento da riqueza oriunda do petróleo e a associação à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), possibilitaram à Nigéria a realização de uma política externa mais ativista, permitindo a expansão de sua ajuda externa para o continente africano (sem necessariamente alguma forma de reciprocidade, sobretudo graças à ausência de relações comerciais com os outros países da África) (GAMBARI, 2008). Esses fatores, em conjunto, contribuíram para dar mais coerência à política externa nigeriana (WRIGHT; OKOLO, 1999).

3.2.1 A era Gowon (1970-1975)

Ao final da Guerra Civil, o governo federal empreendeu uma rápida expansão do setor petrolífero no Delta do Níger, dando início ao *boom* do petróleo na década de 1970. A produção, que em 1958 era de cerca de 5.100 barris por dia e em 1966, imediatamente antes da guerra já era de 417.000 barris por dia, passou para 1,1 milhões de barris por dia em 1970 e para 1,7 milhões de barris por dia em 1972, chegando a 2,3 milhões de barris por dia em 1974, sendo a subsidiária nigeriana da anglo-holandesa Shell a maior produtora (FALOLA; HEATON, 2008). À medida que a produção de petróleo crescia, fomentada por uma escassez global do produto, a arrecadação do governo nigeriano também aumentava. Em 1971, o país passou a fazer parte da OPEP, que, em 1973, impôs um embargo aos países ocidentais, devido ao seu apoio a Israel na Guerra do Yom Kippur, em outubro do mesmo ano.

Com o embargo, os preços do petróleo aumentaram significativamente¹¹, fazendo crescer também a importância da receita oriunda do petróleo para o governo nigeriano, que diminuiu, ou mesmo extinguiu outras formas de arrecadação, como impostos e tarifas alfandegárias. O enorme influxo de capitais levou a uma expansão nos gastos do Estado, com

¹¹ Passando de US\$ 3,80 para US\$ 14,70 o barril (FALOLA; HEATON, 2008).

um inchaço do serviço público e amplo investimento em grandes projetos de infraestrutura, como a reconstrução de estradas e aeroportos que haviam sido destruídos durante a guerra. Além disso, foram construídas escolas e quartéis, e foi realizado um aumento na alocação de verba para os militares (FALOLA; HEATON, 2008). A economia florescente desse período, baseada nas exportações de petróleo, permitiu à Nigéria alcançar proeminência internacional e também buscar políticas vigorosas tanto para a África Ocidental quanto para o continente como um todo. Um exemplo disso é o fato de que, em fevereiro de 1973, o embaixador nigeriano Olu Sanu foi o porta-voz africano nas reuniões entre os Estados da África, Caribe e Pacífico e a Comunidade Econômica Europeia, tendo um papel ativo nas negociações que culminaram, em 1975, na assinatura da Convenção de Lomé (ADEBAJO, 2008).

As negociações para a assinatura da Convenção foram o primeiro fórum que envolveu Estados africanos anglófonos e francófonos, e a atuação de liderança nigeriana foi fundamental para aumentar a confiança individual e mútua desses países. A união fomentada no processo de discussão da Convenção de Lomé contribuiu para que os Estados francófonos passassem a perceber que a cooperação econômica em um bloco maior poderia trazer benefícios mútuos para todos os países da região, além de passarem a ver a Nigéria como um líder confiável nos assuntos africanos. Todos esses fatores em conjunto contribuíram para o estabelecimento, em 1975, pela Nigéria e com apoio do Togo, da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano (*Economic Community of West African States – ECOWAS*) (ADEBAJO, 2008).

Como contrapartida à crescente liderança nigeriana no início da década de 1970, e à diminuição da coesão dos países francófonos africanos entre si e em relação à França, a antiga metrópole estimulou, sobretudo a partir de 1971, com um *tour* do presidente francês George Pompidou a esses países, iniciativas dos líderes locais que se contrapusessem a uma possível consolidação da liderança nigeriana na região. Nesse contexto, em 1973 foi criada a Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO), formada pelos países que faziam parte da Comunidade Financeira Africana, ou Zona do Franco (*Communauté Financière Africaine – CFA*). Esta comunidade, entretanto, não obteve muito sucesso em minar a liderança nigeriana na região, uma vez que alguns de seus membros (Níger, Togo, Benim e Alto Volta – atual Burkina Faso) não viam como viável uma união econômica na região que excluísse a Nigéria (OJO, 1980).

O foco no petróleo como base da economia nigeriana, entretanto, levou o governo a negligenciar o desenvolvimento de outros setores, como a agricultura. O país, que durante muito tempo fora exportador de alimentos, se tornava, nesse período, cada vez mais

dependente da importação destes. O *boom* do petróleo e a grande disponibilidade de capital, ao invés de incentivarem o crescimento do setor produtivo, levaram a um aumento do consumo e das importações e, como consequência disso, a um crescimento da inflação. Ademais, os setores agrícola e de manufaturas se viram prejudicados pela redução dos impostos de importação adotada pelo governo, na tentativa de acabar com a inflação, o que contribuiu para aumentar a competição e inundar o mercado interno com produtos mais baratos do que os nacionais (FALOLA; HEATON, 2008).

O *boom* do petróleo também motivou uma crise em torno da alocação dos recursos oriundos de sua produção. Os estados produtores de petróleo queriam que a distribuição fosse feita de acordo com a produção de petróleo de cada estado, enquanto aqueles que não possuíam nenhum tipo de produção queriam que a distribuição fosse feita de acordo com o tamanho da população de cada estado. Assim, em 1970 o governo federal estabeleceu que 45% dos recursos oriundos do petróleo seriam divididos entre os estados produtores e os 55% restantes seriam encaminhados para os cofres nacionais, sendo metade disso encaminhado para um fundo chamado Conta de Reserva Distributiva (*Distributable Pool Account – DPA*).

Metade da verba direcionada para a DPA seria distribuída igualmente entre os estados, e a outra metade seria distribuída de maneira proporcional ao tamanho da população de cada estado. Em pouco tempo os 45% do total da arrecadação, que eram distribuídos diretamente aos estados, foram reduzidos a 20%, sendo, em 1979 extinguidos por completo, com toda a receita sendo direcionada para os cofres do governo federal. Como resultado do foco na arrecadação oriunda do petróleo, em 1974 o país já se encontrava totalmente dependente do produto, sendo cerca de 80% da arrecadação do governo nigeriano oriunda do petróleo, e extremamente vulnerável as flutuações internacionais no seu preço (FALOLA; HEATON, 2008).

Pouco depois do fim da Guerra Civil, Gowon anunciou um plano de recondução do país ao governo civil. O plano propunha a reorganização do serviço público e militar, a eliminação da corrupção, a realização de investimentos em empresas voltadas para o desenvolvimento, a elaboração de uma nova constituição, a criação de novos estados, a realização de um novo censo, o estabelecimento de novos partidos nacionais e, por fim o retorno ao governo civil (PETERS, 1997). Gowon, entretanto, não conseguiu atingir a maioria desses objetivos, o que, aliado à rampante corrupção entre os membros do alto escalão de seu governo, contribuiu para que a sua credibilidade fosse bastante abalada. Apesar disso, Gowon não demonstrava pressa para realizar a transição para o governo civil, e em 1974 anunciou que esta, que estava planejada para acontecer naquele ano, ocorreria apenas em 1976,

juntamente com grande parte das medidas previstas no plano de redemocratização, que ainda não haviam sido levadas a cabo (FALOLA; HEATON, 2008).

O fracasso do governo Gowon se tornou evidente após esse discurso, e todos os segmentos políticos da sociedade, dos civis aos militares, retiraram qualquer forma de apoio a ele. Como resultado disso, em julho de 1975, enquanto Gowon estava em um encontro da OUA em Uganda, cinco oficiais, liderados pelo chefe da segurança de Gowon, Coronel Joseph Garba, e pelo Tenente Coronel Musa Yar'Adua, perpetraram um golpe sem derramamento de sangue, e conduziram o General Murtala Mohammed ao poder. O golpe foi amplamente apoiado em todo o país, sobretudo por conta da expectativa de transição para um governo civil. Assim que assumiu, Mohammed deu início a uma série de reformas institucionais, que objetivavam atender aos anseios da sociedade nigeriana (WALI, 2010).

3.2.2 A era Mohammed/Obasanjo (1975-1979)

Murtala Mohammed deu início à terceira fase da política externa nigeriana, tendo sucesso em redirecioná-la para uma postura de não-alinhamento mais genuína. Logo no início de seu governo ele reconheceu o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) como o único representante legítimo do povo de Angola, e teve papel fundamental no direcionamento da opinião da OUA em favor do reconhecimento do MPLA. Ainda, Mohammed ampliou o apoio diplomático, financeiro e material aos movimentos de libertação da África Austral, o que resultou no convite para que a Nigéria integrasse os encontros dos “Estados da Linha de Frente” (Botswana, Zâmbia e Tanzânia – e, posteriormente, também Angola e Moçambique). Além disso, o General adotou uma postura dura em relação às potências ocidentais, confrontando-as diretamente sempre que julgou necessário. Assim, em um discurso realizado na cúpula extraordinária da Organização da Unidade Africana, em janeiro de 1976, em Adis Abeba, ele declarou que os países africanos já estavam maduros o suficiente, que não precisavam de conselheiros estrangeiros que os alertassem sobre o comunismo e sobre uma suposta ameaça soviético-cubana, e que os países do continente escolheriam seus amigos e parceiros independentemente de influências estrangeiras (GAMBARI, 2008).

Internamente, Mohammed perseguiu a consecução de três objetivos principais: a eliminação da corrupção, a promoção da unidade nacional e a transição para um regime civil. Na tentativa de eliminar a corrupção, Murtala Mohammed ordenou a aposentadoria compulsória de grande parte dos oficiais militares vinculados ao regime de Gowon e de mais de 10.000 funcionários públicos, acusados de corrupção e baixa produtividade (FALOLA;

HEATON, 2008). No que concerne à promoção da unidade nacional, uma de suas primeiras medidas no comando da Nigéria foi o início da transferência da capital federal de Lagos para Abuja, localizada no centro do país (que se concluiu apenas em 1991). A ideia era aproximar a capital das demais regiões nigerianas, além de garantir que esta seria controlada apenas pelo governo federal, e não por nenhum governo estadual, como era o caso de Lagos. Além disso, em fevereiro de 1976, Mohammed anunciou a criação de sete novos estados, a partir dos doze já existentes, elevando para 19 o número de estados nigerianos. O objetivo era promover a união nacional através da distribuição mais equitativa dos recursos federais, além de diminuir, entre os nigerianos, a percepção de que o governo federal era apenas uma ferramenta de opressão das minorias (FATILE, 2011).

Em fevereiro de 1976, contudo, Murtala Mohammed foi assassinado em uma tentativa frustrada de golpe. O segundo homem no comando, Tenente General Olusegun Obasanjo, então assumiu o poder. Em termos de política interna, seu governo representou uma continuidade, mantendo os principais objetivos do governo anterior. Nesse contexto, a Nigéria sediou o Festival da Arte e Cultura Negra (*Festival of Black Arts and Culture – FESTAC*), em 1977, cujo objetivo foi exibir as culturas tradicionais do país, além de facilitar a interação e a discussão entre os grandes líderes e pensadores africanos. O evento se concentrou em um centro de convenções de última geração construído especificamente para o festival, que refletia bem o período de prosperidade, originado pela produção de petróleo, que o país vivia (FALOLA; HEATON, 2008).

Em 1978, pela primeira vez na década, os preços do petróleo sofreram uma queda significativa, o que levou a uma notável redução na produção nigeriana (de 2,1 para 1,5 milhões de barris por dia) e, conseqüentemente, a um crescimento gigantesco do déficit na balança de pagamentos do país. A resposta do governo Obasanjo foi dada através de medidas de austeridade, com a criação de novos impostos, cortes nos gastos com o serviço público e restrições às importações, entre outras (HERBST; SOLUDO, 2001).

Em termos de política externa, Obasanjo também se mostrou bastante alinhado com o governo anterior, com períodos de diferença bastante pontuais, associados, sobretudo, a diminuições no preço internacional do petróleo. Nesse sentido, a Nigéria foi um dos articuladores do boicote aos Jogos Olímpicos de 1976 e aos jogos da *Commonwealth* de 1978, ambos em protesto contra a participação da Nova Zelândia, que mantinha uma aproximação esportiva com a África do Sul *apartheidista* (WRIGHT; OKOLO, 1999). Além disso, durante o governo Obasanjo, a Nigéria intensificou seus esforços de mediação na guerra entre Somália e Etiópia (1977-1978), no conflito entre Uganda e Tanzânia (1978-1979) e na disputa

do Saara Ocidental (1979), o que levou a um reconhecimento, por parte do Ocidente, da crescente importância política, diplomática e econômica nigeriana no continente africano (GAMBARI, 2008).

No ano de 1978, entretanto, devido à queda no preço do petróleo e do conseqüente enfraquecimento nigeriano, a Nigéria conheceu, em alguns momentos, um enfraquecimento em seu posicionamento ativista. O país, nesse contexto, estabeleceu relações com o Irã do Xá Mohammad Reza Pahlavi e contraiu grande quantidade de empréstimos de mercados financeiros ocidentais. Além disso, foram realizadas visitas diplomáticas mútuas entre Obasanjo e o presidente dos EUA, Jimmy Carter, e a Nigéria chegou mesmo a demonstrar um apoio inicial às propostas de paz anglo-americanas para o Zimbábue-Rodésia (GAMBARI, 2008). O posicionamento ativista, contudo, foi retomado em finais de 1978, com a nacionalização do banco britânico *Barclays*, sob a justificativa de que este realizava operações financeiras na África do Sul *apartheidista* (ABEGUNRIN, 2003).

No ano seguinte, coincidindo com um aumento na arrecadação oriunda do petróleo, o país retomou com mais força ainda as políticas ativistas anteriores, encerrando o apoio às propostas de paz anglo-americanas para o Zimbábue-Rodésia, ampliando o apoio financeiro e diplomático à Frente Patriótica de Libertação do país e rejeitando os resultados das suas eleições, que transformavam o bispo Abdel Muzorewa em seu primeiro-ministro. Ademais, Obasanjo realizou a nacionalização da companhia petrolífera inglesa *British Petroleum*, e estabeleceu um corte de 10% no fornecimento de petróleo da empresa, como forma de pressionar a primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, a remover sanções impostas ao Zimbábue-Rodésia e a rever a sua intenção de reconhecer o regime de Murozewa (GAMBARI, 2008).

Uma nova Constituição, que havia sido elaborada por um Comitê Constituinte (*Constitution Drafting Comitee – CDC*), criado por Murtala Mohammed, em 1975, foi implementada em 1978. Esta Constituição, influenciada pela Constituição estadunidense, criou os cargos de presidente e vice-presidente, e estabeleceu uma estrutura dividida em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e estabeleceu a realização de eleições em 1979. Além disso, a Constituição criou novas regras para a criação de partidos, que deveriam ter um caráter obrigatoriamente nacional. De forma a garantir isso, todos os partidos eram obrigados a aceitar membros de todas as regiões do país, a estabelecer suas sedes na capital federal e a atuar em pelo menos dois terços dos estados nigerianos (FALOLA; HEATON, 2008).

Ao final do período de inscrição, apenas cinco partidos foram reconhecidos pela Comissão Eleitoral Federal: o Partido da União da Nigéria (*Unity Party of Nigeria – UPN*),

liderado por Obafemi Awolowo; o Partido do Povo Nigeriano (*Nigerian People's Party – NPP*), liderado por Nnamdi Azikiwe; o Grande Partido do Povo Nigeriano (*Great Nigerian People's Party – GNPP*), uma dissidência do NPP, liderado por Waziri Ibrahim; o Partido Nacional da Nigéria (*National Party of Nigeria – NPN*); e o Partido da Salvação do Povo (*People's Redemption Party – PRP*), liderado por Aminu Kano (FALOLA; HEATON, 2008).

De todos os partidos, apenas o NPN, que tinha Alhaji Shehu Shagari como candidato à presidência, possuía um caráter verdadeiramente nacional. Consequentemente, nas eleições realizadas entre julho e agosto de 1979, o NPN saiu como o grande vencedor, controlando os governos e assembleias em nove estados (três no Sudeste, um no Sudoeste e cinco no Norte) e conquistando 168 dos 449 assentos na Câmara Federal de Deputados e 35 dos 95 assentos no Senado. Mesmo não sendo maioria, o NPN conquistou mais assentos que qualquer outro partido. Nas eleições presidenciais ele também saiu vitorioso, e em outubro de 1979, Olusegun Obasanjo passou a presidência para Alhaji Shehu Shagari, dando início à Segunda República da Nigéria (OSAGHAE, 1998).

3.3 A SEGUNDA REPÚBLICA E O NOVO PERÍODO MILITAR (1979-1993)

A década de 1980 foi marcada por um declínio na importância internacional da Nigéria. A má gestão econômica do governo Shagari levou a uma crise de endividamento que, à medida que se aprofundava, tornava cada vez mais difícil ao país opor-se diretamente às potências ocidentais no cenário internacional. Além disso, o fim do *boom* do petróleo impôs sérias limitações à ferramenta mais importante da política externa nigeriana na década de 1970. A adoção de um Programa de Ajuste Estrutural, a partir de 1986, e a tentativa de aproximar-se do mundo islâmico, com a adesão à Organização da Conferência Islâmica, em 1986, contribuíram para diminuir a estabilidade da Nigéria, deteriorando ainda mais a sua capacidade de projeção internacional (FALOLA; HEATON, 2008).

Ainda assim, a década de 1980 marcou o sucesso nigeriano em questões internacionais importantes. Nesse período, diversos países que haviam contado com o apoio da Nigéria em suas lutas anticoloniais atingiram as suas independências. Além disso, o final da década de 1980 e o início da década seguinte marcaram o maior envolvimento da Nigéria com a manutenção da paz no Oeste africano, através da criação e atuação do Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano (*Economic*

Community of West African States Monitoring Group – ECOMOG) em conjunto com a OUA e com a ONU em guerras civis na Libéria e em Serra Leoa (ADEBAJO, 2008)

3.3.1 O período Shagari (1979-1983)

Ainda que o NPN se mostrasse o maior partido no novo período democrático, sua posição inicial, logo após as eleições, era bastante frágil. Os governos estaduais vencidos pelo UPN não reconheciam os resultados da eleição presidencial, o que, entre outros fatores, motivou o NPN a buscar uma coalizão com o NPP em nível nacional. Logo que o mandato teve início, muitos membros do NPN passaram a usar recursos públicos para estabelecer um sistema corrupto de favorecimentos, semelhante ao que prevalecera durante a Primeira República, angariando, desta forma, o apoio de membros de outros partidos. Isso esvaziou a importância da coalizão com o NPP, que acabou sendo dissolvida em 1981. O sistema de corrupção se mostrou tão intenso quanto o do período anterior, e, rapidamente, resultou em um severo declínio econômico, entre 1979 e 1983 (FALOLA; HEATON, 2008).

O NPN possuía um caráter nacional mais acentuado do que o dos outros partidos, o que, em teoria, levava-o a representar interesses de diversos grupos distintos em todo o país. Uma vez no governo, entretanto, o NPN não foi capaz de defender os interesses dos diferentes grupos que o apoiavam, se concentrando muito mais em cumprir seus próprios interesses enquanto partido político. Nesse sentido, o governo, através do sistema corrupto de favorecimentos, fornecia verbas federais para que seus aliados políticos realizassem investimentos em regiões que não o apoiavam, de forma a conquistar o seu apoio político. Assim, tiveram início, em todas as regiões, diversos projetos de construção de moradias, universidades e institutos politécnicos federais, e o governo tentou implantar estações de rádios e televisão federais em todos os estados. Todos esses projetos requeriam uma grande quantidade de verbas, já que além do alto custo das obras, grande parte destas era desviada pelos políticos (FALOLA; HEATON, 2008).

Dois pontos importantes em termos de política externa do período Shagari foram a liderança nigeriana dos esforços de manutenção da paz no Chade, entre 1980 e 1982, e a organização da conferência da OUA de 1980, que culminou na elaboração do Plano de Ação de Lagos, um plano para a reestruturação e aumento da autossuficiência econômica dos países africanos. No que concerne à política externa nigeriana do período como um todo, todavia, o NPN e as elites que o apoiavam buscaram evitar políticas nacionalistas radicais, que ameaçassem suas importantes conexões com os atores ocidentais (WRIGHT; OKOLO, 1999).

Assim como nos períodos anteriores, a corrupção da Segunda República foi favorecida pelo grande influxo de capitais oriundo da produção e exportação de petróleo, sobretudo a partir de 1979. Em 1981, contudo, os preços internacionais do petróleo caíram novamente, devido, sobretudo, a uma recessão econômica internacional e à descoberta de novas reservas do produto, arrastando a Nigéria para uma recessão que durou até o início da década de 1990. Apesar disso, não houve diminuição da corrupção no governo, ou mesmo uma reestruturação da economia nigeriana, preferindo-se recorrer a empréstimos internacionais. Em 1982, a Nigéria recebeu 1,5 bilhões de nairas¹² (pouco mais de US\$ 1 bilhão) em ajuda externa do Fundo Monetário Internacional (FMI), e 400 milhões de nairas (aproximadamente US\$ 269 milhões) em empréstimo da Arábia Saudita (FALOLA; HEATON, 2008).

Os empréstimos obtidos pelo governo não impediram a decadência econômica do país, que teve uma queda de 85% em suas reservas externas e uma duplicação de sua dívida externa entre 1980 e 1983. Além disso, a produção de petróleo decaiu no período, passando de 2 milhões de barris por dia em 1980 para 1,3 milhões de barris por dia em 1983, com uma diminuição de mais de 8% do PIB e um aumento de até 50% da inflação. Como consequência da crise econômica, em 1981, o governo federal e diversos estados não realizaram o pagamento, por vários meses, dos salários dos servidores públicos, gerando grande insatisfação popular (FALOLA; HEATON, 2008).

Em uma tentativa de se eximir da culpa por meio de um “bode expiatório”, o governo nigeriano expulsou, entre janeiro e fevereiro de 1983, grande quantidade de trabalhadores estrangeiros, sobretudo de Gana, que se encontravam no país, sugerindo que eles estariam “roubando” os empregos dos nigerianos. A medida agradou grande parte da população, mas foi alvo de muitas críticas externas, principalmente dos países vizinhos, que entendiam que a expulsão feria diretamente os princípios da ECOWAS, que em um protocolo de 1979 garantia a livre circulação de bens e pessoas entre os Estados membros da comunidade (CYR, 2001).

A insatisfação com o governo era crescente, e atingia diversos setores da sociedade. A imprensa, que ganhara força com o retorno do governo civil, divulgava regularmente os acordos e manobras corruptos dos políticos e membros do governo. Os trabalhadores passaram a reduzir deliberadamente a produtividade, e os sindicatos organizaram diversas greves e manifestações. Em 1980, mais de 400 foram registradas, e em maio de 1981 uma greve geral foi realizada, paralisando todos os negócios e serviços essenciais na Nigéria,

¹² A Naira foi adotada em 1973, e passou a substituir a Libra nigeriana, que era usada até então.

inclusive a produção de petróleo. Os grupos religiosos, que haviam passado por um processo de politização no final da década de 1970¹³, também manifestavam seu descontentamento, com grupos cristãos e muçulmanos criticando abertamente o governo (FALOLA; HEATON, 2008).

As críticas da população, porém, não preocupavam o NPN. Mesmo sem pagar diversos servidores federais, o governo promoveu o aumento das forças policiais do país, que passaram de um contingente de 10.000, em 1979, para 100.000, em 1983, além de reforçá-las com novos equipamentos e armamentos mais poderosos. A polícia, assim, maior e mais bem equipada, passou a reprimir protestos, perseguir veículos de imprensa que criticavam o governo e interromper reuniões e encontros de partidos políticos de oposição (FALOLA; HEATON, 2008). Com a aproximação das eleições, e apesar da repressão da polícia, as forças de oposição tentaram organizar-se contra o NPN, formando, através de uma aliança entre UPN, NPP, PRP e GNPP, a Aliança de Partidos Progressistas (*Progressive Parties Alliance – PPA*).

A aliança, contudo, se viu fragilizada internamente, uma vez que vários dos políticos que eram membros dos partidos que a compunham tinham ligações estreitas com o sistema de corrupção do governo Shagari, optando por não aderir à aliança. Além disso, a desconfiança entre os partidos contribuiu para pôr fim à PPA. O GNPP, temeroso de que a aliança fosse uma forma do UPN e do NPP se fortalecerem em seu território, foi o primeiro a sair da mesma, que teve fim graças às tensões que se criaram entre UPN e NPP em torno da escolha de possíveis candidatos para concorrerem às eleições. Essa fragmentação da oposição deu ampla vantagem ao NPN nas eleições, que ocorreram entre agosto e setembro de 1983. O partido, assim, conquistou a reeleição presidencial de Shagari, além de expandir o seu controle da Assembleia Nacional, conquistando dois terços dos assentos, além de treze, dos dezenove governos estaduais (OSAGHAE, 1998).

O presidente reeleito tomou posse em 1º de outubro de 1983, mantendo com ele a corrupção e o caos que caracterizaram os seus quatro primeiros anos no poder. Pouco tempo

¹³ Quando a nova Constituição nigeriana estava sendo elaborada, em 1978, grupos muçulmanos do Norte fizeram *lobby* para que fossem incluídos Tribunais baseados na *Shari'a*, para que os muçulmanos pudessem ser julgados de acordo com as leis islâmicas em nível federal. Os grupos cristãos e de outras religiões se opuseram, todavia, sob o argumento de que isso feria a secularidade do Estado, dando início a uma “islamização” da Nigéria. Por fim, chegou-se a um acordo na Assembleia Constitucional, instituindo-se que seria permitido aos juizes conhecedores da *Shari'a* realizar, em nível federal, o julgamento de casos que fossem originados em tribunais islâmicos regionais. Essa disputa marcou o início de uma tensão crescente entre cristãos e muçulmanos, dando origem à formação de diversos grupos religiosos radicais em ambos os lados (FALOLA; HEATON, 2008).

depois, entretanto, em 31 de dezembro do mesmo ano, os militares nigerianos organizaram um novo golpe, depoendo Shagari e instalando o Major General Muhammadu Buhari com chefe de Estado, e dando início a um novo período de regime militar na Nigéria (FALOLA; HEATON, 2008).

3.3.2 O período Buhari (1984-1985)

O golpe que depôs Shagari teve como justificativa a corrupção e o fracasso econômico de seu governo. Logo, o General Buhari assumiu com objetivo de erradicar a corrupção e de reestruturar a economia nigeriana. No que diz respeito à economia, ele manteve as medidas de austeridade de curto e médio prazo impostas por Shagari, preocupando-se, sobretudo, em livrar a economia das práticas e das lideranças corruptas que haviam caracterizado a Segunda República (FALOLA; HEATON, 2008). O objetivo, com essas medidas, era mostrar aos investidores estrangeiros que a Nigéria era um país seguro e potencialmente rentável para se investir, atraindo assim recursos que possibilitariam a recuperação da economia nacional.

A primeira medida adotada foi o corte dos gastos públicos pela metade, logo no primeiro ano de governo, através da diminuição do número de funcionários públicos e da redução das despesas de capital e dos subsídios educacionais. Na tentativa de reduzir a inflação, sobretudo nos preços dos alimentos, Buhari criou uma espécie de cesta de *commodities* básicas, que era vendida diretamente à população e tinha preços controlados. Além disso, o governo expulsou cerca de 700.00 imigrantes ilegais, além de impor aos governos estaduais o pagamento dos salários atrasados, que não haviam sido pagos nos últimos meses da Segunda República (FALOLA; HEATON, 2008).

O presidente nigeriano adotou uma série de medidas na tentativa de acabar com a corrupção. Primeiramente, ele ordenou o julgamento de grande parte dos governadores estaduais e membros da Assembleia Nacional da Segunda República que eram considerados corruptos, sendo grande parte deles condenada e sentenciada a longos períodos de prisão. Ademais, ele instituiu a Organização Nacional de Segurança (*National Security Organization* – NSO), cuja função era monitorar secretamente as atividades dos oficiais militares envolvidos no governo. Outras medidas autoritárias também foram impostas, na tentativa de promover a imagem de uma Nigéria estável. Entre essas medidas podemos citar a pena de morte para crimes como venda de drogas e roubo de petróleo e de cabos elétricos; o julgamento dos casos em tribunais militares; a possibilidade de prisão de todos aqueles fossem considerados um risco à segurança nacional, por um período de até três meses, renovável sem a necessidade de julgamento; a possibilidade de fechamento de meios de

comunicação e prisão de jornalistas que disseminassem informação falsa ou que ofendessem ou desmoralizassem oficiais públicos; e a proibição de greves (METZ, 2002).

As medidas adotadas por Buhari, contudo, se mostraram extremamente penosas à população, que já estava bastante desgastada por conta dos governos anteriores. Assim, apesar das medidas de cerceamento da liberdade de expressão, diversos grupos passaram a manifestar seu descontentamento. Entre os mais significativos podemos citar a Associação Nacional de Estudantes Nigerianos (*National Association of Nigerian Students – NANS*), que realizou protestos contra o corte de subsídios à educação, e o Congresso Nigeriano do Trabalho (*Nigerian Labour Congress – NLC*), grupo que reunia o maior número de sindicatos, e que realizou diversas greves em protesto contra a redução dos servidores públicos, as altas taxas de desemprego e os baixos salários, mesmo que estas estivessem proibidas. A resposta do governo às manifestações veio de forma violenta e opressiva e diversos líderes dos grupos manifestantes foram presos (FALOLA; HEATON, 2008).

As medidas governamentais não obtiveram, todavia, sucesso em reestruturar a (ou ao menos impedir uma degradação maior da) economia nigeriana. Somou-se a isso, ainda, a dificuldade do governo em renegociar o pagamento da dívida externa nigeriana, que à época consumia quase 40% da arrecadação federal, com o FMI. Para aceitar uma renegociação nos prazos de pagamento da dívida, o FMI impunha à Nigéria a adoção de um Programa de Ajuste Estrutural (PAE), que consistia em uma série de reformas que visava a estabilizar economias fragilizadas, através da redução de tarifas e de gastos do governo, da privatização de empresas operadas pelo Estado e de propriedade estatal, do fim de subsídios e de controle de preços e da desvalorização monetária. Buhari, entretanto, não aceitou os termos impostos, não obtendo uma expansão no prazo de pagamento da dívida (AKINTERINWA, 2001).

Durante o governo Buhari, foi elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores nigeriano um *policy paper*, que reestruturou os conceitos e abordagens da política externa do país. O documento definia que a política externa nigeriana deveria seguir o princípio de círculos concêntricos¹⁴, que estabeleceriam prioridades e posicionamentos do país nos diferentes âmbitos da política internacional, possibilitando a adoção de políticas mais assertivas e que demandassem menos recursos materiais e financeiros (GAMBARI, 2008). Apoiada nesse novo princípio orientador de sua política externa, a Nigéria retomou um papel ativo no cenário internacional. Na questão do Saara Ocidental, o país teve papel destacado,

¹⁴ O conceito de círculos concêntricos será tratado no próximo capítulo.

reconhecendo a República Árabe Saaráui Democrática. Além disso, o país teve sucesso em retomar seu *status* de país da Linha de Frente, apoiando a luta pela independência da Namíbia e o fim do *apartheid* na África do Sul, além de realizar novo boicote aos jogos Olímpicos, em 1984 (WRIGHT; OKOLO, 1999). Em agosto de 1985, Buhari sofreu um golpe, sendo deposto e substituído pelo Major General Ibrahim Badamas Babangida.

3.3.3 O período Babangida (1985-1993)

O novo governo apresentou diversas justificativas para o golpe que havia sido realizado, entre as quais se destacavam o insucesso na renegociação da dívida com o FMI, as medidas autoritárias e repressivas adotadas por Buhari, e a inexistência de um plano de transição para um governo civil. Como chefe de Estado, Babangida mostrou-se muito habilidoso, mesclando atitudes autoritárias com um interesse dissimulado pela opinião pública e elaborando um programa de transição política que, apesar de aparentemente estar em constante evolução, nunca se completava (FALOLA; HEATON, 2008).

Babangida, assim, convidou lideranças de movimentos que criticavam o governo anterior para comporem seu governo, ordenou a investigação de abusos dos direitos humanos realizados no governo Buhari, reduziu ou pôs fim às penas de grande parte dos presos que haviam sido acusados de corrupção durante o governo anterior e libertou diversos jornalistas que estavam presos, além de revogar várias medidas que cerceavam a imprensa. Além disso, o novo chefe de Estado encorajou a realização de debates sobre assuntos pertinentes ao governo nigeriano, incentivando a imprensa a realizar ampla divulgação. Essas medidas tinham como objetivo dar mais credibilidade ao seu regime, transmitindo a imagem de que o governo estava disposto a aprender com as diferentes opiniões (FALOLA; HEATON, 2008).

Nesse contexto, um dos campos em que a discussão foi mais incentivada pelo regime foi a adoção do PAE. Babangida, que era favorável à adoção do programa, sabia que caso permitisse que este fosse imposto “de cima” pelo FMI, geraria muito descontentamento entre a população. Assim, o governo incentivou o debate sobre a forma pela qual o programa deveria ser adotado, se através (e com o controle) do FMI, ou por conta própria, com as reformas sendo aplicadas pelo governo nigeriano, que não abriria mão de sua soberania. A opinião pública foi amplamente favorável à segunda opção, legitimando a opção de Babangida pela adoção do programa, que seria, em grande medida, monitorado pelo Banco Mundial, e não pelo FMI. Assim, em julho de 1986, a Nigéria oficialmente instituiu um Programa de Ajuste Estrutural, que permitiu o reescalonamento da dívida para a década de 1990, além de viabilizar novas linhas de crédito (METZ, 2002).

O PAE teve impactos imediatos no país. Por um lado, ele logrou reduzir os gastos do governo com o serviço da dívida e, através da desvalorização da naira, associada à redução de tarifas, contribuiu para um relativo aumento na produção agrícola e de matérias-primas, o que promoveu uma melhora na condição de vida das populações das áreas rurais. Por outro, os níveis de desemprego subiram, e diversas empresas, devido ao aumento dos impostos, passaram a operar abaixo da capacidade e tiveram sua margem de lucro reduzida, devido à alta no custo de importação de matérias-primas, gerando uma diminuição nos salários, ou mesmo a demissão de funcionários. A desvalorização da moeda contribuiu significativamente para o aumento da inflação, cuja taxa, entre 1988 e 1995, ficou entre 40% e 70%. O fim dos subsídios governamentais também teve grande impacto na economia nigeriana, elevando o preço dos combustíveis em cerca de 1000%, entre 1988 e 1993. Além disso, a redução dos gastos governamentais implicou na diminuição dos serviços públicos, que já eram escassos (FALOLA; HEATON, 2008).

Para cumprir com os demais pontos do PAE, Babangida anunciou um amplo plano de privatizações em 1988, que incluía mais de cem empresas estatais nos mais diversos setores, entre as quais estavam a Corporação Nacional Nigeriana de Petróleo (*Nigerian National Petroleum Corporation – NNPC*)¹⁵, a Nigéria Telecomunicações (*Nigeria Telecommunications – NITEL*) e a Autoridade Nigeriana de Energia Elétrica (*Nigerian Electric Power Authority – NEPA*). Dois anos após o anúncio do plano, contudo, apenas quinze empresas haviam sido vendidas, refletindo a dificuldade em atrair investimentos estrangeiros para o país (FALOLA; HEATON, 2008).

As reações da população ao caos econômico gerado pelo Programa de Ajuste Econômico se deram de diversas maneiras. Muitos grupos se voltaram para a religião, o que contribuiu para a sua politização ao longo da década de 1980. Nesse período, os grupos cristãos passaram a pressionar o governo, exigindo mais atenção às necessidades de sua comunidade, o que ia de encontro às demandas dos grupos muçulmanos, que realizavam demandas semelhantes desde a década de 1970. Essa disputa de interesses intensificou as tensões entre as religiões, o que foi potencializado em 1986, quando Babangida anunciou a adesão da Nigéria, como membro oficial, à Organização da Conferência Islâmica (OCI), gerando grande descontentamento da comunidade cristã. O assunto foi rapidamente

¹⁵ A NNPC foi criada em 1976, a partir da união do Ministério de Minas e Energia e da Companhia Nacional Nigeriana de Petróleo (*Nigerian National Oil Company – NNOC*), que havia sido criada pelo governo Gowon, em 1971.

minimizado pelo governo, mas fomentou diversos conflitos entre grupos cristãos e muçulmanos, sobretudo no Norte da Nigéria (METZ, 2002).

Outros grupos, que possuíam condições econômicas favoráveis, ou formações superiores (como empresários, médicos, engenheiros e advogados) passaram a buscar melhores condições de vida no exterior, dirigindo-se, sobretudo, aos EUA e à Europa. Aqueles que não tinham condições de deixar o país, por sua vez, passaram a realizar protestos e greves. Já a imprensa passou, cada vez mais, a criticar abertamente o governo. À medida que o descontentamento e suas manifestações cresciam, o governo passou a empregar, de maneira crescente, a violência e a repressão, na tentativa de suprimir as críticas (FALOLA; HEATON, 2008).

Ainda que a transição para um governo civil fosse (ao menos teoricamente) um dos objetivos do regime de Babangida, esse processo se arrastou durante muito tempo. O processo de transição teve início em 1987, com o Decreto de Transição para o Regime Civil nº19, que estabeleceu as regras para formação de partidos políticos e para a realização das eleições. Assim, em 1989, a proibição aos partidos políticos foi revogada, e treze grupos se inscreveram junto à Comissão Eleitoral Nacional para serem reconhecidos como partidos políticos e concorrerem às eleições. O governo, preocupado com o caráter “nacional” desses grupos, revogou todas as inscrições, substituindo-as por apenas dois partidos, criados artificialmente: o Partido Social Democrata (*Social Democratic Party* – SDP) e a Convenção Republicana Nacional (*National Republican Convention* – NRC) (DIBIE; UWAZIE, 2001). No mesmo ano, foi elaborada uma nova Constituição para a Terceira República.

Em 1991, Babangida estabeleceu a criação de nove novos estados, ampliando o número de estados para 30¹⁶. No ano seguinte, foram realizadas eleições para os governos e assembleias estaduais, e para a Assembleia Nacional, dando início à Terceira República. Posteriormente, foram realizadas convenções dos dois partidos políticos, que tinham por objetivo escolher, entre 23 candidatos, quem seria o candidato à presidência de cada partido. Primeiramente, Shehu Yar’Adua foi escolhido para concorrer pelo SDP, e Adamu Ciroma para concorrer pelo NRC. Em outubro de 1992, entretanto, o governo invalidou a escolha, e desqualificou a candidatura dos 23 candidatos. Posteriormente foram escolhidos, pelo governo, dois candidatos que estariam aptos a concorrer. Assim, Bashir Tofa se tornou o candidato do NRC, e M.K.O. Abiola o candidato do SDP (FALOLA; HEATON, 2008).

¹⁶ Dois novos estados já haviam sido estabelecidos em 1987, elevando de 19 para 21 o número de estados nigerianos. A evolução dos estados nigerianos está ilustrada pelo Apêndice A, na página 113.

As eleições, que inicialmente estavam marcadas para outubro de 1990 e haviam sido postergadas para outubro de 1992 e depois para janeiro de 1993, foram realizadas em junho de 1993, com Abiola sendo eleito com 58% dos votos. Babangida, entretanto, anulou o resultado das eleições, alegando problemas na campanha de Abiola. Uma grande quantidade de protestos, manifestações e tumultos se seguiu, levando o governo a declarar estado de emergência. A crise continuou se aprofundando, tornando-se insustentável para Babangida, que aceitou transferir o poder para um Conselho Interino de Governo (CIG), liderado por Ernest Shonekan. O Conselho, entretanto, foi alvo de diversos questionamentos de credibilidade e legitimidade e, em 10 de novembro de 1993, a Alta Corte de Lagos declarou-o ilegal e inconstitucional. No dia 17 de novembro, um dos membros do CIG, o General Sani Abacha, dissolveu o Conselho, destituindo Shonekan, e declarou-se chefe de Estado e comandante-em-chefe das Forças Armadas da Nigéria. (FALOLA; HEATON, 2008).

Em termos de política externa, o governo Babangida mostrou-se menos efetivo do que os governos anteriores, o que é atribuído, sobretudo, a uma diminuição significativa de capacidade econômica nigeriana, causada especialmente pela queda no preço internacional do petróleo (WRIGHT; OKOLO, 1999). Apesar disso, em 1990, o país se mostrou capaz de promover, no contexto da ECOWAS, a criação do Grupo de Monitoramento da ECOWAS (*Economic Community of West African States Monitoring Group* – ECOMOG), responsável pela intervenção, liderada também pela Nigéria, nas Guerras Civis da Libéria e de Serra Leoa, em 1991 (RÖNNBÄCK, 2008).

3.4 O PERÍODO ABACHA E A NOVA TRANSIÇÃO PARA UM REGIME CIVIL (1993-1999)

A década de 1990 marcou uma desintegração ainda maior da importância internacional da Nigéria. Apesar da atuação destacada em missões de paz e na estabilização do Oeste africano, o contexto interno nigeriano, sobretudo com a anulação das eleições de 1993, com o abandono das medidas do PAE, e com o episódio dos nove Ogoni, fez do país um pária no cenário internacional, sendo o regime de Sani Abacha amplamente condenado internacionalmente e tendo a Nigéria sido alvo de intensificadas sanções internacionais (AKINTERINWA, 2001).

3.4.1 O período Abacha (1993-1998)

A tomada do poder por Sani Abacha gerou reações controversas entre os nigerianos. Para muitos, ela representava um retrocesso democrático e uma ameaça à existência da Terceira República. Para outros, entretanto, havia esperança de que Abacha fosse capaz de controlar o caos político pelo qual o país passava, preservando a Terceira República. Em um primeiro momento, Sani Abacha efetivamente adotou medidas que davam a impressão de que ele realmente estava comprometido em estabilizar o país. Nesse sentido, ele aposentou compulsoriamente diversos conselheiros militares de Babangida e anunciou a eliminação das medidas implementadas pelo PAE (FALOLA; HEATON, 2008).

Por outro lado, Abacha demonstrava claramente que planejava manter-se no poder. Assim, logo após assumir o comando da Nigéria, ele extinguiu todas as instituições políticas da Terceira República, como as assembleias nacional e estaduais e os governos estaduais, baniu todos os partidos políticos e ordenou a prisão de militares e civis que fossem considerados ameaças (usando, por vezes, tentativas falsas de golpes contra ele como justificativa). Diversos ativistas políticos, jornalistas, lideranças políticas e mesmo militares do alto-escalão foram presos nesse período (como Olusegun Obasanjo e Shehu Yar’Adua, em 1995). Abacha buscava, com isso, eliminar todo e qualquer tipo de oposição ao seu governo (FALOLA; HEATON, 2008).

A oposição, todavia, não estava disposta a aceitar o governo Abacha. Assim, com a aproximação de 12 de junho de 1994, data em que a última eleição completaria um ano, diversos protestos e manifestações foram realizados, fazendo com que o setor petrolífero do país sofresse uma paralisação entre junho e julho, e exigindo a aceitação, por parte do governo, do resultado daquela eleição. Abiola, que havia então sido eleito, declarou-se presidente da Nigéria, realizando uma cerimônia pública em Lagos. A resposta do governo foi rápida e severa, pondo fim aos movimentos pró-democracia do país. Os protestantes foram reprimidos com violência pela polícia e pelo exército, com diversos deles sendo mortos, e as lideranças das organizações pró-democracia que não conseguiram fugir para o exterior foram presas. Abiola também foi preso, e acabou morrendo na prisão, em 1998, quando ainda aguardava seu julgamento (FALOLA; HEATON, 2008).

Em 1995, a imagem de brutalidade e de tirania do regime Abacha se consolidou definitivamente a partir do que ficou conhecido como o “episódio dos nove Ogoni”. Os Ogoni eram uma etnia que habitava o Sul da Nigéria, em territórios ricos em petróleo – responsáveis por metade da produção anual nigeriana à época –, mas que se beneficiavam muito pouco de sua produção, já que não recebiam diretamente seus lucros por não terem um estado próprio

(eles estavam localizados sobretudo no estado de Rivers). Em 1990, Ken Saro-Wiwa, um ativista político Ogoni, organizou o Movimento para a Sobrevivência do Povo Ogoni (*Movement for the Survival of the Ogoni People – MOSOP*), que demandava a maior autonomia dos Ogoni a partir da formação de um estado próprio. O grupo ganhou poder rapidamente, organizando uma série de protestos, que posteriormente evoluíram para motins, em 1993.

Além disso, algumas alas do MOSOP passaram a atacar as instalações e os funcionários de empresas de petróleo, desestabilizando a região e afetando diretamente a arrecadação federal. Como resposta, o governo prendeu Saro-Wiwa e oito outros líderes do MOSOP em maio de 1994, sob a acusação de assassinato de quatro líderes locais. Dos nove acusados, oito foram considerados culpados, em um julgamento fraudado. Saro-Wiwa e outros sete líderes do MOSOP foram condenados à morte, sendo enforcados em 1995 (OKONTA, 2008).

O episódio gerou grande repercussão internacional, culminando na suspensão da Nigéria da *Commonwealth*. Tal acontecimento, juntamente com a recusa de Abacha em aceitar o resultado da eleição de 1993 e à suspensão do PAE, realizada por ele, contribuíram para consolidar a imagem internacional de Abacha como um líder instável e para transformar a Nigéria em um Estado pária. Consequentemente, empresas estrangeiras passaram a retirar seus investimentos do país, causando quedas inclusive no setor do petróleo. Além disso, a naira sofreu uma grande desvalorização no período, chegando à paridade de N90 para US\$ 1. A deterioração da situação econômica contribuiu ainda mais para piorar a imagem internacional do governo nigeriano (FALOLA; HEATON, 2008).

Nesse contexto, Abacha deu início ao processo de transição para um regime civil. Assim, na tentativa de conquistar apoio para o seu regime, em 1996 ele anunciou a criação de seis novos estados, elevando o número total para 36, e permitiu o registro de cinco novos partidos políticos. Esses, entretanto, foram intimidados e pressionados a indicar Abacha como seu candidato à presidência. Antes que o processo de transição pudesse ser completado, todavia, Sani Abacha foi encontrado morto, em junho de 1998, e o General Abdulsalami Abubakar assumiu o poder (AKA, 2006).

Abubakar rapidamente dissolveu os cinco partidos políticos existentes e libertou todos aqueles que haviam sido presos por se oporem a Abacha. Em seguida, foi realizado o registro de novos partidos políticos, e vinte e seis grupos se inscreveram. Uma série de alianças foi feita entre eles e, por fim, foram estabelecidos três grandes partidos: a Aliança para a Democracia (*Alliance for Democracy – AD*), que tornou-se dominante no Sudoeste, o Partido

de Todos os Povos (*All People's Party – APP*), formado sobretudo pelos apoiadores de Abacha, e o Partido Democrático Popular (*People's Democratic Party – PDP*), de caráter nacional, formado por líderes políticos importantes do Leste e ligado a interesses do Norte. Olusegun Obasanjo, que havia sido libertado da prisão, tornou-se o candidato à presidência do PDP, enquanto o AD e o APP indicaram Olu Falae conjuntamente (FALOLA; HEATON, 2008).

As eleições para as assembleias estaduais e nacional, governos estaduais e para a presidência foram realizadas entre janeiro e fevereiro de 1999, e o PDP foi o grande vencedor. Nas eleições para os governos e assembleias estaduais, o partido foi eleito para 21 dos 36 governos estaduais e para 528 dos 945 assentos em assembleias estaduais. Na Assembleia Nacional o PDP também foi o grande vencedor, conquistando 59 dos 109 assentos no Senado e 206 dos 360 na Câmara dos Deputados. Nas eleições presidenciais, Obasanjo conquistou 62% dos votos, sendo eleito presidente e assumindo o cargo em maio do mesmo ano (FALOLA; HEATON, 2008).

3.5 A QUARTA REPÚBLICA (1999-...)

A nova transição para um governo civil, em 1999, marcou o início da melhora da imagem internacional da Nigéria. O governo nigeriano buscou sanar suas dívidas, e o presidente Obasanjo adotou uma ampla agenda de visitas internacionais, contribuindo para que a Nigéria incrementasse a sua credibilidade no cenário internacional. Os governos seguintes buscaram realizar algumas alterações na elaboração da política externa do país, mas, em grande medida, seguiram a mesma linha de formulação de política externa.

3.5.1 O período Obasanjo (1999-2007)

Olusegun Obasanjo adotou em seu governo uma política econômica que, em grande medida, pode ser vista como uma continuação do PAE. Seus principais objetivos eram atrair investimentos estrangeiros, reduzir a dívida externa nigeriana e dar continuidade ao processo de privatização no país (AJETUNRNOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011). Através dessas políticas, o crescimento do PIB nigeriano, que fora de 2,9% no ano 2000, elevou-se a 4,9% em 2004 e manteve-se acima de 5% até 2006. Houve também uma diminuição no ritmo de desvalorização da naira, bem como uma redução significativa da inflação, que ao longo do regime Abacha estava entre 40% e 50% e passou para 8,9% em 2006. Ademais, ainda que o

setor do petróleo tenha se mantido como o mais importante na economia nigeriana, os setores não ligados ao produto registraram um crescimento significativo, sobretudo a partir de 2004, atingindo um crescimento de cerca de 9% em 2006 (FALOLA; HEATON, 2008). Nesse sentido, em 2008 o setor agrícola voltou a representar parte significativa do PIB nigeriano, com cerca de 40%, além de empregar aproximadamente 70% da população do país (RYSZYK, 2010).

O crescimento econômico verificado no período permitiu que a Nigéria chegasse a um acordo com o Clube de Paris, em 2006, tendo uma parte de sua dívida anulada e pagando outra parte, reduzindo-a de US\$ 35 bilhões para US\$ 5 bilhões. Isso contribuiu fortemente para melhorar a reputação da Nigéria, sobretudo diante de investidores e doadores internacionais (AJETUNRNOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011). Apesar do desempenho econômico positivo, internamente o governo continuou incapaz de manter em dia o salário de servidores públicos, fato que provocou diversos protestos contra o governo, como já ocorrera anteriormente.

As disputas entre cristãos e muçulmanos se mantiveram ao longo do governo Obasanjo, já que ambos os grupos seguiram pressionando por maior controle e representação nos governos estaduais e federal. Além disso, os conflitos pelo controle do petróleo no Delta do Níger se intensificaram desde o início do período Obasanjo. Diversos grupos, dos quais o mais importante é o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (*Movement for the Emancipation of the Niger Delta* – MEND), contrários ao governo e às companhias petrolíferas, se formaram na região, realizando ataques às companhias e sequestrando funcionários, como forma de pressionar o governo pelo controle do petróleo. O governo se mostrou incapaz de pôr fim às atividades desses grupos que, de acordo com estimativas, foram responsáveis por uma diminuição na produção de petróleo nigeriana, que atingiu cerca de 20% em 2006 (FALOLA; HEATON, 2008).

Logo que assumiu o governo, Olusegun Obasanjo criou a Comissão de Crimes Econômicos e Financeiros, com o objetivo de investigar suspeitas de corrupção entre membros do governo. Assim, desde 1999, o governo nigeriano passou a negociar com diversos bancos europeus a retomada de fundos desviados e enviados para o exterior por Sani-Abacha, utilizando parte desse dinheiro para pagar a dívida externa do país. Desde o seu estabelecimento até 2006, a Comissão recuperou mais de US\$ 5 bilhões de fundos públicos roubados, levando mais de oitenta pessoas a julgamento (FALOLA; HEATON, 2008). Além disso, o governo Obasanjo implementou a Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Empoderamento Econômico (*National Economic Empowerment Development Strategy* –

NEEDS), em 2003. Através da implementação de diversas reformas econômicas, a estratégia buscava promover as exportações e atrair investimentos estrangeiros ao país. Esse programa se mostrou efetivo, com a bem-sucedida atração de investimentos chineses, estadunidenses, brasileiros e até mesmo israelenses para a Nigéria (AJETUNRNOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011).

No que diz respeito à política externa, o período Obasanjo foi marcado, sobretudo, por uma melhora na reputação internacional da Nigéria, bem como por um aumento do investimento externo no país. No poder, Obasanjo adotou uma ampla agenda de visitas internacionais. Seu governo foi marcado por uma ativa diplomacia presidencial, responsável, em grande medida, pelo estabelecimento de parcerias bi e multilaterais com países do continente e de fora dele, e pelo restabelecimento e estabilização das relações nigerianas com as grandes potências mundiais (AJETUNRNOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011). Além disso, o país, no contexto da ECOWAS, se responsabilizou pela negociação da abdicação de Charles Taylor na Libéria, em 2003, e sua participação foi fundamental na não-aceitação das eleições no Togo, em 2005, consideradas fraudulentas (FALOLA; HEATON, 2008). Ademais, Obasanjo teve papel fundamental, junto com os presidentes Thabo Mbeki, da África do Sul e Abdoulaye Wade, do Senegal, na formulação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (*New Partnership for Africa's Development* – NEPAD), em 2001 (AJETUNRNOBI; OSUNKOYA; OMOTERE, 2011).

Olusegun Obasanjo cumpriu dois mandatos como presidente da Nigéria, tendo sido eleito em 1999 e reeleito em 2003. Em 2007, após uma tentativa, frustrada, de alterar a Constituição para permitir um terceiro mandato consecutivo, novas eleições foram realizadas, e Alhaji Umaru Yar'Adua foi eleito presidente, com o PDP ampliando seu domínio político na Nigéria, tendo conquistado a maioria na Assembleia Nacional e o governo de 28 dos 36 estados (FALOLA; HEATON, 2008).

3.5.2 O período Yar'Adua (2007-2010)

Umaru Yar'Adua presidiu a Nigéria entre 2007 e 2010, quando morreu, sendo substituído por seu vice, Goodluck Jonathan. A política externa de seu governo foi marcada pela adoção do que ficou conhecido como Diplomacia Cidadã (*Citizenship Diplomacy*), que seria focada na população nigeriana, estando ela no país ou no exterior. A ideia desse conceito seria a garantia, através de uma interação entre política interna e política externa, de que o bem-estar da população nacional seria o foco das relações internacionais do país. Assim, o governo nigeriano buscaria, em todas as relações, multi ou bilaterais, acordos e/ou interações

que visassem, sobretudo, ao bem-estar de seus nacionais, estando eles no país, ou não (DICKSON, 2010). Nesse sentido, Yar'Adua estabeleceu o cumprimento dos Objetivos do Milênio como meta para o seu governo, implementando, para tanto, uma agenda com sete pontos. Essa agenda, entretanto, foi bastante criticada, principalmente por ser muito ampla e por dar pouca ênfase às questões mais pertinentes, como a diversificação da economia nigeriana, por exemplo (DODE, 2010).

Em 2008, o governo nigeriano viu a sua produção de petróleo ser reduzida significativamente, devido a ataques realizados às empresas produtoras no Delta do Níger. Posteriormente, no final daquele ano, uma queda nos preços do produto obrigou o governo a realizar uma série de cortes em seu orçamento. Ademais, o governo Yar'Adua foi marcado pela escalada da violência no Delta do Níger e entre cristãos e muçulmanos, com o acontecimento de diversos conflitos entre estes no estado de Plateau (HIGAZI, 2011). Em fevereiro de 2010, Umaru Musa Yar'Adua afastou-se do poder por problemas de saúde, sendo substituído interinamente pelo vice-presidente. Em maio do mesmo ano, Yar'Adua faleceu e Goodluck Jonathan assumiu oficialmente a presidência da Nigéria.

3.5.3 O período Goodluck Jonathan (2010-...)

Uma das primeiras medidas de Jonathan no poder foi postergar as eleições presidenciais, que estavam marcadas para janeiro de 2011, transferindo-as para abril daquele ano. Em seguida, foi estabelecida uma Comissão Eleitoral Independente, que realizou um novo registro eleitoral no país, através da coleta de dados biométricos, buscando eliminar nomes repetidos ou falsos, dando assim mais credibilidade ao processo eleitoral que se aproximava (AKHAINE, 2011). Goodluck Jonathan concorreu à presidência como candidato do PDP e foi eleito com quase 60% dos votos. O PDP, novamente, teve maioria no Senado (73 de 109 assentos) e na Câmara de Deputados (205 de 360 assentos) (CIA, 2012).

Em 2011, a Nigéria sediou a sétima cúpula do D8¹⁷, na qual estiveram presentes, entre outros, os presidentes da Turquia, Abdullah Gül, e do Irã, Mahmoud Ahmadinejad. Esse encontro, aliás, marcou um período de maior aproximação com o Irã, que teve fim, todavia, a partir do final de 2011, quando o governo nigeriano interceptou no porto de Lagos uma carga de armamentos iranianos que tinha como destino a Gâmbia. Além disso, na conferência da União Africana (UA) realizada em Adis Abeba, a Nigéria foi eleita para um mandato de três

¹⁷ Grupo de países em desenvolvimento, criado em 1997, composto por Bangladesh, Egito, Irã, Indonésia, Malásia, Nigéria, Paquistão e Turquia.

anos como representante da África Ocidental no Conselho de Paz e Segurança da organização. Ainda, no encontro da ECOWAS, realizado em Abuja, Goodluck Jonathan foi eleito para um mandato de um ano como presidente da organização (BERGSTRESSER, 2010).

O alto nível de desemprego, bem como a pobreza, existentes no país (especialmente no Norte) têm gerado grande descontentamento e, por vezes, surtos de violência. Nesse contexto, diversos atentados vêm ocorrendo na Nigéria, sendo o grupo Boko Haram responsável por grande parte deles. A situação no Delta do Níger, por outro lado, tem se mostrado mais estável, sobretudo após o MEND ter anunciado uma trégua, em junho de 2011 (LUNN; THOMPSON, 2011).

4 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA NIGÉRIA

Na década de 1980, em resposta à diminuição dos preços do petróleo e à consequente perda de força da política externa nigeriana, o então ministro das Relações Exteriores, Ibrahim A. Gambari, estabeleceu uma nova estrutura de elaboração de política externa para o país. Essa estrutura apoiava-se na ideia de que as prioridades da política externa da Nigéria deveriam ser divididas em quatro círculos concêntricos, coordenando assim a atuação do país no cenário internacional, em busca de uma política mais assertiva e efetiva, mas que demandasse menos recursos (GAMBARI, 2008).

De acordo com essa nova orientação, o círculo mais interno seria aquele referente à segurança, independência e prosperidade da Nigéria, que estaria diretamente ligado aos seus vizinhos imediatos (Chade, Camarões, Níger e Benim). O segundo círculo seria aquele referente às relações da Nigéria com os demais países da região, que são membros da ECOWAS (Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Senegal, Serra Leoa e Togo), sendo representado pela atuação do país junto à comunidade. O terceiro círculo seria aquele referente às questões continentais (como manutenção da paz, cooperação e desenvolvimento), focado, primordialmente, na Organização da Unidade Africana (atual União Africana) e em outras organizações essencialmente africanas. Por fim, o quarto círculo concêntrico seria aquele que englobaria as relações da Nigéria com organizações, instituições e Estados não-africanos (ADEBAJO, 2008).

Neste capítulo serão abordados os quatro diferentes círculos concêntricos, analisando a atuação da Nigéria em cada um deles. Serão abordadas, brevemente, questões históricas e políticas da atuação do país em cada um desses diferentes círculos. Assim, no primeiro círculo serão abordadas as relações bilaterais da Nigéria com cada um de seus vizinhos. No segundo círculo serão abordadas as relações bilaterais com os outros onze membros da ECOWAS. No terceiro círculo será abordada a atuação nigeriana na OUA (e na UA), analisando o seu papel na formação e atuação das organizações, bem como seus objetivos em cada uma delas. Por fim, o quarto círculo dirá respeito às relações da Nigéria com quatro grandes potências mundiais: o Reino Unido (antiga metrópole), os EUA (tradicional parceiro), a França (que, historicamente, buscou minar a liderança nigeriana na região) e a China (cujo início das relações remete à independência nigeriana, com significativo aprofundamento a partir do final da década de 1990).

4.1 O PRIMEIRO CÍRCULO CONCÊNTRICO

O primeiro círculo concêntrico é aquele referente à segurança, independência e prosperidade da Nigéria. Nesse sentido, diria respeito às relações da Nigéria com seus vizinhos imediatos (Chade, Camarões, Níger e Benim), todos eles francófonos.

4.1.1 Chade

O Chade faz fronteira com a região nordeste da Nigéria. Não há, na divisa entre os dois países, porções terrestres, sendo a fronteira marcada pelo lago Chade. Apesar disso, as relações entre Nigéria e Chade foram historicamente problemáticas, sobretudo devido ao histórico de instabilidade política dos dois países e de guerras civis no Chade (OSUNTOKUN, 2008). Além disso, o Chade sempre se voltou com mais atenção para os outros países francófonos, mais ao Sul, ou para a Líbia, ao norte (JANES, 2009).

Ao longo da década de 1960, o Chade tinha pouca importância para a Nigéria. A partir da Guerra de Biafra, em 1967, na qual diversos chadianos se engajaram no exército nigeriano, sobretudo por questões econômicas, a Nigéria passou a dar mais atenção ao seu vizinho. A instabilidade interna do Chade, na década de 1970, por sua vez, fez com que as relações entre os dois países esfriassem novamente. Entre 1979 e 1982, a Nigéria realizou duas intervenções militares na guerra civil chadiana, apoiando a facção de Goukouni Weddeye. Este se opunha à facção de Hissène Habré, que era apoiada pelos EUA, Israel e França. A Nigéria preocupava-se com o rumo da guerra civil chadiana principalmente porque no lado nigeriano da bacia do Lago Chade o país havia investido mais de US\$ 1 bilhão em um projeto de desenvolvimento agrícola chamado Autoridade para o Desenvolvimento da Bacia do Chade (*Chad Basin Development Authority – CBDA*) (OSUNTOKUN, 2008).

O apoio recebido pelo Chade de EUA, Israel e França, todos fornecedores de armamentos para o país, levou a uma militarização da fronteira nigero-chadiana. Ainda assim, e sobretudo devido à fragilidade econômica e grande dependência dos chadianos em relação à infraestrutura de transporte nigeriana, não houve uma escalada de violência entre os dois países. A atuação de grupos insurgentes chadianos em territórios próximos à fronteira levou à assinatura, em junho de 1998, de um acordo para o estabelecimento de operações militares conjuntas entre os dois países, no intuito de eliminar os grupos militares, vistos mutuamente como ameaças. Esse acordo marcou o início de uma aproximação maior entre Nigéria e Chade (JANES, 2009).

4.1.2 Camarões

As relações entre Nigéria e Camarões remontam ao início do século XX, quando, em 1914, tropas nigerianas apoiaram tropas francesas na anexação de Camarões, que até então pertencia à Alemanha. Em 1961, um plebiscito organizado pela ONU decidiu pela saída da Nigéria daquele território. A disputa pela península de Bakassi, além da existência de petróleo na fronteira Sul dos dois países, contribuiu para tornar as relações entre Nigéria e Camarões ainda mais complicadas. Durante a Guerra de Biafra, entretanto, o Camarões apoiou o governo da Nigéria na luta contra os secessionistas. Assim, ao final do conflito, uma série de negociações teve início entre os dois países, se estendendo até 1975 e culminando na redefinição das fronteiras comuns, através da Declaração de Maroua. A partir desse momento, o canal do rio Calabar e a península de Bakassi, que até então faziam parte do território nigeriano, passaram a fazer parte do território camaronês (OSUNTOKUN, 2008).

A redefinição das fronteiras tinha diversas implicações para ambos os países. Além das suspeitas de que a península pudesse ser rica em petróleo, a alteração das fronteiras terrestres implicaria em uma mudança das fronteiras marítimas dos países. Com a deposição de Gowon, entretanto, a Declaração de Maroua foi considerada inválida, já que não havia sido ratificada pela Assembleia Nacional, dando início à disputa pelo território (JANES, 2009). O ponto alto da disputa ocorreu em 1995, quando Sani Abacha ordenou a ocupação militar da península de Bakassi. Os camaroneses, que já haviam submetido a questão à Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 1994, receberam o apoio de conselheiros militares franceses na disputa. Em 2002, a CIJ finalmente emitiu sua decisão, decidindo que a península pertencia a Camarões. O governo nigeriano, entretanto, não ficou satisfeito com a decisão, sobretudo porque, à época, a CIJ era chefiada por um francês. Assim, teve início uma série de negociações mediadas por uma comissão chefiada pela ONU, e a retirada das tropas nigerianas teve início em 2006 (FALOLA; HEATON, 2008).

4.1.3 Níger

O Níger e a Nigéria possuem laços comuns bastante fortes. As ligações étnicas, religiosas, culturais e históricas entre os povos, que historicamente contavam com o trânsito constante de bens e de pessoas entre suas fronteiras, contribuíram para o estabelecimento de relações bastante próximas entre os dois países, estabelecidas desde as independências em 1960, até o presente (OSUNTOKUN, 2008). Nesse contexto, o rompimento das relações diplomáticas nigerianas com a França, em 1961, teve grande impacto econômico no Níger,

sobretudo por conta da proibição, imposta pela Nigéria, do acesso de navios e aviões franceses ao seu território.

À época da Guerra de Biafra, a França buscou, sem sucesso, fomentar uma cisão entre os vizinhos. Apesar da importância econômica da França para o Níger, e da sua atuação fornecendo apoio diplomático e militar aos secessionistas, Niamey buscou apoiar o governo federal da Nigéria, através, sobretudo, da compra e remessa de armamentos secretamente. Após o final da guerra, os países estabeleceram a Comissão Conjunta Nigéria-Níger para Cooperação, com sede em Niamey, através da qual a Nigéria passou a fornecer uma série de subsídios ao vizinho do norte, fornecendo grande parte da energia do país e construindo uma série de rodovias e pontes ao longo da fronteira (JANES, 2009).

4.1.4 Benim

As relações entre Benim e Nigéria são historicamente estáveis, apresentando alguns problemas pontuais ligados, sobretudo, à interferência de potências estrangeiras, especialmente a França, em assuntos locais. O Benim, logo após sua independência, passou a viver um período de instabilidade que durou doze anos. Nesse período, o país teve 12 Constituições e 10 presidentes diferentes, o que levou o país, juntamente com o Togo, a propor uma união à Nigéria, o que foi recusado pelo então primeiro-ministro nigeriano, Tafawa Balewa. Em 1967, pouco antes da eclosão da guerra civil na Nigéria, o Benim fechou sua embaixada em Lagos e, durante o conflito, o então presidente beninense Emile Zinsou abriu os portos e aeroportos do país para a Cruz Vermelha Internacional, para que esta fornecesse suprimentos aos secessionistas (OSUNTOKUN, 2008).

O posicionamento do Benim na Guerra de Biafra se devia, em grande parte, ao apoio que este recebera da França para resolver a precária situação econômica em que o país se encontrava. O aprofundamento dessa crise, entretanto, levou à queda do presidente Zinsou e à consequente reorientação da política externa do país, com a imediata reabertura da embaixada do Benim em Lagos. Com o fim da guerra civil, ficou claro para a Nigéria que a existência de um vizinho em séria crise econômica podia representar uma grande ameaça. O país, assim, realizou uma inflexão em sua política externa para o Benim (e também para os outros vizinhos). Em 1972, a Nigéria assinou um acordo de comércio com o Benim, além de fornecer um empréstimo de dois milhões de nairas sem juros, e reconstruiu a principal rodovia que ligava os dois países (gastando quase 3 milhões de nairas). Entre 1975 e 1978, a Nigéria construiu uma nova ferrovia ligando o país à capital administrativa e comercial do Benim, Cotonou, e estabeleceu duas *joint ventures* com o governo beninense. Essas, entretanto, por

conta de interferências políticas e dos custos crescentes desses projetos, acabaram sendo privatizadas na década de 1990 (OSUNTOKUN, 2008).

Em 1977, uma força mercenária, liderada pelo Coronel Bob Denard, um conhecido mercenário francês, invadiu o Benim e derrubou o Major Mathieu Kerekou, que liderava o movimento marxista no país. Em 1979, Nigéria e Benim assinaram um tratado de cooperação militar, que abria as portas das instituições militares nigerianas para os soldados beninenses e permitia que a Nigéria patrulhasse a costa e o espaço aéreo do Benim. Por conta da aproximação entre os dois países e da liderança nigeriana na ECOWAS, o Benim, diferentemente dos outros países francófonos, não assinou o tratado de adesão à CEAO, criada em 1973, até 1988 (AWORAWO, 2008).

Com o passar do tempo, a interdependência entre os dois países se aprofundou consideravelmente. Nesse sentido, o Benim, graças a sua ampla estrutura portuária, se transformou, crescentemente, em um entreposto para as importações nigerianas, com quase três quartos das cargas destinadas ao porto de Cotonou tendo como destino final a Nigéria. Na década de 1990, a situação dos dois países se deteriorou, resultando em sucessivos fechamentos e reaberturas da fronteira pelas forças de segurança dos dois países, o que se repetiu, por diferentes motivos, ao longo da década de 2000.

4.2 O SEGUNDO CÍRCULO CONCÊNTRICO

O segundo círculo engloba as relações da Nigéria com os demais países da região, que são membros da ECOWAS (Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Senegal, Serra Leoa e Togo), sendo, assim, representado pela atuação do país junto à comunidade.

4.2.1 A ECOWAS

A ideia de criar uma comunidade de países no Oeste africano remonta à década de 1960. À época, a ideia de institucionalizar o Pan-africanismo ganhou força com o então presidente de Gana, Kwame Nkrumah, através da sua proposta de criação de uma união política dos Estados da África Ocidental, o Governo de União Continental. Esse projeto, contudo, não foi levado adiante, principalmente devido à oposição da Nigéria, que acreditava que uma eventual união política deveria ser precedida de uma união econômica, a qual, por sua vez, deveria passar por diferentes estágios, começando por uma cooperação e

coordenação funcional e evoluindo até atingir um mercado comum. Essa ideia se devia a dois motivos principais. Primeiramente, à compreensão de que uma eventual união política demandaria a percepção dos participantes de sua interdependência, o que, na década de 1960, em que os países francófonos e anglófonos se viam como mundos completamente diferentes, era inexistente. Em segundo lugar, à pretensão nigeriana de estabelecer-se como a grande potência industrial africana, o que seria possível apenas em um contexto de integração regional, mas que demandaria um maior desenvolvimento da capacidade produtiva do país (OJO, 1980).

Na Conferência dos Estados Africanos Independentes de Lagos, em 1962, que contou com a participação apenas dos membros do grupo de Monróvia¹⁸, a Nigéria teve sucesso em aprovar uma resolução que lançava as bases para a criação de um Mercado Comum Africano. No mesmo ano, na Conferência da Aliança do Cacau, o ministro nigeriano de Comércio e Indústria reforçou a ideia de criação de tal mercado, advogando que esta seria a única resposta africana para os diferentes blocos econômicos que se formavam ao redor do mundo (OJO, 1974). Além disso, no âmbito da ONU e, mais especificamente, no da Comissão Econômica para a África, a Nigéria buscava, insistentemente, a implementação de resoluções de memorandos para a criação de um Banco de Desenvolvimento Africano e para a realização de estudos de viabilidade de um Mercado Comum Africano. Como resultado dessa campanha, o Banco de Desenvolvimento Africano foi criado em 1963, tendo o encontro inaugural do comitê diretivo sido realizado em 1964, em Lagos (OJO, 1980).

A ideia de integração econômica não era, contudo, unânime na Nigéria. Grande parte dos argumentos contrários se baseava na ideia de que uma possível integração não traria benefícios reais para o país, apenas aumentando a dependência de todo o bloco em relação aos países europeus. Além disso, defendia-se que o comércio intra-regional nigeriano não seria realmente beneficiado por uma eventual integração, já que as economias dos países que se envolveriam no processo eram concorrentes, e não complementares. Por fim, acreditava-se que a integração com países francófonos contribuiria ainda mais para atrelar as economias da região às potências europeias, além de, por conta disso, reforçar os laços entre os países francófonos e a França.

¹⁸ O Grupo de Monróvia era composto por todos os Estados francófonos da África Ocidental, menos Guiné e Mali, mais Nigéria, Tanzânia, Tunísia, Zaire, Zâmbia, Somália, Serra Leoa, Madagascar, Líbia, Libéria, Gabão, Gâmbia, Etiópia, Congo (Brazzaville) e República Centro-africana (OJO, 1980).

Por outro lado, aqueles que eram favoráveis (entre esses, o governo) defendiam que uma eventual integração diminuiria a dependência dos países francófonos e aumentaria o poder de barganha de toda a região frente à Europa, trazendo benefícios econômicos para todos. Ademais, argumentava-se que o mercado nigeriano, que apesar de ser grande ainda era pobre, não seria capaz de sustentar uma economia diversificada de substituição de importações em larga escala, necessária para promover um efetivo desenvolvimento e crescimento econômico, sem integrar-se com a região (OJO, 1980).

Associada à diferença de pensamento entre os próprios nigerianos, havia a percepção, entre as lideranças do país, de que um processo de integração requereria, além de uma maior capacidade produtiva da economia nigeriana, uma atmosfera política diferente, marcada por relações cordiais e pela confiança entre os Estados. Internamente, foram realizados esforços para a implementação do Primeiro Plano de Desenvolvimento Nacional, que tinha como objetivo o aumento da capacidade produtiva nigeriana e a atração de investimentos estrangeiros, entre outros. No plano externo, a Nigéria passou a adotar um papel ativo na resolução de conflitos e na consolidação de relações cordiais entre os países da região (sobretudo entre os membros do Grupo de Monróvia), fornecendo ajuda e assistência técnica e estabelecendo projetos de cooperação bilateral como a Comissão da Bacia do Níger¹⁹. A atuação nigeriana contribuiu consideravelmente para a formação, da Organização da Unidade Africana, em 1963, em uma iniciativa liderada pelo imperador etíope Haile Selassie (VISENTINI *et al*, 2012).

A atuação nigeriana no âmbito da OUA e da ONU e nas relações bilaterais com os países da região deu início a uma “proto-interdependência” entre os países do Oeste africano, apesar das diferenças linguísticas, culturais, políticas e econômicas. A rivalidade entre Nigéria e Gana e entre Nkrumah e os países francófonos, todavia, tornavam qualquer forma de integração regional impossível. Associado a isso, estava a resposta dos países francófonos à demanda nigeriana de estudo da viabilidade de implementação de uma Comunidade Econômica Africana, que, sem exceção, era desencorajadora (OJO, 1980).

Nesse contexto, contudo, a Comissão Econômica para a África das Nações Unidas, na resolução 142 de sua sétima sessão, em 1965, estabeleceu a criação de uma estrutura de integração sub-regional no Oeste africano, com o objetivo de coordenar e harmonizar o desenvolvimento econômico e social local (ANADI, 2005). Como resultado, diversos

¹⁹ Fundada em 1964 e renomeada, em 1980, Autoridade da Bacia do Níger.

encontros foram realizados entre os países da sub-região, culminando na assinatura, em 1967 e em 1968, de dois acordos que aproximavam os Estados do estabelecimento de um mercado comum. Mesmo assim, havia grande desconfiança entre os líderes da região, o que, associado à situação econômica nigeriana, que ainda não atingira a capacidade produtiva necessária para tornar-se o centro econômico regional, postergou o processo de integração (OJO, 1980).

A deposição do presidente ganês, em 1966, associada à morte de Balewa, pôs fim à rivalidade entre Gana e Nigéria e entre os países francófonos e Gana, e alijou os países francófonos do elemento contra o qual eles se uniam. A Nigéria então passou a cumprir esse papel, o que ficou bastante claro durante a Guerra de Biafra. Com a saída de De Gaulle da cena política internacional, em 1969, a coesão dos francófonos voltou a se enfraquecer, evidenciando as diferenças políticas e de personalidade de seus líderes. Nesse contexto, a Organização Comum Africana e Malgaxe (OCAM) e o Conselho da Entente – mecanismos por meio dos quais eram mantidos os laços dos países africanos francófonos entre si e com a antiga metrópole – viram sua instabilidade interna aumentar. Na esteira de tais eventos, o então presidente francês, George Pompidou, realizou um tour pelos países africanos, em 1971, demandando aos francófonos que unissem suas forças de forma a contrabalançar o peso e a importância nigerianos (OJO, 1980).

No mesmo ano da viagem de Pompidou à África, os presidentes da Costa do Marfim e do Senegal se reuniram em Abidjan e afirmaram o seu compromisso com a formação da Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO), cujo protocolo de criação havia sido elaborado em 1970. Tratava-se de uma comunidade econômica composta por sete países francófonos (Benim, Níger, Senegal, Costa do Marfim, Alto Volta, Mauritânia e Togo – este último na condição de observador), que tinha suas origens na União Aduaneira da África Ocidental, organização que fora criada em 1959, e reformada em 1966, mas que não tivera efetivo sucesso, sendo substituída pela CEAO. Inicialmente, a comunidade previa apenas uma união aduaneira, mas o tratado final, assinado em 1973, previa o livre comércio de algumas *commodities*, a livre mobilidade de pessoas, uma tarifa externa comum e um fundo comunitário comum (FRANCIS, 2006).

Neste período, a Nigéria ainda enfrentava certa resistência interna a um projeto de integração regional, sobretudo por parte da burocracia nacional que, além dos argumentos apresentados anteriormente, temia que a integração transformasse o país em um financiador do desenvolvimento dos outros Estados, sobretudo devido ao *boom* do petróleo e ao aumento das receitas do país a partir de 1968, e acreditava que o país gerava capital suficiente para manter-se e promover o próprio desenvolvimento sem precisar da ajuda ou da associação com

terceiros. As taxas de crescimento doméstico, que, em finais da década de 1960, atingiam a marca de 10% ao ano, reforçavam a ideia de que a integração era desnecessária e poderia mesmo ser contraproducente (OJO, 1980).

A perspectiva de formação da CEAO, todavia, apressou o debate interno em relação à formação de um bloco regional, e aumentou a pressão pela formação de uma comunidade econômica do Oeste africano. Além disso, ela contribuiu para a antecipação da ofensiva diplomática de Gowon, que tinha como objetivo a formação de uma comunidade que englobasse todos os países da região. Grande parte da estratégia nigeriana passava pela adesão do Togo ao projeto de Gowon, o que, de acordo com sua expectativa, atrairia o Benim, que se veria pressionado pela aliança nígero-togolesa, e também o Níger, amplamente dependente da Nigéria e do Benim, afastando-os da CEAO e, conseqüentemente, desestruturando a comunidade (AWORAWO, 2010).

Ao longo da década de 1970, o Togo, que não nutria expectativas em relação ao apoio francês contra Gana ou Benim, contava com a proteção nigeriana. Assim, em 1972, durante a visita de Gowon ao país para celebrar o aniversário de independência nacional, os líderes dos dois países anunciaram a criação de uma Comunidade Econômica da África Ocidental (*West African Economic Community – WAEC*) embrionária, aberta à participação de todos os Estados da região. No mesmo ano, foi realizado um encontro da Comissão Conjunta Nigéria-Togo em Lagos, no qual foram assinados acordos de cooperação em comércio, indústria, transporte, telecomunicações e trânsito de fatores de produção, entre outros. Como resultado desses acontecimentos, o presidente togolês negou-se a assinar o acordo preliminar da CEAO, em 1972, e recusou-se a assumir a presidência da Organização Comum Africana e Malgaxe (OCAM), em 1973 (OJO, 1980).

A adesão do Benim à parceria nígero-togolesa era outro ponto fundamental na estratégia de Gowon. Nigéria e Benim mantinham boas relações historicamente, tendo assinado diversos acordos de cooperação desde a década de 1960. Com a reaproximação dos presidentes do Senegal e da Costa do Marfim, Senghor e Houphouët-Boigny, respectivamente, em 1971, a Nigéria buscou aprofundar seu relacionamento com o Benim. Assim, os países assinaram um acordo de comércio no mesmo ano e, no ano seguinte, a Nigéria reconstruiu uma rodovia que ligava os territórios e forneceu um empréstimo de dois milhões de nairas, sem cobrança de juros, ao Benim. Apesar disso, o país compareceu às negociações da CEAO, chegando a assinar alguns acordos preliminares. No final de 1972, um golpe foi realizado no Benim, e o Major Mathieu Kerekou assumiu o poder. Além de propor uma união entre Nigéria, Benim e Togo, Kerekou garantiu ao governo nigeriano que o Benim

adotaria uma posição de observador junto à CEAO. O Benim, nesse contexto, não assinou o tratado final que estabelecia formalmente a CEAO, em 1973, reforçando seu comprometimento com a WAEC (AWORAWO, 2008).

Em 1970, a Guiné acusou o Senegal de cumplicidade na invasão ao país apoiada por Portugal. Tal fato, associado a desentendimentos acerca do repatriamento de refugiados guineenses, levou ao colapso da Organização dos Estados do Rio Senegal (única organização francófona da qual a Guiné participava) e, conseqüentemente, à exclusão do país do processo de formação da CEAO. Gowon, percebendo isso, realizou uma visita a Sekou Touré, o presidente guineense, na tentativa de estabelecer acordos de cooperação em defesa e segurança. Dois anos depois, em resposta à invasão da Guiné por mercenários que tentavam destituir Touré, a Nigéria enviou tropas e equipamentos ao país para combater as forças invasoras. O presidente guineense, conseqüentemente, prometeu cooperar com a Nigéria tanto em assuntos bilaterais, quanto multilaterais (OJO, 1980).

Na tentativa de conquistar mais aliados, Gowon visitou, entre 1971 e 1972, o Chade e Camarões. Apesar de os líderes dos dois países mostrarem-se dispostos a aprofundar a cooperação e fortalecer os laços com a Nigéria, nenhum deles mostrou-se disposto a participar da WAEC, expressando uma preocupação maior com uma eventual comunidade de nações centro-africanas. Pouco antes do encontro em Abidjan, em que o acordo final da CEAO foi assinado, Gowon realizou um apelo ao Mali, pedindo o apoio do país no enfrentamento do problema da dominação da economia africana por interesses estrangeiros. Como resposta, todavia, o presidente do país lembrou Gowon que o acordo inicial de formação da comunidade havia sido assinado em Bamako, capital do Mali, e que a comunidade estava aberta para todos os países do Oeste africano (OJO, 1980).

Nigéria e Níger, que historicamente mantinham relações bastante próximas, estabeleceram, em 1971, uma Comissão Conjunta para a Cooperação, com o objetivo de fortalecer a cooperação bilateral, e, em 1972, assinaram um acordo para o fornecimento, pela Nigéria, de eletricidade para o seu vizinho do norte, em um projeto que custaria mais de 9,5 milhões de nairas. Apesar disso, o presidente do Níger, Diiori Hamani, compareceu à conferência de Bamako, em 1972, na qual foram discutidos os termos preliminares da CEAO, aderindo à comunidade e tornando-se seu primeiro presidente. Em 1974, contudo, um golpe destituiu Hamani e o Tenente Coronel Seyni Kountche assumiu o governo do Níger, abandonando a CEAO e comprometendo-se oficialmente com a WAEC (VISENTINI *et al*, 2012).

Em 1971, Gowon realizou uma visita à Mauritânia, na qual ele e o presidente Mouktar Ould Daddah deram início a consultas mútuas com o objetivo de estabelecer acordos comerciais bilaterais. Daddah, entretanto, via diversas vantagens em participar da CEAO, e receava que, caso ficasse de fora, causasse o fim da Autoridade do Rio Senegal, prejudicando seu país e também o Senegal, um importante membro da CEAO. O presidente da Mauritânia, contudo, esperava que os privilégios da CEAO fossem expandidos aos seus vizinhos do Norte, e tinha a intenção de manter uma moeda mauritana independente. Esses fatores tornaram a adesão do país à CEAO cercada de muita desconfiança (OJO, 1980).

No início de 1973, a ofensiva diplomática de Gowon podia ser considerada apenas parcialmente bem-sucedida. Além do apoio dos países anglófonos, a Nigéria havia conseguido que Togo e Benim preterissem a CEAO, em favor de uma união mais ampla do Oeste africano. Níger e Mauritânia, contudo, ainda que com reservas, mantinham-se alinhados à CEAO, sobretudo por não entenderem que essa se opunha diretamente à WAEC. Por outro lado, Mali, Senegal, Costa do Marfim e Alto Volta se opunham firmemente à proposta de integração da Nigéria.

A Costa do Marfim, país mais poderoso entre os francófonos, temia que o projeto nigeriano levasse a uma dominação da região pelo país. Além disso, as relações entre os dois países estavam bastante degradadas desde a Guerra de Biafra. Graças ao apoio dado aos secessionistas pela Costa do Marfim, o país foi o único da região a não receber sequer uma visita de Gowon no período. O Alto Volta, por sua vez, dependia do acesso ao mar fornecido pela Costa do Marfim e, dessa forma, alinhava-se ao posicionamento marfinense. O Senegal, que inicialmente mostrara-se alinhado à Nigéria, tendo mesmo estabelecido uma Comissão Conjunta, em 1971, para facilitar as transações bilaterais, enviou uma delegação a Lagos, em 1972, para negociar uma nova forma de cooperação com a Nigéria. Assim, pôs fim aos acordos anteriores e afastou a possibilidade de concordar com uma união ampla de países da África ocidental. Essa mudança repentina de posicionamento pode ser atribuída, em grande parte, ao tour africano realizado pelo presidente francês, em 1971, e à disponibilização de US\$ 338.000 em assistência técnica à CEAO, pela CEE, em 1972 (OJO, 1980).

Diante de tal contexto, uma comissão ministerial conjunta entre Togo e Nigéria realizou, em agosto de 1973, um tour por todos os países do Oeste africano (exceto Guiné-Bissau), no qual apresentou a todos os líderes uma proposta de união nos moldes da WAEC. A proposta englobava todas as vantagens da CEAO, além dos mercados e recursos dos países anglófonos, deixando claro que se eventuais perdas de subvenções da CEE acontecessem, essas seriam certamente compensadas com capital e investimento externo nigeriano. Em

dezembro do mesmo ano, uma reunião foi realizada em Lomé, contando com a participação de catorze Estados do Oeste africano, para a discussão da proposta de integração e para o estabelecimento de outros encontros, com o objetivo de elaborar um projeto de tratado. A Nigéria assumiu um importante papel nessas negociações. A alta do preço do petróleo, causada pelo conflito árabe-israelense de 1973, associada ao embargo árabe de petróleo aos EUA, contribuiu para que houvesse uma mudança na percepção do poder nigeriano por parte dos outros Estados do Oeste africano, o que se mostrou decisivo na sua adesão aos acordos que implementaram a ECOWAS efetivamente. Após a realização de diversos encontros para a elaboração do tratado de criação da comunidade, este foi assinado em maio de 1975, criando oficialmente a ECOWAS (ABEGURIN, 2003).

A criação da Comunidade representou para a Nigéria o sucesso no estabelecimento de um mecanismo de liderança e garantidor de segurança, além da expansão de seus mercados para o Oeste africano e da redução da dependência de seus vizinhos em relação à França. Apesar disso, a ECOWAS não conseguiu atingir seu objetivo econômico principal, o da criação de um Mercado Comum. Isso se deveu, em grande parte, à existência de diversas outras organizações intergovernamentais na região, entre elas a UEMOA e a CEAO – que competia com a ECOWAS pela primazia regional –, e à incapacidade dos diferentes governos de implementarem, em nível nacional, as políticas definidas pela comunidade (ADEBAJO, 2008).

Nesse contexto, o comprometimento da Nigéria com a ECOWAS se viu diminuído entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, ao longo dos governos Shagari e Buhari. Um maior comprometimento foi retomado a partir de 1985, quando Ibrahim Babangida assumiu a presidência da Comunidade em um mandato de três anos. Nesse período, a Nigéria sediou os encontros de 1986 e 1987 da ECOWAS, além de contribuir com cinco dos US\$ 15 milhões utilizados para a construção da sede da organização, localizada em Abuja (ADEBAJO, 2008). O início da década de 1990 foi marcado por uma participação mais intensa da Nigéria no âmbito da ECOWAS, sobretudo através do ECOMOG, o Grupo de Monitoramento da Comunidade, criado em 1990 para intervir na guerra civil liberiana, que começara em 1989. O envolvimento nigeriano na resolução do conflito foi bastante significativo, tendo o país fornecido 70% das tropas e 80% dos recursos utilizados na missão. Em 1991, a missão de manutenção da paz foi expandida para a vizinha Serra Leoa, onde uma guerra civil havia começado em março daquele ano (FALOLA; HEATON, 2008).

A intervenção da ECOMOG na Libéria durou até 1997, quando foram concluídas as negociações, que haviam iniciado em 1993 com o Acordo de Cotonou, um cessar-fogo foi

estabelecido e eleições presidenciais foram realizadas. A partir do ano 2000, uma nova escalada de violência ocorreu na Libéria, tendo seu ápice em 2003. Neste ano, Charles Taylor, então presidente liberiano, se asilou na Nigéria, e um governo de transição foi estabelecido (VISENTINI *et al*, 2012). A guerra civil de Serra Leoa estendeu-se até 1999, quando um cessar-fogo foi estabelecido e as forças da ECOMOG foram substituídas por uma Missão de Paz da ONU, a UNAMSIL. Entre 2002 e 2004 a ECOMOG manteve tropas na Costa do Marfim, com o objetivo de pacificar o país e por fim à Guerra Civil que se iniciava, sendo estas integradas a uma força de paz da ONU, em 2004.

O envolvimento da Nigéria nos esforços de paz na Libéria, na Costa do Marfim e em Serra Leoa se devia, em grande parte, ao temor nigeriano de que esses conflitos acabassem criando grandes grupos de refugiados e promovendo a proliferação de armas e de mercenários pela região, ou mesmo se espalhando para os países vizinhos, criando grande insegurança e instabilidade regional e doméstica. A comunidade internacional, preocupada com os rumores entre Iraque e Kuwait, e com o conflito nos Bálcãs, dava pouca atenção aos problemas africanos, já que estes não representavam uma ameaça à segurança ou à paz internacionais (FAWOLE, 2008). Nesse contexto, a Nigéria se viu forçada a dar início e a liderar as iniciativas de manutenção ou estabelecimento da paz nos conflitos da sub-região. O fim da Guerra Fria, nesse sentido, se mostrou de fundamental importância para a Nigéria, permitindo que o país, que ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980 tivera a sua atuação de certa forma limitada pela disputa entre EUA e URSS, pudesse buscar mais abertamente seus objetivos de liderança na sub-região (FAWOLE, 2008).

4.3 O TERCEIRO CÍRCULO CONCÊNTRICO

O terceiro círculo concêntrico é aquele referente às questões do continente africano (como manutenção da paz, cooperação e desenvolvimento). Seu foco primordial é a Organização da Unidade Africana (ou a atual União Africana), além de outras organizações essencialmente africanas. Aqui será abordada a atuação da Nigéria na OUA e na UA.

4.3.1 Organização da Unidade Africana e União Africana

A Organização da Unidade Africana foi criada em maio de 1963, baseada em ideais pan-africanistas e na ideia dos Estados africanos de criarem uma estrutura forte e unificada para combater o jugo colonial e o racismo, promover o desenvolvimento econômico e a

estabilização política dos Estados-membros (MANELISE; KORNEGAY; STEPHEN, 2000). Entre os principais objetivos da Organização, estavam a união e solidariedade entre os Estados africanos (que se dividiam em dois grupos antagonistas, o Grupo de Brazzaville – baseado no direito de cada país ter uma existência independente, na manutenção das fronteiras coloniais e do respeito à soberania e não ingerência nos assuntos internos dos Estados – e o Grupo de Casablanca – que defendia a unidade africana, sob todos os aspectos), a promoção e organização da cooperação entre eles, o fim do colonialismo no continente africano e a promoção da cooperação internacional (VISENTINI, 2010).

A atuação da Nigéria, no início da década de 1960, em sua tentativa de fomentar um processo de integração regional foi fundamental para a criação da OUA, o que marcou o fim de um período de rivalidades entre os países africanos e a criação de um sistema de Estados africano (CHAZAN *et al*, 1992). Nesse contexto, a atuação da Nigéria no âmbito da organização foi fundamental para que ela, em 1968, não reconhecesse a autonomia dos secessionistas de Biafra, defendendo que se tratava de um conflito interno do Estado nigeriano. Ao longo da década de 1970, todavia, a divisão entre estados conservadores e radicais enfraqueceu a OUA, e esta teve uma atuação apagada. É importante ressaltar, entretanto, que a Nigéria, que assumiu a presidência da organização entre 1973 e 1974, foi fundamental para o reconhecimento do MPLA e de sua legitimidade por parte da OUA, em 1976 (NWANOLUE; IWUOHA, 2012).

Já na década de 1980, enquanto, por um lado, a organização não conseguiu cumprir com algumas de suas funções, tendo se mostrado incapaz de resolver o conflito no Chade (entre 1979 e 1982) e de estabilizar a questão do Saara Ocidental, por outro ela havia, em grande medida, ainda que com algumas ressalvas, completado seu principal objetivo de erradicação do colonialismo e de estabelecimento da independência dos países africanos. A OUA, assim, voltou sua atenção para a crise econômica que atingia todo o continente. Nesse contexto, a Nigéria, em uma tentativa de fortalecer a organização e de consolidar-se como liderança continental, promoveu, em 1980 a primeira cúpula econômica da organização (ADEBAJO, 2008). Nela foi estabelecido o Plano de Ação de Lagos, que tinha como objetivo o desenvolvimento econômico não só dos países africanos individualmente, mas também entre si. Isso seria atingido através de uma integração progressiva, especialmente em nível sub-regional, e culminaria na formação de um Mercado Comum até o ano 2000 (PACKER; RUKARE, 2002). Em 1985, uma segunda cúpula econômica foi realizada, capitaneada pela Nigéria. Nela, o então presidente nigeriano, Mohammed Buhari, demandou uma maior compreensão dos problemas econômicos africanos, por parte dos organismos financeiros

internacionais, clamando por um aumento dos recursos capitais e financeiros ocidentais destinados para o continente africano (ADEBAJO, 2008). O colapso dos preços do petróleo, ainda na década de 1980, e o retorno da instabilidade política na Nigéria, todavia, frearam os esforços de liderança continental de Lagos (CHAZAN *et al*, 1992).

O fim da Guerra Fria marcou uma mudança significativa no mundo, culminando em uma maior marginalização da África, com as grandes potências assumindo, cada vez menos, a liderança em iniciativas de promoção da paz e do desenvolvimento no continente. Nesse contexto, ficava claro para os países africanos que, cada vez mais, cabia a eles mesmos solucionar os problemas do continente (PACKER; RUKARE, 2002). Assim, em 1991, uma cúpula da OUA foi realizada na então recém-inaugurada capital nigeriana, Abuja, na qual foi adotado um tratado provisório de integração econômica. O tratado estabelecia a formação da Comunidade Econômica Africana, que tinha como objetivo o desenvolvimento, mobilização e utilização dos recursos humanos e materiais africanos na tentativa de alcançar a autossuficiência do continente. O Tratado de Abuja, como ficou conhecido, entrou em vigor em 1994 (TIEKU, 2004).

A OUA, todavia, mostrou-se incapaz de solucionar boa parte dos conflitos africanos, remanescentes dos processos de independência, desde sua criação até a década de 1990. Além disso, o não-pagamento das cotas de manutenção da organização por parte dos Estados-membros alijou a OUA de sua principal fonte de financiamento, transformando a organização em uma tribuna política e em uma ferramenta de representação externa do continente africano, sobretudo nas questões do *apartheid* e do desenvolvimento econômico (VISENTINI, 2010).

Assim, em 1999 foi realizada uma cúpula extraordinária da OUA, em Sirte (Líbia), na qual foi criada a Declaração de Sirte, que expressava o desejo dos chefes de Estado africanos de acelerar o estabelecimento das instituições da Comunidade Econômica Africana e de formação da União Africana. De acordo com Tieku (2004), a cúpula de Sirte serviu para a Nigéria persuadir os outros países africanos a aceitar reformas na organização que favorecessem a consolidação do seu papel de liderança e que possibilitassem ao país diminuir a sua participação em missões de paz no continente. No ano 2000, na assembleia ordinária da OUA, em Lomé, no Togo, 27 chefes de Estado africanos assinaram o Ato Constitutivo da nova organização, tendo os demais Estados-membros da OUA ratificando o Ato até março do ano seguinte (PACKER; RUKARE, 2002).

Em julho de 2002, a Organização da Unidade Africana foi oficialmente substituída pela União Africana (UA), contando com a participação de todos os países africanos, exceto o

Marrocos, que havia se retirado da OUA em 1984. Diferentemente da OUA, que se baseava nos princípios de soberania e não-intervenção, a UA possui uma preocupação maior com a manutenção da democracia entre os líderes regionais, e introduz a noção de intervenção legítima nos assuntos internos dos Estados-membros em casos em que esses Estados se tornam fontes de instabilidade regional, promovem violações dos direitos humanos e mudanças de governo inconstitucionais. Essa mudança se deveu em grande medida à pressão realizada pela Nigéria, numa tentativa não só de consolidar a sua liderança no continente, mas também de compartilhar os custos de realizar intervenções (LANDSBERG, 2008).

Outra função da UA é a supervisão da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Em 2001, a Comissão Econômica para a África uniu dois projetos concorrentes no continente africano, o *African Renaissance* (que surgiu em 1996 e depois, em uma iniciativa da Nigéria em conjunto com a África do Sul e a Argélia, transformou-se, em 1990, no *Millennium Partnership for the African Recovery Program – MAP*) e o *Omega Plan* (uma iniciativa do presidente do Senegal, Abdoulaye Wade), fundindo-os na Nova Iniciativa Africana (*New African Initiative – NAI*) que, no mesmo ano, foi renomeada como NEPAD, assumindo o objetivo de promover o desenvolvimento africano e reduzir a diferença existente entre a África e os países desenvolvidos (VISENTINI, 2010).

4.4 O QUARTO CÍRCULO CONCÊNTRICO

O quarto círculo concêntrico diz respeito às relações da Nigéria com organizações, instituições e Estados não-africanos. Dessa forma, aqui serão analisadas as relações do país com quarto grandes atores internacionais: o Reino Unido (antiga metrópole), os EUA (tradicional parceiro), a França (que, historicamente, buscou minar a liderança nigeriana na região) e a China (cujo início das relações remete à independência nigeriana, com significativo aprofundamento a partir do final da década de 1990).

4.4.1 EUA

À época da independência da Nigéria, os EUA voltavam sua atenção para Cuba (com o fracasso no episódio da Baía dos Porcos), para a construção do Muro de Berlim e para a escalada da Guerra do Vietnã, dando pouca atenção para a Nigéria. Durante a Guerra de Biafra, o governo federal nigeriano esperava contar com apoio substancial dos EUA, o que não aconteceu. Os norte-americanos entendiam que o país africano estava sob a esfera de

influência britânica, e preferiram manter-se afastados do conflito, chegando a declarar um embargo a armamentos a ambos os lados (WHITEMAN, 2008).

O estabelecimento de um grande exército - como resultado da Guerra Civil - e o *boom* do petróleo, a partir de 1973, fizeram com que as relações entre Nigéria e EUA se concentrassem, sobretudo, em questões securitárias, comerciais e energéticas. A Nigéria tornou-se um grande fornecedor de petróleo para os EUA. A chegada de Obasanjo ao poder e a posterior nacionalização da *British Petroleum*, em 1979, deixaram claro aos EUA qual era o posicionamento nigeriano no cenário internacional, sobretudo no tocante à questão da independência do Zimbábue (MIKELL, 2008).

Com a crise econômica nigeriana da década de 1980, causada, sobretudo, pela baixa nos preços internacionais do petróleo, a partir de 1985, o país buscou aproximar-se mais dos EUA, na tentativa de atrair mais investimentos. Houve um efetivo crescimento do investimento estadunidense no país africano, principalmente no final da década. Esse investimento, todavia, representava menos de 40% do investimento realizado pelos países europeus, e menos de 10% do investimento realizado pelo Reino Unido (MIKELL, 2008). Apesar disso, a década foi marcada por um considerável afastamento político entre os dois países, sobretudo devido a questões relativas às políticas estadunidenses nos bastiões brancos da África Austral.

Durante a década de 1990, os EUA, que com o fim da Guerra Fria haviam realizado uma inflexão em sua política para a África, passando de uma preocupação securitária para uma maior preocupação com a chamada “assistência ao desenvolvimento”, seguiu dando pouca atenção aos anseios nigerianos por investimento, sobretudo devido ao caráter do governo do General Sani Abacha, limitando a assistência dada ao país e direcionando-a exclusivamente para grupos e organizações pró-democracia na Nigéria. Nesse sentido, a Nigéria, que ocupou um assento no Conselho de Segurança da ONU entre 1994 e 1995, teve um apoio apenas limitado dos EUA e da própria ONU nos esforços de manutenção da paz realizados no período através da ECOWAS. Ainda, apesar da dita preocupação de Washington com o autoritarismo de Abacha, os EUA, visando à manutenção de seus interesses no setor do petróleo, não impuseram nenhuma forma de sanção substancial à Nigéria quando do episódio dos Nove Ogoni. Após o episódio, o próprio secretário de Estado estadunidense fez questão de garantir às companhias do país que atuavam na Nigéria que nenhum embargo ao petróleo nigeriano seria imposto (ADEBAJO, 2008).

O retorno de Olusegun Obasanjo ao poder na Nigéria, dessa vez por meio de eleições, marca o início de uma aproximação efetiva entre os países, além um aumento substancial da

assistência internacional dos EUA à Nigéria, principalmente nas áreas de cooperação e treinamento militar e financiamento e venda de armas. Nesse sentido, entre 2001 e 2004, a Nigéria ficou atrás apenas do Sudão como receptor de assistência econômica estadunidense na África (MIKELL, 2008). No ano 2001, a AGOA (*African Growth and Opportunity Act*), iniciativa do governo Clinton, foi implantada com o objetivo de facilitar a venda de certos produtos, originários de alguns países subsaarianos, para os EUA, sem cobrança de tarifas. A ideia da AGOA seria incentivar a diversificação das economias africanas, de forma que elas servissem de base para a estruturação de instituições políticas estáveis nos países participantes. Mesmo com a implantação da AGOA, entretanto, o comércio entre EUA e Nigéria se manteve focado principalmente no setor energético, pouco contribuindo para a diversificação da economia no país.

A partir de 11 de setembro de 2001, um novo afastamento entre os países pôde ser percebido, com os EUA voltando-se para o Oriente Médio e colocando a Nigéria em segundo plano (NUAMAH, 2003). Nesse contexto, em 2003, a Nigéria liderou o movimento de países africanos que se opuseram à invasão estadunidense ao Iraque, reforçando o afastamento em relação aos EUA. Essa tendência começou a se alterar novamente (ainda que lentamente) a partir de 2005, com os EUA apoiando a candidatura de Obasanjo à presidência da União Africana naquele ano e também no seguinte. A manutenção da estabilidade do Oeste africano, nesse contexto, passou a ser a prioridade dos EUA, e o apoio à Nigéria, por sua capacidade de liderança e força, se construía com esse objetivo.

Assim, em relação às relações entre Nigéria e EUA nos anos 2000, Mikell (2008, p.304) é muito clara:

Não era mais aceitável para os americanos pensar em assistência externa simplesmente em termos de ajuda humanitária ou redução da pobreza quando as condições em países como a Nigéria poderiam ter um impacto dramático sobre a dependência energética americana; o acesso a mercados de bens americanos; as iniciativas antiterroristas; as ameaças à saúde pelos movimentos globais; e a habilidade de ajudar a prevenir ameaças como a crise em Darfur de espalhar insegurança regional (Tradução nossa)²⁰.

4.4.2 Reino Unido

Logo após conquistar a independência do Reino Unido, ainda em 1960, o governo Balewa assinou um pacto de defesa anglo-nigeriano. Os termos do acordo, entretanto, não foram divulgados publicamente até 1961, quando o AG iniciou uma campanha contra o pacto.

²⁰ Do original em Inglês.

Quando os termos foram divulgados, diversas manifestações contra o acordo eclodiram, realizadas principalmente por estudantes, culminando na suspensão do pacto em 1962. Esse fato, contudo, não abalou as relações diplomáticas entre os dois países, e o Reino Unido seguiu sendo responsável pelo treinamento do serviço de relações exteriores nigeriano, e manteve seus funcionários em cargos do serviço público e militar do país até 1965 (WHITEMAN, 2008). Nesse contexto, em 1965, as lideranças brancas da Rodésia declararam a independência unilateral, dando início a uma crise entre alguns Estados africanos e Londres, entre eles Gana e Tanzânia, que cortaram relações diplomáticas com os britânicos. A Nigéria, por sua vez, adotou uma postura mais moderada e aceitou realizar uma conferência emergencial da *Commonwealth* em Lagos, em janeiro de 1966.

A Guerra de Biafra teve início no ano de 1967 e, enquanto o conflito representava, para a Nigéria, uma ameaça à própria existência do Estado nigeriano, o Reino Unido preocupava-se com a possibilidade dessa guerra afetar seu aporte de petróleo. Imediatamente após o início da guerra, o governo federal nigeriano requisitou o apoio britânico através do fornecimento de armamentos, o que, após considerável demora, foi parcialmente atendido, com a Inglaterra estabelecendo-se como um dos principais fornecedores de armas (principalmente veículos blindados, armas de pequeno porte e artilharia antiaérea) do governo federal. A demanda nigeriana por aeronaves, todavia, gerou hesitação ao Reino Unido, sendo prontamente atendida pela URSS em agosto de 1967 (THIAM; MULIRA; WONDJI, 2010).

Com o passar do tempo, a guerra passou a ganhar notoriedade internacional, e os secessionistas, que em 1968 já representavam apenas um enclave na Nigéria, passaram a contar com grande apoio da opinião pública e da imprensa britânica. Isso contribuiu para que os nigerianos vissem a atuação britânica (por um lado fornecendo alguns armamentos, e por outro negando parte das demandas do governo federal e fornecendo apoio – ainda que somente através da mídia e da opinião pública – aos secessionistas) como dúbia, o que contribuiu para uma piora nas relações bilaterais (WHITEMAN, 2008).

Após o final da Guerra de Biafra, as relações entre Nigéria e Reino Unido, que em um primeiro momento haviam se estabilizado, sofreram uma deterioração ainda maior. Os conservadores, que assumiram o poder no Reino Unido, pretendiam retomar a venda de armamentos para a África do Sul, e adotaram uma postura agressiva em relação aos países africanos (sobretudo aqueles membros da *Commonwealth* que se opunham ao envolvimento com os sul-africanos). O *boom* do petróleo, em 1973, associado ao Decreto de Promoção de Empreendimentos da Nigéria (*Entreprise Promotion Decree*) de 1972, que abriu espaço para investimentos de diversas empresas estrangeiras – entre elas francesas, alemãs e italianas –

afetando os interesses e perspectivas de investimentos futuros britânicos, levou a uma flexibilização do posicionamento do Reino Unido em relação à Nigéria, a partir de 1973 (WHITEMAN, 2008).

Gowon foi substituído no poder por Mohammed Murtala, que adotou uma política externa centrada, sobretudo, na África. Nesse contexto, e com a situação do Zimbábue-Rodésia ainda sem uma definição, as relações entre a Nigéria e os britânicos seguiram marcadas por certa tensão. A morte de Murtala e a suspeita por uma parcela da população do envolvimento de Gowon, que havia se mudado para Londres, contribuiu para aprofundar os sentimentos anti-britânicos entre os nigerianos.

Ao longo do governo Obasanjo, entretanto, as relações entre os dois países foram estabilizadas, mesmo que ainda houvesse divergências, sobretudo em relação à independência da Rodésia. Em 1979, a Nigéria nacionalizou a *British Petroleum*, como forma de pressionar por uma mudança de posicionamento de Margareth Thatcher, que havia chegado ao poder naquele ano e era simpática aos regimes racistas da África Austral. Ainda que não haja uma confirmação oficial da efetividade da medida nigeriana, o fato é que o posicionamento britânico se alterou e, no mesmo ano, Londres e os zimbabuanos chegaram a um acordo, assinando os Acordos de Lancaster House e encerrando as lutas. O regime racista teve fim oficialmente no ano seguinte, com a eleição de Robert Mugabe para a presidência do país, então renomeado como Zimbábue (VISENTINI *et al*, 2012).

Ainda que a Nigéria não tenha assumido um papel muito ativo nas negociações dos Acordos de Lancaster House, o sucesso na sua conclusão contribuiu para um novo estreitamento das relações anglo-nigerianas, e o presidente Shagari, a exemplo de Gowon, quando estava no poder, foi convidado para uma visita oficial ao Reino Unido em 1981. Contudo, também a exemplo do período Gowon, a visita oficial não foi retribuída. O golpe militar que levou o General Buhari ao poder pouco afetou as relações entre Nigéria e o Reino Unido, sendo o regime reconhecido rapidamente pelos britânicos. A tentativa de Buhari de eliminar a corrupção do país, todavia, acabou causando certo impacto nas relações entre os países, principalmente devido a acusações de envolvimento de empresas britânicas nos casos de corrupção e do Caso Dikko²¹.

²¹ Umaru Dikko, que havia sido ministro de Transportes do governo Shagari, fugiu para Londres após o golpe que pôs fim à Segunda República. Ele estava, entretanto, entre os diversos acusados de corrupção e de desvio de verbas públicas pelo novo governo. Assim, em julho de 1984, Dikko foi sequestrado por supostos agentes de Buhari em Londres, sendo drogado e colocado em uma caixa com a inscrição “bagagem diplomática”. A ideia era enviar a caixa de avião para a Nigéria para que Dikko fosse julgado no país. Autoridades britânicas,

Margareth Thatcher, em uma tentativa de melhorar as relações com a Nigéria, decidiu enviar o Secretário de Relações Exteriores britânico, Geoffrey Howe, em visita ao país africano. Uma semana antes da visita, entretanto, Buhari foi derrubado, sendo substituído por Ibrahim Babangida. Apesar disso, a visita de Howe foi mantida, tendo como assunto principal a situação econômica atravessada pela Nigéria, que acumulava mais de US\$ 30 bilhões em dívida externa. A questão da dívida externa nigeriana se manteve, a partir desse período, como principal empecilho nas relações anglo-nigerianas, sendo resolvida apenas em 2006, com a assinatura de um acordo que pôs fim ao endividamento nigeriano (WHITEMAN, 2008). Apesar disso, as relações bilaterais foram bastante próximas ao longo do governo Babangida, com Thatcher visitando a Nigéria em 1989 e Babangida retribuindo a visita ainda no mesmo ano.

A partir de 1990, as relações começaram a se deteriorar novamente, já que, assim como o Banco Mundial e outros doadores internacionais, os britânicos passaram a associar desenvolvimento a “democracia”. Assim, quando as eleições presidenciais realizadas em 1993 foram anuladas por Babangida, o Reino Unido, junto com a União Europeia, estabeleceu uma suspensão da ajuda à Nigéria e a manteve por cinco anos. Ao longo do governo de Sani Abacha, entre 1993 e 1998, as relações entre os dois países se tornaram mais complexas, com o aumento do número e importância de atores não-governamentais – além do aumento das divergências entre eles e deles com os governos – envolvidos com a política externa dos dois países. Em 1998, soldados nigerianos da ECOMOG conseguiram reestabelecer o governo eleito de Tejan Kabbah em Serra Leoa, que havia sido derrubado no ano anterior. À luz de tais acontecimentos, o ministro das Relações Exteriores do Reino Unido e da Comunidade Britânica, Tony Lloyd afirmou, em um encontro da Commonwealth, em 1998, que a atuação nigeriana havia sido ilegal, pois não havia recebido o aval da ONU, o que fomentou o sentimento anti-britânico entre muitos nigerianos (WHITEMAN, 2008).

Ainda que tenha havido algumas tensões iniciais, sobretudo ligadas à dívida externa e à tentativa do governo federal nigeriano de recuperar recursos desviados pelo governo Abacha²², as relações entre Nigéria e Reino Unido se estabilizaram a partir do estabelecimento de um novo governo civil no país africano, em 1999, com a presidência de Olusegun Obasanjo. Nesse contexto, a Nigéria teve um papel importante na mediação das

entretanto, descobriram o plano, e recusaram-se a extraditar Dikko, o que contribuiu para a rápida deterioração das relações anglo-nigerianas (FALOLA; HEATON, 2008; WHITEMAN, 2008).

²² Os nigerianos, nesse contexto, não viram suas demandas atendidas pelos britânicos, que aos olhos da Nigéria pareceram estar dificultando, propositalmente, o processo.

relações entre a Inglaterra e o Zimbábue, de Robert Mugabe, que foi suspenso da *Commonwealth* em 2002 e retirou-se da comunidade em 2003. Além disso, a ênfase dada por Obasanjo à recuperação econômica da Nigéria, bem como às relações econômicas internacionais do país se mostraram convergentes com os interesses britânicos (o que, entre outros, pode ser percebido no apoio do Reino Unido para o estabelecimento, em 2001, da NEPAD), contribuindo para que houvesse uma maior aproximação entre os dois países (ALAO, 2011).

4.4.3 França

Quando as colônias francesas na África alcançaram suas independências, na década de 1960, a França buscou substituir o domínio direto por uma forte influência nesses países, de forma a manter o seu *status* de potência global. Nesse contexto, articulou-se a chamada *Françafrique*²³, uma rede através da qual foram estabelecidos diversos sistemas que tinham por objetivo a manutenção da dependência dos países africanos em relação à antiga metrópole. Assim, a França buscou, através da atuação de seu serviço secreto, estabelecer e apoiar governantes pró-França nos países independentes e incentivar a formação de grupos paramilitares e mercenários (para que esses realizassem os serviços nos quais o exército francês não podia se envolver), criou a Comunidade Financeira Africana, ou Zona do Franco (CFA) (que serviu para facilitar a evasão de divisas para a França), empresas fantasmas (que tinham por objetivo facilitar a dominação e a atuação francesa) e bancos (que também facilitavam a evasão de divisas e serviam para, através do fornecimento de financiamentos públicos que nunca eram verdadeiramente repassados, aumentar as dívidas externas dos países africanos) (VERSCHAVE, 2004).

A dominação através da *Françafrique* estendeu-se da década de 1960 até a década de 1990, período no qual a França logrou manter-se como uma das potências mundiais, contando com amplo apoio de suas ex-colônias nas votações do Conselho de Segurança da ONU, ter acesso a matérias-primas estratégicas – como o petróleo e o urânio –, garantir uma ampla fonte de financiamento da vida política francesa (através do desvio das verbas destinadas à assistência estrangeira ao desenvolvimento) e manter os países clientes no campo anticomunista, representando os interesses dos EUA na África. A partir da década de 1980,

²³ “O termo, *Françafrique*, criado por Félix Houphouët-Boigny, foi cunhado com esse sentido por François-Xavier Verschave, referindo-se à “[...] política franco-africana [...], que é uma caricatura de neocolonialismo, é uma política extraordinariamente nociva.” (VISENTINI; OLIVEIRA, 2012, p.36).

começa a haver uma fragmentação mais significativa no sistema. Além disso, a crise econômica daquela década, que diminuiu o montante de recursos para cooperação econômica (e, conseqüentemente, o montante disponível para desvio), associada aos programas de ajuste estrutural e ao fim da Guerra Fria contribuiu para que houvesse um enfraquecimento da *Françafrique* e uma reestruturação da política externa francesa para a África a partir de meados dos anos 1990 (MÉDARD, 2008).

À época da independência nigeriana, o país, localizado no centro da esfera de influência francesa, era visto pela França como uma ameaça aos seus interesses na região (ALAO, 2011). Nesse contexto, em resposta ao rompimento das relações diplomáticas nigerianas com a França, realizada em 1961, por conta dos testes nucleares franceses no Saara, os franceses buscaram dificultar as negociações da Nigéria com a Comunidade Econômica Europeia, mesmo que os dois países tenham retomado as relações em 1966. Ao longo da Guerra de Biafra, entre 1967 e 1970, apesar de não reconhecer oficialmente os secessionistas (no que era pressionada fortemente pelo líder marfinense Houphouët-Boigny), a França forneceu apoio a eles através do envio de carregamentos de alimentos (junto com munição e armamentos) que saíam do Gabão diretamente para Biafra.

A partir do fim da Guerra, as relações entre Nigéria e França se estabilizaram, ainda que tenha havido diversos pontos de tensão. Entre estes estava a relação da França com a África do Sul, muito criticada pela Nigéria, não só pelo diálogo francês com o regime *apartheidista*, mas também pelo fornecimento de armas e armamentos nucleares pela França à África do Sul. Além disso, logo no início da década de 1970 a França incentivou suas antigas colônias do Oeste africano a formarem uma comunidade de países francófonos (a CEAO), com o objetivo de enfraquecer a tentativa de liderança nigeriana na região. Com a efetiva criação da ECOWAS, em 1975, a França, que reconhecia o poderio econômico e militar nigerianos, passou a temer que a Nigéria estabelecesse uma hegemonia militar regional, enquanto a Nigéria buscava por fim ao domínio militar e econômico francês na região (MÉDARD, 2008). No final da década de 1970, a questão da intervenção no conflito do Chade, entre 1979 e 1982, criou mais tensão entre França e Nigéria, com a primeira, após ter solicitado a ajuda da segunda para a resolução do conflito, discordando na maneira de como lidar com a questão.

A partir do governo de Sani Abacha, na Nigéria, entre 1993 e 1998, a França começou a mostrar-se mais amigável ao país africano. Os franceses passaram a reconhecer o papel de liderança nigeriano na região, cobrando, portanto, um envolvimento maior da Nigéria na estabilização e manutenção da paz no Oeste africano. A partir dos anos 2000, com o governo

Obasanjo, as relações entre os dois países passaram por um novo aprofundamento, com demandas nigerianas por maiores investimentos franceses no país, por apoio à sua candidatura a um assento permanente em uma eventual reforma do Conselho de Segurança da ONU e pela redução (e/ou cancelamento) da dívida externa do país com a França e com o Clube de Paris, o que efetivamente aconteceu, em 2006. O único foco de desentendimento entre os países, nesse período, foi a disputa pela península de Bakassi, sobretudo por conta dos laços históricos entre a França e Camarões. Nesse sentido, os franceses, apesar de apoiarem oficialmente as demandas de Yaoundé, buscaram uma posição de não-confrontamento com a Nigéria, na tentativa de evitar um desentendimento direto com o país (MÉDARD, 2008).

Economicamente, as relações franco-nigerianas foram historicamente boas, com a Nigéria sendo o parceiro comercial francês mais importante na África subsaariana e a França sendo um dos quatro principais parceiros nigerianos (junto com EUA, Reino Unido e Alemanha) durante muito tempo. No início das relações, entre 1960 e 1966, o comércio entre os dois países era pequeno, devido principalmente ao domínio dos interesses britânicos na Nigéria. Durante a Guerra de Biafra, as atividades comerciais foram diminuídas ainda mais, sem, contudo, deixar de existir. Após a guerra, as autoridades nigerianas não realizaram nenhuma forma de retaliação às companhias francesas atuantes no país e, beneficiado pelo *boom* do petróleo, o comércio foi crescente entre os dois países, atingindo o seu ápice em 1984.

A partir de 1984, até aproximadamente a metade da década de 1990, as relações comerciais entre os dois países declinaram, e a Nigéria deixou de ser o principal parceiro econômico francês na África subsaariana, ficando atrás de África do Sul e Costa do Marfim. A partir daí, apesar de um pequeno aumento no comércio entre os países, as relações econômicas franco-nigerianas entraram em um período de estagnação. Apesar disso, a Nigéria ainda é o maior destino dos investimentos franceses no Oeste africano, sendo inclusive maior do que a combinação do investimento francês em todos os países francófonos da região. Atualmente, a França é o segundo maior investidor estrangeiro na Nigéria, com investimentos nas áreas de automóveis, indústrias de construção e, principalmente, petróleo e gás (ALAO, 2011).

4.4.4 China

Apesar do papel chinês no Movimento dos Não-Alinhados e de seus esforços para se aproximar dos países africanos em diversos fóruns (como a Conferência de Bandung), o governo conservador nigeriano, responsável pela independência do país, não buscou na China

comunista um aliado. A Nigéria, assim, não foi incluída no roteiro de visitas da viagem feita pelo premiê chinês, Zhou En-lai, no final de 1963, a dez países africanos. No ano seguinte, em 1964, uma delegação chinesa visitou a Nigéria, buscando o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. O objetivo, contudo, não foi atingido, e a delegação acabou indo embora “de mãos vazias”. Em 1968, após analisar cuidadosamente a questão, o governo chinês passou a apoiar a província secessionista de Biafra, na tentativa de opor-se à atuação da URSS, fornecendo algumas armas leves, o que piorou as relações entre China e Nigéria, apesar de não influenciar, efetivamente, no resultado da guerra (MTHEMBU-SALTER, 2009).

As relações diplomáticas entre China e Nigéria foram estabelecidas oficialmente em 10 de fevereiro de 1971. O então governante nigeriano, general Yakubu Gowon, visitou a China em setembro de 1974, sendo o primeiro chefe de Estado nigeriano a fazê-lo. Olusegun Obasanjo, que assumiu o poder em 1976, preocupado com a crescente disparidade comercial entre China e Nigéria, promoveu visitas de alto nível entre os países, no intuito de discutir questões comerciais. O resultado dessas ações foi o aceite, por parte da China, de promover um “pacote de ajuda” limitado à Nigéria, que contava com o envio de pessoal médico e de especialistas em agricultura, para ajudar na construção de fazendas-modelo. Em relação ao desequilíbrio na balança comercial, entretanto, nada foi feito (MTHEMBU-SALTER, 2009).

Sob o governo de Deng Xiaoping (1978-92), a política externa chinesa para a África sofreu uma inflexão, abandonando o caráter indireto e passando a apoiar diretamente os movimentos de libertação nacional. A Nigéria, reconhecida como a vanguarda na luta contra regimes liderados por minorias brancas na África Austral, facilitou o apoio chinês aos movimentos de libertação, o que ajudou a aproximar diplomaticamente os dois países. Essa aproximação, entretanto, teve um impacto apenas marginal no volume de comércio bilateral entre os dois países (UTOMI, 2008).

O comércio entre os dois Estados cresceu lentamente até 1993, quando o rápido crescimento chinês transformou o país, que deixou de ser um exportador de petróleo e passou a ser o segundo maior importador mundial do produto. Nesse contexto, os países do Golfo da Guiné (entre eles a Nigéria), grandes produtores de petróleo de alta qualidade e com mercados abertos para investimentos internacionais, se tornaram significativamente atraentes para a China. Assim, através de empréstimos a juros baixos e alguns projetos de desenvolvimento direcionados, a China garantiu uma série de contratos de *joint ventures* com a Nigéria para a exploração do setor petrolífero. Dessa forma, o comércio entre os dois países aumentou rapidamente de 1,3 bilhões de nairas em 1990, para 5,3 bilhões em 1996, sendo o setor

petrolífero responsável por grande parte do crescimento, com um percentual menor de aumento da importação de bens manufaturados mais baratos e de outros produtos chineses (OGUNKOLA *et al*, 2008).

A aproximação mais intensa entre os governos teve início também a partir de 1993, durante o governo de Sani Abacha. Nesse período, foi fundada a Câmara de Comércio Nigéria-China em 1994; a *China Civil Engineering Construction Corporation* (CCECC) assinou um contrato de revitalização da malha ferroviária nigeriana de cerca de US\$ 529 milhões em 1995; e o então presidente do Conselho de Estado da China, Li Ping, visitou a Nigéria, assinando acordos nas áreas de geração de energia e exploração de petróleo e aço em 1997 (MTHEMBU-SALTER, 2009).

Apesar dos acordos assinados e das promessas feitas anteriormente, foi apenas após a volta ao poder de Olusegun Obasanjo (desta vez como civil eleito) em 1999, sob uma nova Constituição, e o início da reorientação chinesa para a África, em 2000 (com a criação do Fórum de Cooperação China-África, o FOCAC) que as relações entre Nigéria e China se aprofundaram, sendo a década de 2000 bastante significativa para as relações diplomáticas bilaterais. Em fevereiro de 2001, foi assinado um Protocolo que estabeleceu a criação do Escritório de Comércio da Nigéria, em Xangai, e do Centro Chinês de Promoção de Investimento, Desenvolvimento e Comércio (CIDTPC, sigla em inglês), em Lagos, ambos institutos que começaram a operar no final do ano de 2001, com o objetivo de reforçar a coesão econômica, o comércio e os laços de investimento entre a Nigéria e a China. No mesmo ano, foram assinados acordos na área tributária (para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento), na área de combate às drogas e na área de turismo.

O auge das relações diplomáticas entre os dois países se deu entre 2003 e 2007, durante o segundo mandato de Obasanjo. Nesse período tanto o presidente Hu Jintao, quanto o primeiro-ministro, Wen-Jibao, visitaram a Nigéria, tendo o presidente nigeriano visitado a China duas vezes. Em 2005, o Banco da China financiou a construção de usinas de energia nos estados nigerianos de Ogun, Ondo e Kogi (EGBULA; ZHENG, 2011). Além disso, foi fundado o Fórum de Investimento China-Nigéria, em 2006, e o país asiático garantiu um grande número de concessões de blocos de petróleo na Nigéria, em troca do compromisso de empresas chinesas de construir infraestrutura em uma série de setores, aumentando ainda mais o número de projetos de construção chineses no país africano (MTHEMBU-SALTER, 2009).

Entre 2001 e 2007, as multinacionais chinesas ganharam diversas licitações na Nigéria, principalmente de construção civil, telecomunicações, energia e transporte, enquanto

o volume de bens chineses manufaturados exportados para o país africano aumentou significativamente, tendo o investimento total chinês na Nigéria sido de US\$ 6 bilhões em 2008. O ponto principal da interação sino-nigeriana no período, entretanto, foi a política praticada por Obasanjo de “petróleo por infraestrutura”, na qual o presidente nigeriano exigia que as empresas chinesas (e de outros licitantes preferenciais de blocos de petróleo) incluíssem em suas propostas o compromisso de fornecer à Nigéria grandes projetos de infraestrutura (MTHEMBU-SALTER, 2009). Nesse contexto, foram assinados inúmeros acordos entre empresas chinesas e o governo nigeriano para a prospecção e exploração de diversos blocos de petróleo, em troca de inúmeros compromissos de construção de infraestrutura no país.

Segundo relatório produzido por Ogunkola *et al* (2008), até dezembro de 2008, a China havia implantado mais de 30 empresas e/ou *joint ventures* na Nigéria. Os principais projetos realizados pelas empresas chinesas no país africano eram a reabilitação das ferrovias e a construção de alojamentos e do Complexo Esportivo de Abuja. Além disso, no que diz respeito a investimentos, os autores afirmam que antes da década de 1990, costumava haver fluxos bilaterais de investimentos entre a China e a Nigéria. No entanto, dada a magnitude dos investimentos chineses, esses fluxos se tornaram praticamente unilaterais.

Segundo o *Private Participation in Infrastructure Database* (WORLD BANK, 2007), a Nigéria foi, entre 2001 e 2007, um dos principais destinos dos financiamentos chineses em infraestrutura. Entre 2002 e 2005, o volume de financiamentos foi baixo, mas, em 2006, o gigante asiático firmou compromissos de financiamento de infraestrutura no país africano num total de quase US\$ 5 bilhões, o que correspondeu a cerca de 70% do total de investimentos chineses na África Subsaariana naquele ano. Além disso, vale ressaltar que os financiamentos chineses para infraestrutura na Nigéria eram um pouco diferentes daqueles feitos no restante do continente. No país, os projetos do setor de transportes correspondiam a 65% de todos os compromissos firmados, seguidos pelos projetos na área energética, que respondiam por 24%.

A China estava bastante envolvida com o setor ferroviário nigeriano, sendo o principal projeto a reabilitação da ferrovia Lagos-Kano. No setor de energia, o principal projeto era a construção de uma usina hidrelétrica em Mambila, com uma capacidade de 2600MW. Ademais, o país africano contou com uma linha de crédito fornecida pelo China Exim Bank para a construção de três usinas termoeletricas a gás. Na área tecnológica, vale destacar a parceria sino-nigeriana no projeto de telefonia rural desenvolvido pelo governo nigeriano em

parceria com o governo chinês, e o desenvolvimento e lançamento do satélite NigComSat-1, tendo ambos recebido financiamentos do China Exim Bank.

As relações comerciais sino-nigerianas se fortaleceram ao longo do tempo. Tanto o valor das importações, quanto o das exportações cresceu, tendo ambas se diversificado bastante. O principal ganho chinês, nesse sentido, foi ocupar fatias de mercado que anteriormente eram ocupadas por produtos europeus e norte-americanos, graças aos preços mais acessíveis. Esse movimento foi favorecido pela depreciação da taxa de câmbio, que tornou as importações dos tradicionais parceiros ocidentais mais caras, e tornou as mercadorias chinesas muito mais atraentes. Além de ser um ganho para os chineses, a entrada dos produtos “*Made in China*” no mercado nigeriano é um ganho para os próprios nigerianos, que encontram uma maior diversificação e acessibilidade aos produtos.

Análises de dados de fluxos comerciais do ano de 2007 revelam a importância crescente da China no comércio da Nigéria, particularmente como uma importante exportadora para o país africano. A participação chinesa no mercado nigeriano aumentou em detrimento dos parceiros comerciais tradicionais, principalmente pelo fato de alguns dos produtos exportados da China para a Nigéria serem produzidos localmente. Ainda assim, em 2007 a China foi responsável por cerca de 11% das importações nigerianas (WORLD BANK, 2007).

A tentativa de Olusegun Obasanjo de alterar a Constituição e tentar um terceiro mandato foi frustrada pelo Congresso e, em 2007, Umaru Yar’Adua foi eleito presidente da Nigéria. Diferentemente de seu antecessor, Yar’Adua passou a questionar os contratos assinados entre a Nigéria e as empresas asiáticas, o que resultou no grande número de suspensões e/ou revisões desses contratos. Assim, esperava-se que a política de “petróleo por infraestrutura” tivesse um fim, sendo substituída por uma política de “petróleo por dinheiro”. Essa mudança não foi, entretanto, realmente significativa. Apesar de alguns contratos terem sido cancelados ao longo de 2007 e 2008, diversos outros foram firmados desde então. Dessa forma, em 2010, a China atingiu a marca de US\$ 7 bilhões em investimentos no país africano, com a expectativa de ampliar significativamente os investimentos através da construção de infraestrutura, como Zonas de Livre Comércio e refinarias de petróleo. Além desses projetos, pode-se perceber cooperação entre os dois países na área de educação e também na área militar (BRAUTIGAM; FAROLE; XIAOYANG, 2010).

A Nigéria é um grande mercado em potencial para a China. Além de possuir uma grande população, possui uma grande quantidade de recursos naturais, em especial o petróleo. As crescentes relações comerciais e de investimento entre os dois países são acompanhadas

por uma onda de migrações para a África de trabalhadores de empresas estatais chinesas, bem como de comerciantes privados. Fatores socioculturais, em especial as barreiras linguísticas, são apontados como limitadores dessa migração. A facilidade com que a China disponibiliza financiamentos é apontada como um dos fatores determinantes para o aprofundamento das relações sino-nigerianas.

5 CONCLUSÃO

A colonização da Nigéria teve início em meados do século XIX, sendo concluída no início do século XX. A divisão do território nigeriano em protetorados facilitou o processo de domínio britânico, mas teve implicações importantes para os povos ali estabelecidos. A presença de missionários cristãos no Sul e a adoção de um governo indireto nos diferentes protetorados fizeram com que as regiões se desenvolvessem de maneiras distintas, com o Sul tornando-se muito mais desenvolvido. A unificação dos protetorados, em 1914, buscava, nesse sentido, uniformizar e unificar a administração das diferentes regiões. Neste período, o governo britânico também buscou engajar a população nigeriana na economia colonial, objetivando um aumento da lucratividade da colônia. Assim, além da introdução da moeda britânica, diversas reformas foram realizadas na economia colonial, o que contribuiu para que houvesse um processo de urbanização e também para a formação de uma nascente elite nigeriana, concentrada no Sul.

A partir do final da década de 1920, com a crise econômica mundial, e do início da década de 1930, grupos nacionalistas começaram a se formar, causando certo impacto às políticas coloniais a partir do final da década. A 2ª Guerra Mundial contribuiu para o fortalecimento dos movimentos nacionalistas na Nigéria, o que obrigou o governo britânico a dar início a um processo de autogoverno para a colônia. Assim, três novas Constituições foram promulgadas entre 1946 e 1954, dando maiores poderes legislativos aos nigerianos e aproximando-os, cada vez mais, de um autogoverno. A primeira Constituição, contudo, foi responsável pela criação de três assembleias regionais (Leste, Oeste e Norte), favorecendo a consolidação de um caráter étnico-regional na política nigeriana. Assim, quando as eleições gerais, estabelecidas na segunda Constituição (de 1951), foram realizadas, já ficava clara a divisão étnico-regional existente, com os diferentes grupos e associações culturais organizando-se como partidos políticos, na tentativa de controlar as diferentes assembleias regionais. A Constituição Lyttleton, de 1954, consolidou a fragmentação da Nigéria, estabelecendo que o novo país seria uma federação composta pelas três regiões existentes.

A Nigéria, assim, tornou-se um Estado independente em 1960, sem, todavia, ter conseguido estabelecer uma identidade nacional única. A atuação do Reino Unido, que buscou através de diversas ferramentas, sendo as principais as Constituições estabelecidas a partir da década de 1940, enfraquecer o país nascente, na tentativa de condená-lo à dependência britânica, foi fundamental para que as disputas políticas no novo país fossem associadas a fatores étnico-regionais.

Esse trabalho buscou analisar a política externa nigeriana desde a independência do país até a atualidade na tentativa de verificar se a Nigéria, mesmo não tendo conseguido, desde então, consolidar uma identidade nacional única, teve sucesso em elaborar uma política externa consistente. Fica claro, ao longo do trabalho, que a Nigéria, desde sua independência, conseguiu estabelecer uma política externa consistente, com objetivos claros e realizações significativas. Nesse contexto, o principal foco da política externa do país foi o próprio continente africano, ainda que não tenha se limitado a ele.

Após um primeiro momento de relativo alinhamento pró-ocidental, no início da década de 1960, a ascensão ao poder de Yakubo Gowon e a Guerra de Biafra levaram a mudanças significativas tanto na política interna, quanto na política externa nigeriana. A partir do fim da guerra, na década de 1970, a Nigéria adotou uma política externa mais ativa junto aos seus vizinhos e nos diferentes organismos dos quais fazia parte, buscando sempre uma posição de liderança. Essa inflexão foi possibilitada, em grande parte, pelo *boom* do petróleo ocorrido na década de 1970, tendo este sido uma importante ferramenta da política externa nigeriana no período.

Nesse contexto, a Nigéria adotou uma postura ativa na luta contra o colonialismo e os regimes racistas da África Austral, reconhecendo o MPLA e levando a OUA a reconhecê-lo e buscando, através de medidas como a nacionalização da *British Petroleum*, apoiar o movimento de independência do Zimbábue e enfraquecer os movimentos contrários. Ainda, o sucesso nigeriano em estabelecer a ECOWAS, em 1975, marcou a consolidação da sua posição de líder regional, estabelecendo um contraponto à influência francesa no Oeste africano. Além disso, o fim da década de 1970 marca o retorno de um governo civil à Nigéria, dando início à Segunda República do país.

A década de 1980 foi marcada por um enfraquecimento da projeção internacional nigeriana, causada por dois fatores principais. Em primeiro lugar, a má gestão econômica do governo Shagari (1979-1983), que levou o país a uma crise de endividamento que limitou as possibilidades nigerianas de opor-se às potências ocidentais no cenário internacional. Em segundo lugar, o fim do *boom* do petróleo verificado no período impôs sérias limitações à ferramenta mais importante aplicada pela política externa nigeriana na década anterior. Além disso, a adoção de um Programa de Ajuste Estrutural, a partir de 1986, impactou grandemente a estabilidade interna da Nigéria, o que deteriorou ainda mais a sua capacidade de projeção internacional.

Ainda assim, a Nigéria obteve sucesso em questões internacionais importantes ao longo da década de 1980. Diversos países que receberam o apoio nigeriano em suas lutas de

emancipação alcançaram a independência no período, e a Nigéria teve um papel importante no âmbito da OUA, comandando as primeiras cúpulas econômicas da Organização. Além disso, a Nigéria reconheceu a República Árabe Saaráui Democrática (no Saara Ocidental), e retomou seu *status* de país da Linha de Frente, apoiando a luta pela independência da Namíbia e o fim do *apartheid* na África do Sul. O final da década de 1980 e o início da década seguinte marcaram um maior envolvimento nigeriano com a manutenção da paz na África ocidental, através da criação e atuação da ECOMOG em conjunto com a OUA e com a ONU nos conflitos ocorridos na Libéria e em Serra Leoa.

A tentativa de Babangida de perpetuar-se no poder, concomitantemente à onda de adequação dos países africanos à Nova Ordem Internacional que varreu o continente no início da década de 1990, contribuiu para uma deterioração da imagem da Nigéria no cenário internacional. Ainda que o país tenha tido uma atuação destacada na realização de missões de paz, na estabilização do Oeste africano e no processo que culminou na estruturação e estabelecimento da União Africana, no início da década de 2000, o contexto interno (com a anulação das eleições em 1993, o abandono das medidas do Programa de Ajuste Estrutural e o episódio dos nove Ogoni) fez do país um pária no cenário internacional.

A década de 2000 foi marcada pelo retorno ao regime civil na Nigéria, dando início à Quarta República. Nesse período, o governo nigeriano buscou, entre outros, sanar as dívidas internacionais do país, no que, em grande parte, obteve sucesso, o que contribuiu para uma melhora da imagem internacional do país. Além disso, o país conseguiu, ainda que de forma limitada, uma maior diversificação em sua economia, aumentando a importância de setores que não o de petróleo, além de ter tido um papel fundamental no estabelecimento da NEPAD e da UA (NUAMAH, 2003). Internamente, a década foi marcada por uma escalada nos conflitos no Delta do Níger e por ataques realizados por grupos extremistas.

A partir da metade da década de 1980, o governo nigeriano passou a adotar o conceito de “quatro círculos concêntricos” como orientador na elaboração da política externa do país. Nesse contexto, este trabalho buscou analisar, à luz dessa estrutura, como se deram as relações exteriores do país desde a sua independência.

Em relação ao primeiro círculo concêntrico, o das relações da Nigéria com seus vizinhos imediatos, todos eles francófonos, fica claro que o país buscou manter a estabilidade das relações, contrapondo-se, sempre que possível, à influência francesa na região. Nesse contexto, o país logrou estabelecer uma maior aproximação com o Níger e o Benim, que veem na Nigéria um importante aliado.

O segundo círculo concêntrico, o das relações com o Oeste africano, expressas através da ECOWAS, é o que melhor evidencia a busca nigeriana de estabelecer-se como a grande liderança regional. Apesar de uma evidente tentativa francesa de, através de sua influência sobre os países francófonos da região, enfraquecer a liderança nigeriana no Oeste africano – sobretudo através da criação da CEAO, mas também do apoio aos secessionistas de Biafra –, a Nigéria conseguiu, realizando alianças com os países anglófonos e com alguns francófonos, formar a ECOWAS em 1975, consolidando a sua liderança regional. O presidente Gowon assumiu um papel fundamental no processo de criação da comunidade, realizando diversas visitas aos países da região, na tentativa de costurar as alianças. Ao longo da década de 1980, a ECOWAS teve uma atuação apagada, mas isso foi revertido a partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, com a criação da ECOMOG e sua atuação na estabilização do Oeste africano, através de intervenções na Libéria e em Serra Leoa, comandadas por tropas nigerianas. A atuação nigeriana, nesse contexto, contribuiu para a consolidação do papel de liderança regional do país, reconhecido, cada vez mais, pelos atores externos ao continente.

O terceiro círculo concêntrico, o do continente africano, é representado neste trabalho pela Organização da Unidade Africana e, mais tarde, pela União Africana. Também fica claro, nesse contexto, o papel de liderança exercido pela Nigéria nas duas organizações. A atuação nigeriana, no início da década de 1960, no sentido de tentar aproximar-se de seus vizinhos constituiu uma contribuição fundamental para a estruturação da OUA. Esta, apesar de não ter conseguido cumprir o seu propósito, sobretudo por conta da negligência dos Estados africanos para com a organização (não pagando suas respectivas cotas), contou com participação ativa da Nigéria, principalmente nas questões ligadas aos movimentos independentistas e ao fim do colonialismo e dos regimes de minorias brancas na África Austral. Ainda, ao longo da década de 1990, a Nigéria, ao lado, sobretudo, da África do Sul, teve papel importante nos processos que culminaram na estruturação da NEPAD e da União Africana, que substituiu a OUA.

Por fim, o quarto círculo concêntrico aborda as relações da Nigéria com atores externos ao continente. Nesse trabalho, foram analisadas as relações nigerianas com o Reino Unido, com os EUA, com a França e com a China, nas quais, uma vez mais, podemos observar que a Nigéria buscou, sempre que possível, adotar um papel ativo nessas relações. Nesse sentido, o rompimento de relações diplomáticas com a França, em 1961, e a nacionalização da *British Petroleum*, em 1979, são fatos bastante significativos.

Ao longo do processo de independência nigeriano, a Coroa Britânica buscou, através de diversas medidas, fragmentar e enfraquecer o país que se formava, com o objetivo de mantê-lo mais facilmente sob sua esfera de influência. A adoção do modelo imposto pelos

britânicos, totalmente alheio à realidade nigeriana, uma vez que era uma estrutura elaborada para facilitar o jugo colonial, implicou em uma efetiva fragmentação do país, e as disputas políticas acabaram adotando um caráter étnico-regional-religioso. A demora em reformar o modelo contribuiu para que houvesse um aprofundamento dessas clivagens, tornando ainda mais difícil o processo de formação de uma identidade nacional nigeriana.

Porém, o conteúdo aqui exposto evidencia que apesar disto, a Nigéria logrou, ao longo de seus mais de 60 anos de independência, executar uma política externa ativa e orientada, com o estabelecimento de objetivos e com sucesso em diversas questões. Portanto, mesmo que a formulação de política externa do país tenha sofrido algumas modificações ao longo do tempo, seja por questões políticas ou econômicas – internas ou externas –, seu foco principal esteve sempre no continente africano, o que contribuiu para que a Nigéria se estabelecesse como a grande liderança do Oeste africano, e uma das grandes lideranças da África.

REFERÊNCIAS

- ABEGURIN, Olayiwola. **Nigerian Foreign Policy under Military Rule, 1966-1999**. Westport Praeger Publishers, 2003. 240p.
- ADEBAJO, Adekeye. Hegemony on a shoestring: Nigeria's post-Cold War Foreign Policy. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008. Cap. 1, p.1 – 37.
- ADEBAJO, Adekeye. Mad Dogs and Glory: Nigeria's Intervention in Liberia and Sierra Leone. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.9, p.177 – 202.
- ADEBOYE, Olufunke. Elite Lifestyle and Consumption in Colonial Ibadan. In: **The Foundations of Nigeria: Essays in honor of Toyin Falola**. Asmara: Africa World Press, 2003, Cap. 14, p.281-304.
- AJAYI, J. F. A. Missionaries, Warfare and Nationalism. In: FALOLA, Toyin; ADERINTO, Saheed. **Nigeria, Nationalism and Writing History**. Rochester: University of Rochester Press, 2010, cap. 8, p. 115-128
- AJETUNRNOBI, R.O.; OSUNKOYA, O.A.; OMOTERE, T.F. Impact of President Olusegun Obasanjo's Personality on Nigerian Foreign Policy, 1999-2007. **Pakistan Journal of Social Sciences**, [S.l.], v.8, n.6, p.308-315, 2011.
- AKA, Jubril O. **Blacks Greatest Homeland: Nigeria is Born Again**. Lincoln: iUniverse, 2006. 532p.
- AKHAINÉ, Sylvester O. Nigeria's 2011 Elections: The 'Crippled Giant' Learns to Walk. **African Affairs**. Oxford, v.110, n.441, p.649-655, 2011.
- AKINGBADE, Tunde. **Historical Studies on Global Scam and Nigeria's 419: How To Overcome Fraudsters And Con Artists**. Bloomington: AuthorHouse, 2009, 128p.
- AKINTERINWA, Bola A. **Nigeria In the World: Issues and Problems for the Sleeping Giant**. Lagos: Pumark Educational Publishers, 2001, 847p.

- ALAO, Abiodun. **Nigeria and the Global Powers: Continuity and Change in Policy and Perceptions. Occasional Paper n° 96.** Johannesburg: South African Institute of International Affairs. 2011, 26p.
- ALDEN, Chris. **China in Africa.** London: Zed Books, 2007, 176p.
- ANADI, Sunday K M. **Regional Integration in Africa: The Case of ECOWAS.** 177 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculty of Arts of the University of Zurich, University of Zurich, Zurich, 2005.
- ANSPRENGER, Franz. **The Dissolution of Colonial Empires.** London: Routledge, 1989, 336p.
- AWORAWO, David. National Interest and Nigeria's Contribution to Integration in West Africa. In: AKINYEYE, Yomi (Ed.). **Nation-States and the Challenges of Regional Integration in West Africa: The case of Nigeria.** [S.l.]: Karthala, 2010, cap. 6, p.121-135.
- BABALOA, Ademola. British Civilizing Missions and the Truncation of a Civilization. In: OYEBADE, Adebayo (Ed). **The Foundations of Nigeria: Essays in honor of Toyin Falola.** Asmara: Africa World Press, 2003, Cap. 13, p.267-280.
- BERGSTRESSER, Heinrich. Nigeria. In: MEHLER, Andreas; MELBER, Henning; WALRAVEN, Klaas van (Eds.); **Africa Yearbook Volume 7: Politics, Economy and Society South of the Sahara 2010.** Leiden: Brill, 2011, cap. 4, p. 169-176.
- BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift: the real story of China in Africa.** Oxford: Oxford University Press, 2009, 397p.
- BRAUTIGAM, Deborah; FAROLE, Thomas; XIAOYANG, Tang. China's Investment in African Special Economic Zones: Prospects, Challenges, and Opportunities. **Economic Premise**, Washington D.C., n.5, p. 1-5, 2010.
- BRUCAN, Silviu. **La disolución del poder: sociología de las relaciones internacionales y políticas.** México: Siglo XXI, 1974. 352p.
- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY (CIA). **The World Factbook.** Washington, D.C., 2012. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em: 04 nov. 2012.

- CHAZAN, Naomi; *et al.* **Politics and society in contemporary Africa**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1992
- COLEMAN, James S. **Nigeria: Background to Nationalism**. Los Angeles: University of California Press, 1971, 524p.
- COLLIER, Paul; HOFFLER, Anke. Greed and Grievance in Civil War. **Oxford Economic Papers**. Oxford, n.56, p.563-595, 2004.
- CROSBY, Travis L. **Chamberlain: A Most Radical Imperialist**. London: I.B. Tauris & Co. Ltd., 2011, 288p.
- CYR, Ruth N. **Twentieth Century Africa**. Lincoln: Writers Club Press, 2001, 708p.
- DIBIE, Robert; UWAZIE, Ernest. Political Parties and National Integration in Nigeria. In: DIBIE, Robert (Ed.). **The Politics and Policies of Sub-Saharan Africa**. Lanham: University Press of America, 2001, cap. 3, p.43-60.
- DICKSON, Monday. Citizen Diplomacy in President Umaru Musa Yar'Adua's Nigeria, 2007-2009: An Assessment. **International Journal of Politics and Good Governance**. [S.l.], v.1, n.13, 2010.
- DODE, Robert O. Yar'Adua 7-Point Agenda, the Mdgs and Sustainable Development in Nigeria. **Global Journal of Human Social Science**. Cambridge (Massachusetts), v.10, n.4, 2010.
- DUDLEY, B.J. **Parties and Politics in Northern Nigeria**. London: Frank Cass Publishers, 1968, 352p.
- EGBULA, Margaret; ZHENG, Qi. **China and Nigeria: a Powerful South-South Alliance. West African Challenges**. France: Sahel and West Africa Club Secretariat, OECD, 2011, 20 p. Disponível em: <http://www.oecd.org/china/49814032.pdf>. Acesso em 25 maio 2012.
- FALOLA, Toyin; HEATON, Matthew M. **A History of Nigeria**. London: Cambridge University Press, 2008, 328p.
- FATILE, Olufemi J. **Management of Inter and Intra States Boundary Conflicts in Nigeria**. Pittsburgh: Dorrance Publishing Co., 2011, 302p.

- FAWOLE, W. Alade; Militaries, militias and mullahs: National security issues in Nigeria's foreign policy. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.5, p.96 – 115.
- FRANCIS, David J. **Uniting Africa: Building Regional Peace and Security Systems**. Hampshire: Ashgate Publishing Limited, 2006, 278p.
- GAMBARI, Ibrahim A. From Balewa to Obasanjo: The theory and practice of Nigeria's foreign policy. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.3, p.58 – 80.
- HERBST, Jeffrey; SOLUDO, Charles C. Nigeria. In: DEVARAJAN, Shantayanan; DOLLAR, David R.; HOLMGREN, Torgny (Eds.). **Aid & Reform in Africa**. Washington: World Bank Publications, 2001, cap. 11, p.645-678
- HIGAZI, Adam. The Jos Crisis: a Recurrent Nigerian Tragedy. **Discussion Paper**, Abuja: n. 2, p. 1-35, 2011.
- HIRSHFIELD, Claire. **The Diplomacy of Partition: Britain, France and the creation of Nigeria, 1890/1898**. The Hague: Martinus Nijhoff Publishers, 1979, 239p.
- IKIME, Obaro. **The Fall of Nigeria: The British Conquest**. London: Heinemann, 1977, 243p.
- IWERIEBOR, Ehiedu E. G. Nationalism and the Struggle for Freedom, 1880, 1960. In: OYEBADE, Adebayo (Ed). **The Foundations of Nigeria: Essays in honor of Toyin Falola**. Asmara: Africa World Press, 2003, Cap. 4, p.79-105.
- JANES 2009: Country Profile – Nigeria. [2010]. Manuscrito. 159p.
- LANDSBERG, Chris. Na African 'concert of powers'? Nigeria and South Africa's construction of the AU and NEPAD. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.10, p.203 – 219.
- LUNN, Jon; THOMPSON, Gavin. Nigeria under Jonathan. **International Affairs and Defence Section; Economic Policy and Statistics Section**. London: House of Commons Library, 2011, 12p.

- MANELISI; Genge, KORNEGAY, Francis; STEPHEN, Rule. Formation of the African Union, African Economic Community and Pan-African Parliament. **African Union and Pan-African Parliament : Working Papers**, 2000, 37p.
- MÉDARD, Jean-François. Crisis, change and continuity: Nigeria-France relations. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.14, p.314-333.
- METZ, Helen C. Nigeria: A Country Study. In: MATHEWS, Martin P. **Nigeria: Current Issues and Historical Background**. New York: Nova Science Publishers, 2002, cap. 6, p.81-180.
- MIKELL, Gwendolyn. Players, policies and prospects: Nigeria-US relations. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.13, p.281 – 313.
- MORGAN, W. B.; PUGH, J.C. **West Africa**. London: Butler & Tanner Ltd., 1969, 788p.
- MTHEMBU-SALTER, Gregory. **Elephants, Ants and Superpowers: Nigeria's Relations with China. Occasional Paper n°42**. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, 2009, 34p.
- MWAKIKAGILE, Godfrey. Nigeria. In: MATHEWS, Martin P. **Nigeria: Current Issues and Historical Background**. New York: Nova Science Publishers, 2002, cap. 2, p.17-50
- NUAMAH, Rosemary (Org.). **Nigeria's Foreign Policy after the Cold War: Domestic, Regional and External Influences**. Oxford: University of Oxford, 2003, 36p.
- NWANOLUE, B. O. G., FRHD; IWUOHA, Victor C. A reflection on Nigeria's Past: Africa as the Centerpiece of Nigeria's Foreign Policy Revisited. **Developing Countries Studies**. United States, v.2 n.4, p.76-84, 2012.
- OFONAGORO, Walter I. From Traditional to British Currency in Southern Nigeria: Analysis of a Currency Revolution, 1880-1948. **The Journal of Economic History**. Tucson, v.39, n.3, 623-654, 1979.
- OGUNKOLA, Olawale et al. **Nigeria-China Trade and Economic Relations: Executive Summary. Centre for Trade & Development Initiatives** University of Ibadan,

2008. Disponível em: <http://www.pak-nigeria.org/pdfs/30_Nigeria-China_Trade_and_Economic_Relations_Executive_Summar.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2010

OJO, Olatunde B. **Nation-States and the Challenges of Regional Integration in West Africa**. Connecticut: University of Connecticut, 1974, 880p.

OJO, Olatunde B. Nigeria and the Formation of ECOWAS. **International Organization**, Toronto, v. 34, n. 4, p.571-604, 1980.

OKONTA, Ike. The Disease of elephants: Oil-rich ‘minority’ areas, Shell and international NGOs. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver’s Troubles: Nigeria’s Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.6, p.116 – 137.

OSAGHAE, Eghosa E. **Crippled Giant: Nigeria Since Independence**. London: C Hurst & Co Publishers Ltd, 1998, 400p.

OSUNTOKUN, Akinjide. Gulliver and the Lilliputians: Nigeria and its neighbours. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver’s Troubles: Nigeria’s Foreign Policy after the Cold War**. South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.7, p.141 – 159

OYEBADE, Adebayo. A Retrospect on Colonial Nigeria. In: OYEBADE, Adebayo (Ed). **The Foundations of Nigeria: Essays in honor of Toyin Falola**. Asmara: Africa World Press, 2003, Cap. 1, p.15-26.

PACKER, Corinne A. A.; RUKARE, Donald. The New African Union and Its Constitutive Act. **The American Journal of International Law**. Washington DC, v.96, n.2, p.365-379, 2002.

PETERS, Jimmy. **The Nigerian Military and the State**. London: Tauris Academic Studies, 1997, 224p.

PHAM, J. Peter. Nigeria’s Foreign Policy: An Inquiry into Sources and Prospects. In: **FLAD-IPRI INTERNATIONAL CONVERENCE**, 5, 2007, Lisbon, Portugal, p.1-18.

REYNOLDS, Jonathan T. **The Time of Politics (Zamanin Siyasa): Islam and the Politics of Legitimacy in Northern Nigeria, 1950-1966**. San Francisco: International Scholars Publications, 1999, 229p.

- RÖNNBÄCK, Ann-Sofi. ECOWAS and West Africa's Future – Problems or Possibilities? **Umeå Working Papers in Political Science**, Umeå, n. 3, p. 1-33, 2008
- RYZDYK, Janaína. **A Política Externa chinesa para a África: uma análise dos casos do Sudão e da Nigéria**. 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- SIOLLUN, Max. **Oil, Politics and Violence: Nigeria's Military Coup Culture (1966-1976)**. New York: Algora Publishing, 2009, 268p.
- TAMANJI, Asenju C. **Three Instances of Western Colonial Governments and Christian Missions in Cameroon Education: 1884-1961**. 2011. 383 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculty of the Graduate School, Loyola University Chicago, Chicago, 2011.
- THIAM, Iba Der; MULIRA, James; WONDJI, Christophe. A África e os Países Socialistas. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. (Ed). **História Geral da África VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010, cap. 27, p. 965-1002.
- TIEKU, Thomas K. Explaining the clash and accommodation of interests of major actors in the creation of the African Union. **African Affairs**, Oxford, n. 103, p.249-267, 2004.
- UTOMI, Pat. China and Nigeria. In: COOKE, Jennifer (Ed.). **U.S. and Chinese Engagement in Africa: Prospects for improving U.S.-China-Africa Cooperation**. Washington: The CSIS Press, 2008, cap. 3, p. 49-58 .
- VANDELEUR, Seymour. **Campaigning on the Upper Nile and Niger**. London: Adamant Media Corporation, 2005,429p.
- VERSCHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Mafiafrique**. Bruxelles: Édition Tribord, 2004, 69p.
- VISENTINI, Paulo F. **A África na Política Internacional: o Sistema Interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010, 272p.
- VISENTINI, Paulo G. F.; OLIVEIRA, Guilherme Z. As Relações Sino-Africanas: (muitos) mitos e (algumas) realidades. **Século XXI: revista de Relações Internacionais**. Porto Alegre, v.3, n.1, p.25-40, 2012.

VISENTINI, Paulo G.F. *et al.* **Os países africanos: Diversidade de um continente.** Porto Alegre: Leitura XXI/CEBRAFRICA, 2012, 256p.

VISENTINI, Paulo G.F.; RIBEIRO, Luiz Dario T.; PEREIRA, Analúcia D. **Breve História da África.** Porto Alegre: Leitura XXI, 2007, 176p.

WALI, Mohammad A. **The Dynamics of Policy Implementation in Nigeria: The Case of Sokoto State.** Bloomington: iUniverse, 2010, 252p.

WHITEMAN, Kaye. The switchback and the fallback: Nigeria-Britain relations. In: ADEBAJO, Adekeye; MUSTAPHA, Abdul R (Org.). **Gulliver's Troubles: Nigeria's Foreign Policy after the Cold War.** South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2008, cap.12, p.255 – 280.

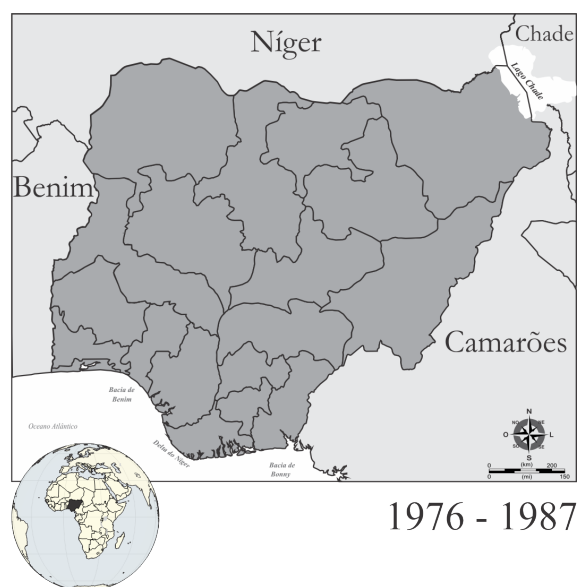
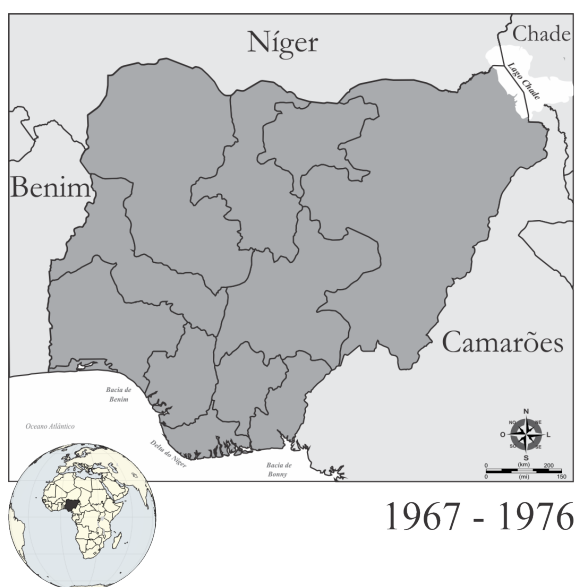
WORLD BANK. **Private Participation in Infrastructure Database: Chinese Projects Database,** 2007. Washington D.C., 2007. Disponível em: <<http://ppi.worldbank.org>>. Acesso em 24 jul. 2010.

WRIGHT, Stephen; OKOLO, Julius E. Nigeria: Aspirations of Regional Power. In: WRIGHT, Stephen (Ed.). **African foreign policies.** Boulder: Westview Press, 1999, cap. 7, p. 118-132.

ZINN, Annalisa. Theory Versus Reality: Civil War Onset and Avoidance in Nigeria since 1960. In: COLLIER, Paul; SAMBANIS, Nicholas (Eds). **Understanding Civil War: Evidence and Analysis. Volume 1: Africa.** Washington: World Bank Publications, 2005, cap. 4, p.89-122

APÊNDICE A

Evolução dos Estados na Nigéria (1967-2012)



Fonte: elaborados pelo autor com dados de FALOLA; HEATON, 2008.